

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos  
Nº 524 | Ano XVIII | 18/6/2018

## Junho de 2013

*Cinco Anos depois. Demanda de uma  
radicalização democrática nunca realizada*

**Rodrigo Nunes**

**Henrique Costa**

**Bruno Cava**

**Moysés Pinto Neto**

**Carlos A. Gadea**

**Alana Moraes**

**Giuseppe Cocco**

**Luiz Werneck Vianna**

**João Paulo Medeiros**

**Guilherme Kranz**

**Leia também**

**Mary Hunt** ■

**Ezio Manzini** ■

**Bruno Lima Rocha** ■

**Renato Janine Ribeiro** ■

# Junho de 2013. Cinco Anos depois.

Demanda de uma radicalização democrática nunca realizada

**J**unho de 2013 passou pelas ruas do Brasil e arrastou qualquer ilusão de radicalização democrática que a Nova República, dos pactos oligárquicos, sequer foi capaz de sonhar. Com as estruturas da política partidária e institucional abaladas, o fino reboco da democracia representativa desmanchou de vez e, finalmente, transpareceu a fachada da crise da representatividade. Se de um lado os corpos não mais interrompem as vias internas das metrópoles, tampouco os caminhões as vias externas, como ocorreu recentemente, de outro os espectros de Junho de 2013 continuam a assombrar e desafiar a política institucional. Para fazer um balanço e uma análise sobre o fenômeno, a revista **IHU On-Line**, cinco anos depois, reúne uma série de pesquisadores e pesquisadoras para discutir os limites, os desafios e as perspectivas das Jornadas de Junho.

**Rodrigo Nunes**, professor da PUC-Rio, destaca que há quem diga que as manifestações de Junho não deixaram um legado concreto. “Mas esta é apenas uma das dimensões em que um acontecimento pode ser medido, e algo capciosa, porque resultados são objeto de disputas e sempre podem ser desfeitos”, analisa.

De acordo com **Henrique Costa**, doutorando em Ciências Sociais na Unicamp, “a população passou a questionar a gestão lulista para os mais pobres que vinha acompanhada dos ganhos exorbitantes de setores selecionados do empresariado, como empreiteiras e bancos”.

Para **Bruno Cava**, pesquisador associado à rede Universidade Nômade, Junho de 2013 traçou o mapa dos desafios contemporâneos. “Com isso, o levante foi estrangulado várias vezes, por meio de uma orquestração de técnicas: repressão e cooptação, chantagem e concessão”, pontua.

**Moysés Pinto Neto**, professor na Ulbra, analisa: “há dois grandes grupos na esquerda sobre isso. Para o primeiro, Junho foi o ‘embrião do golpe’, espécie de ovo da serpente. Já o segundo grupo vê de forma totalmente oposta o processo”.

Para **Carlos A. Gadea**, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, Junho de 2013 foi capaz de produzir uma nova estética. “Pode-se considerar que a virada estética pós-2013 é uma virada eclética e, assim, desafiadora da institucionalização de uma cultura popular via esquerdismo governamental”.

**Alana Moraes**, antropóloga, analisa que o movimento “não tinha a ver com uma rejeição

ao PT, mas talvez com um último chamado: ‘de que lado vocês estão?’”, assinala.

Segundo **Giuseppe Cocco**, professor da UFRJ, as lutas de Junho não respondiam às categorias da lógica e da coerência, de modo que vem daí sua força vital. “Em Junho, todas as lutas que sonhávamos aconteciam, a começar pela contestação geral do bloco do biopoder e da governamentalidade mafiosa”, destaca.

**Luiz Werneck Vianna**, professor-pesquisador da PUC-Rio, destaca que o “terremoto” de Junho de 2013 não foi capaz de propiciar mudanças substanciais na sociedade brasileira.

**João Paulo do Vale de Medeiros**, doutorando da Universidade Federal Fluminense, debate o apelo religioso da política ao Estado e sobre a fetichização do progresso. “Somos uma esquerda viciada em Estado, que não consegue enxergar a utopia para além das estruturas burocráticas”.

**Guilherme Kranz**, mestrando em Letras pela UFRGS, considera que “assim como Maio de 68 suscita amor e ódio até hoje entre os franceses, durante as próximas décadas ainda vamos nos digladiar pelos sentidos de Junho”.

Complementam ainda a edição as entrevistas com **Renato Janine Ribeiro**, sobre conjuntura nacional e os desafios contemporâneos, **Mary Hunt**, teóloga feminista estadunidense que discute o papel das mulheres no pontificado de Francisco, e **Ezio Manzini**, professor na Universidade Politécnica de Milão, na Itália, sobre design e bem comum. Leia também a Crítica Internacional do curso de RI da Unisinos, sobre El Salvador e a integração com os Estados Unidos, de autoria de **Bruno Lima Rocha**.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

# Sumário

- 4 ■ Temas em destaque
- 6 ■ **Renato Janine Ribeiro:** Eleições 2018 e os desafios para o Brasil enfrentar os retrocessos
- 12 ■ **Tema de capa | Rodrigo Nunes:** Junho de 2013 aconteceu, mas não teve lugar
- 20 ■ **Tema de capa | Henrique Costa:** Insatisfações coletivas inauguram outras formas de manifestações
- 26 ■ **Tema de capa | Bruno Cava:** O horizonte dos desafios contemporâneos foi traçado no mapa de Junho de 2013
- 30 ■ **Tema de capa | Moysés Pinto Neto:** O interminável Junho de 2013
- 36 ■ **Tema de capa | Carlos A. Gadea:** Junho de 2013, a inauguração de uma estética nova e indefinida
- 40 ■ **Tema de capa | Alana Moraes:** O último chamado de uma geração que desejava apenas fazer política
- 44 ■ **Tema de capa | Giuseppe Cocco:** Nem coerentes, nem lógicas, as lutas de Junho de 2013 sobrevivem à revelia da compreensão da esquerda
- 49 ■ **Tema de capa | Luiz Werneck Vianna:** O terremoto de Junho de 2013 foi sufocado e não oxigenou a política brasileira
- 53 ■ **Tema de capa | João Paulo do Vale de Medeiros:** A política para além do apego religioso ao Estado, da fetichização do progresso e da secundarização das questões ambientais
- 58 ■ **Tema de capa | Guilherme Kranz:** Saldo de Junho de 2013 mostra potência da organização para além das instituições políticas
- 62 ■ **Mary Hunt:** O lugar das mulheres no pontificado de Francisco
- 66 ■ **Ezio Manzini:** Design, uma estratégia de articulação pelo bem comum
- 70 ■ **Crítica internacional | Bruno Lima Rocha:** El Salvador e a integração forçada com os Estados Unidos
- 72 ■ **Publicações | Rafael Lopez Villasenor:** Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana
- 73 ■ **Publicações | José Roque Junges:** Os documentos eclesiais pós-sinodais "Familiaris Consortio" de Wojtyła e "Amoris Laetitia" de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial
- 75 ■ **Outras edições**

 <p>Revista do Instituto Humanitas Unisinos</p> <p>ISSN 1981-8769 (impresso) ISSN 1981-8793 (on-line)</p> <p>A IHU On-Line é a revista do <b>Instituto Humanitas Unisinos - IHU</b>. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio <a href="http://www.ihu.unisinos.br">www.ihu.unisinos.br</a> e no endereço <a href="http://www.ihuonline.unisinos.br">www.ihuonline.unisinos.br</a>.</p> <p>A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.</p>	<p><b>Diretor de Redação</b> Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)</p> <p><b>Coordenador de Comunicação - IHU</b> Ricardo Machado – MTB 15.598/RS (ricardom@unisinos.br)</p> <p><b>Jornalistas</b> João Vitor Santos – MTB 13.051/RS (joaovs@unisinos.br)</p> <p>Patricia Fachin – MTB 13.062/RS (prfachin@unisinos.br)</p> <p>Vitor Necchi – MTB 7.466/RS (vnechi@unisinos.br)</p> <p><b>Revisão</b> Carla Bigliardi</p> <p><b>Projeto Gráfico</b> Ricardo Machado</p> <p><b>Editoração</b> Gustavo Guedes Weber</p> <p><b>Atualização diária do sítio</b> Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia</p>	<p>Fachin, Cristina Guerini, Evlyn Zilch, Anielle Silva, Victor Thiesen, William Gonçalves, Stefany de Jesus Rocha, Wagner Fernandes de Azevedo e Eric Machado.</p>  <p><b>Instituto Humanitas Unisinos - IHU</b> Av. Unisinos, 950   São Leopoldo / RS CEP: 93022-000 <b>Telefone:</b> 51 3591 1122   Ramal 4128 <b>e-mail:</b> <a href="mailto:humanitas@unisinos.br">humanitas@unisinos.br</a></p> <p><b>Diretor:</b> Inácio Neutzling <b>Gerente Administrativo:</b> Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)</p>
--	--	--

Entrevistas completas em [www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias](http://www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias)

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU na última semana.

## A crise dos governos progressistas, 40 anos depois da queda do socialismo real



*“Se quisermos pensar os casos dos países latino-americanos nesses últimos anos, é difícil dizer que houve um projeto claro que poderíamos chamar de progressista.”*

Paulo Kliass, graduado em Administração Pública pela FGV– SP, mestre em Economia pela USP e doutor em Economia pela Université de Paris 10. Disponível em <https://bit.ly/2JLEGtD>.

## Exportação de gado vivo não respeita a dignidade animal



*“É algo inadmissível, porque os bois vivem em meio a fezes e urina. Os responsáveis pelo navio dizem que soltam esses excrementos no mar, mas isso significa mais poluição ao meio ambiente.”*

Silvana Andrade, jornalista, vegana e ativista pelos direitos animais. Presidente da Agência de Notícias de Direitos Animais – Anda. Disponível em <https://bit.ly/2sXJQwo>.

4

## Controle biológico como alternativa ao consumo excessivo de agrotóxicos



*“Controle biológico é um fenômeno natural que consiste na regulação de plantas e animais por agentes de mortalidade biótica.”*

José Roberto Parra, graduado em Engenharia Agrônoma, mestre e doutor em Entomologia pela USP. Professor da USP. Disponível em <https://bit.ly/2HQFEU1>.

## Necessidades do Antropoceno e tecnologias digitais pedem nova política



*“Esse pensamento de bandeirante é que tornou possível vir das mãos de governos que se reivindicaram de esquerda a liberação dos transgênicos, a aposta nos combustíveis fósseis e a ênfase no pré-sal.”*

Alexandre Araújo Costa, formado em Física, Ph.D. em Ciências Atmosféricas, professor da UFC. Disponível em <https://bit.ly/2LRJ7np>.

## Reforma tributária e a redução da regressividade do imposto



*“Como a base de arrecadação é baixa, os mais pobres acabam pagando ainda mais imposto.”*

Rodrigo de Losso, doutor em Economia pela Universidade de Chicago, professor da USP. Disponível em <https://bit.ly/2yjRoyu>.

Textos na íntegra em [www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias](http://www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias)

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

### Livro sobre intelectuais negros põe em xeque ideia de democracia racial no país

*Desde as primeiras décadas do século passado, intelectuais negros mobilizavam-se, por meio de jornais, clubes e organizações próprias, inserindo-se em debates e iniciativas com o objetivo de promover a plena inserção dos afrodescendentes na sociedade brasileira. A atuação desses grupos é o tema do livro *Termos de inclusão: Intelectuais negros brasileiros no século XX, da argentina Paulina Alberto*.*

Reportagem de Marta Avancini, publicada por Jornal da Unicamp em 8-6-2018, disponível em <https://bit.ly/2HOHvZm>.

### “A organização capitalista do trabalho privilegia o poder ao lucro”. Entrevista com Thomas Coutrot

*Não faz sentido esforçar-se para ressuscitar um compromisso fordista que está há muito tempo morto e enterrado, estima o economista e estatístico francês Thomas Coutrot, cofundador de *Economistes Atterrés* e porta-voz da *Attac*.*

Entrevista de Catherine André, publicada por Alternatives Économiques, 12-06-2018, disponível em <http://bit.ly/2tgDzv1>.

### Aprovação do aborto pode ser passo histórico na Argentina, que deixaria Brasil para trás

*O aborto legal venceu na Câmara dos Deputados e nas ruas de Buenos Aires. Em uma votação acalorada e muito apertada, que se prolongou durante mais de 20 horas, os legisladores aprovaram o projeto de lei para a interrupção voluntária da gravidez, por 129 votos a favor e 125, contra.*

Reportagem de Mar Centenera, publicada por El País em 14-6-2018, disponível em <https://bit.ly/2yfs1y6>.

5

### Terras indígenas foram invadidas com soja transgênica, conclui Ibama

*Gaza viveu o dia mais sangrento desde que a onda de protestos palestinos em massa começou em 30 de março. As manifestações de dezenas de milhares de moradores da Faixa — que lançaram pedras e pneus em chamas — devido à mudança da embaixada dos EUA para Jerusalém, matou pelo menos 55 manifestantes e deixou centenas de feridos a bala na fronteira.*

Reportagem de Rubens Valente, publicada por Folha de S. Paulo, reproduzida por Amazônia.org em 12-06-2018, disponível em <https://bit.ly/2HS0bHt>.

### O desastroso legado da Copa do Mundo de Futebol de 2014

*“A megalomaniaca proposta de fazer ou reformar 12 estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014 só se justifica pelo interesse daqueles políticos e empreiteiros que visavam lucrar com a corrupção das obras superfaturadas.”*

Artigo de José Eustáquio Diniz Alves, publicado por EcoDebate em 13-6-2018, disponível em <https://bit.ly/2192NYO>.

### O que acontece quando o poder público escolhe cortar investimento em áreas sociais?

*O que você faria se soubesse que a mortalidade infantil aumentaria? Que mais famílias ficariam desamparadas? E que políticas públicas nas áreas de educação, saúde e proteção social seriam enfraquecidas, prejudicando especialmente crianças e adolescentes brasileiros? Infelizmente, a projeção é que isso ocorrerá nos próximos anos.*

Artigo de Thaís Dantas, publicado por El País em 11-6-2018, disponível em <https://bit.ly/2MqCg5v>.

# Eleições 2018 e os desafios para o Brasil enfrentar os retrocessos

Para Renato Janine Ribeiro, a saída para o estado de crises passa essencialmente pela política e não pela repulsa desse campo

João Vitor Santos

O Brasil chega ao final de um primeiro semestre de ano eleitoral mergulhado em impasses e incertezas. Pesquisas apontam que, mesmo preso e tendo a possibilidade de ser impedido de concorrer, o ex-presidente Lula tem a maioria das intenções de voto. Em segundo lugar, está Jair Bolsonaro e sua extrema direita reacionária, enquanto a dita direita mais moderada, assim como demais partidos de centro e de esquerda, “tateiam” para apontar um nome capaz de fazer frente a esse cenário. Não obstante a nebulosa perspectiva de futuro, o país ainda rema para superar a crise econômica e, a cada dia, parece afundar ainda mais nas crises políticas e institucionais. O professor Renato Janine Ribeiro define esse quadro como um retrocesso, pois a crise de hoje está relacionada ao descrédito que a cúpula política do país vem provocando. Para ele, isso ficou claro no recente episódio da greve dos caminhoneiros. “Vemos um governo que não sabe o que fazer quando o Brasil todo é praticamente paralisado em termos de produção e trabalho”, dispara. E acrescenta: “depois se vê que ele está agindo de forma incoerente para tentar acalmar os caminhoneiros, os acionistas da Petrobras e setores que estão incompatíveis”.

Na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line**, o professor considera que o fato de o governo “não ter rumo” “é fruto dessa ruptura grande que foi o impeachment”. Janine viu de muito perto toda a gestação do que culminou na derrocada do governo petista. “Se não tivesse havido impeachment, se a presiden-

te Dilma tivesse negociado com a oposição e os setores responsáveis do PSDB tivessem dito que não valia a pena promover a aventura do impeachment, se uma política econômica tivesse sido definida e retomasse o crescimento econômico, nós já teríamos superado essa crise há algum tempo”, analisa. Sobre as eleições de outubro, reitera que é o momento ideal para enfrentar esses retrocessos. “Tem que mudar a política, melhorar os políticos, mas não pode ficar numa história de desqualificar a política, porque é um retrocesso. O Brasil está vivendo um grande retrocesso hoje, e esse é um problema que temos de enfrentar”, sugere.

**Renato Janine Ribeiro** foi ministro de Estado da Educação por seis meses no segundo governo de Dilma Rousseff. É professor titular da Universidade de São Paulo - USP, na disciplina de Ética e Filosofia Política. Possui doutorado em Filosofia pela USP, atua na área de Filosofia Política, com ênfase em teoria política. Recebeu o Prêmio Jabuti de Literatura em 2001 pela obra *A Sociedade Contra o Social* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000). Agora em 2018, está lançando *A Pátria Educadora em colapso* (São Paulo: Três Estrelas, 2018), livro em que narra os bastidores da política, à época de sua passagem pelo Ministério da Educação.

Confira uma parte da entrevista. A íntegra foi publicada nas Notícias do dia de 15-6-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2JOUAnl>.

# “Vemos um governo que não sabe o que fazer quando o Brasil todo é praticamente paralisado em termos de produção e trabalho”

mos a pesquisa do Datafolha que saiu ontem [10-06-2018]: em primeiro lugar Lula, que está inelegível; em segundo lugar ninguém; em terceiro Bolsonaro, com 27%. E aqueles que têm 5% ou 6%, como [Geraldo] Alckmin<sup>2</sup>, estão apostando que conseguirão chegar ao segundo turno com 20% e disputar a final. Das três forças mais poderosas, hoje, no país, só duas poderão ir para a final da “Copa do Mundo” das eleições no Brasil: Bolsonaro está bem colocado, e na outra vaga não sabemos se iria, por exemplo, Alckmin, que está muito fraco, ou qualquer outro candidato.

Então nós temos a extrema direita com Bolsonaro, bem posicionado nas pesquisas, temos a direita que não está passando dos 20%, e ainda no mesmo espectro Alckmin, [Henrique] Meirelles<sup>3</sup> e Álvaro Dias<sup>4</sup>, mas

que também não bate nos 10%. Na centro-esquerda nós temos Ciro [Gomes]<sup>5</sup> disputando com o nome que ainda será indicado pelo PT, que ainda não foi formalizado e que não sabemos quem é, depende do Lula. Acredito que toda essa mudança política que foi promovida pela oposição perde totalmente o sentido se Lula for eleito, pois fizeram de tudo para evitar isso.

Nesse ponto, é muito parecido com 1964, quando os golpistas diziam: “vamos arrumar a casa, ano que vem, 1965, tem eleição”. No entanto, quando eles viram que [Carlos] Lacerda<sup>6</sup> não iria ganhar, caçaram Juscelino [Kubitschek]<sup>7</sup>, e quando

viram que Lacerda não era confiável, caçaram as eleições. Não sei se chegaremos a esse ponto. Pode ser que impeçam Bolsonaro de concorrer, mas será que conseguem eleger Alckmin com 7% dos votos? Não sei. E a própria esquerda e centro-esquerda dividida entre Ciro e o nome que não sabemos quem vai ser do PT, e ainda os pequenos nomes, [Guilherme] Boulos<sup>8</sup> e Manuela D’Ávila<sup>9</sup>, que estão concorrendo honrosamente com as suas chapas.

Ainda tem a Marina [Silva]<sup>10</sup>, que é candidata de centro, mas que ficou um tanto queimada depois de duas vezes ganhar 20% dos votos e não estar trabalhando esse público de 1/5 da população brasileira que lhe fez confiança. São quatro anos e depois mais quatro anos sem ouvi-la. É uma situação extremamente indecisa.

1 Acesse detalhes da pesquisa em <http://bit.ly/2taiFxA>. O IHU, na seção Notícias do Dia, em seu site, publicou alguns textos que analisam o cenário trazido pela pesquisa. Entre eles *Eleições: Três tendências e um grande erro*, disponível em <http://bit.ly/2sXPQoZ>. Leia mais em [ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias](http://ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias). (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Geraldo Alckmin** [Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho] (1952): médico e político brasileiro nascido em Pindamonhangaba (SP), filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Foi governador de São Paulo entre 2001 e 2006 e de 2011 a 2018, tendo renunciado no dia 6 de abril para disputar as eleições presidenciais. Em 2006, concorreu à presidência da República pelo PSDB, sendo derrotado por Lula. Atualmente é pré-candidato à presidência da República. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Henrique de Campos Meirelles** (1945): executivo da área financeira e ex-ministro da Fazenda do Brasil. Foi presidente internacional do BankBoston e presidente do Banco Central do Brasil (BCB), cargo que ocupou de 2003 a 2011, durante o governo Lula. Foi Chairman do Lazard Americas, banco de investimento sediado em Nova York, senior advisor da Kolberg, Kravis and Roberts (KKR), uma empresa global de investimentos, membro do Conselho da Lloyd’s of London, empresa global de seguros, membro do conselho consultivo da J&F Investimentos, membro do Conselho de Administração da Azul Linhas Aéreas Brasileiras, entre outros. Atualmente, é pré-candidato à presidência da República pelo MDB, antigo PMDB. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Álvaro Fernandes Dias** (1944): historiador, professor e político brasileiro. Filiado ao Podemos (PODE), exerce atualmente o cargo de Senador da República Federativa do Brasil, representando o Estado do Paraná. Lançou pré-candidatura para disputar as eleições à presidência em 23

de março de 2018. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Ciro Gomes** (1957): político, advogado e professor universitário nascido em Pindamonhangaba (SP). Filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), do qual é vice-presidente. Ocupou altos cargos políticos no país. Foi deputado estadual por duas legislaturas no Ceará, prefeito de Fortaleza, governador do Ceará e ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, durante a implantação do Plano Real, e ministro da Integração Nacional durante o projeto de transposição do rio São Francisco no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Seu último mandato político foi o de deputado federal entre 2007 e 2010. Radicado em Sobral, Ceará desde 1962, é formado em direito pela Universidade Federal do Ceará. No setor privado, também ocupou os cargos de presidente da Transnordestina S/A e foi um dos diretores da Companhia Siderúrgica Nacional. É pré-candidato à presidência da República para 2018. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Carlos Lacerda [Carlos Frederico Werneck de Lacerda]** (1914-1977): jornalista e político carioca. Iniciou sua carreira profissional em 1929, escrevendo artigos para o Diário de Notícias, publicados numa seção dirigida por Cecília Meireles. Em inícios de 1934, acadêmico de Direito, aproximou-se da Federação da Juventude Comunista, órgão do PCB. Durante um tempo foi comunista, passando para a extrema direita, nos anos 1940. Editava o jornal Tribuna da Imprensa. Foi o principal inimigo do presidente Getúlio Vargas. Em 1955, publicou uma série de reportagens denominada *A Batalha do Rio*, que puxou a favela para a mídia e colocou-a no centro do conflito ideológico, o qual não desaparecera com a simples prescrição jurídica do Partido Comunista, que foi posto na ilegalidade. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Juscelino Kubitschek de Oliveira** (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Juscelino instituiu o plano de governo baseado no slogan “Cinquenta anos em cinco”, direcionado para a rápida industrialização do País (especialmente via indústria automobilística). Além do progresso econômico, no entanto, houve também um

grande aumento da dívida pública. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder*. JK, 50 anos depois, disponível em <http://bit.ly/ihuon166>. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Guilherme Boulos** (1982): ativista, político, professor e escritor nascido em São Paulo (SP). Membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Reconhecido como uma das principais lideranças da esquerda no Brasil e pré-candidato à presidência pelo PSOL para as eleições de 2018, tendo a líder indígena Sônia Guajajara como vice. Formado em filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), onde ingressou em 2000. Também é psicanalista e leciona psicanálise. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Manuela d’Ávila** [Manuela Pinto Vieira d’Ávila] (1981): jornalista e política brasileira, filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foi deputada federal pelo Rio Grande do Sul entre 2007 a 2015 e líder de seu partido na Câmara dos Deputados, em 2013. Exerce atualmente o mandato de deputada estadual em seu estado. Em 2017, foi indicada por seu partido como pré-candidata à Presidência para a eleição de 2018. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Marina Silva** (1958): política brasileira, ambientalista e pedagoga. Foi senadora pelo estado do Acre durante 16 anos. Foi ministra do Meio Ambiente no Governo Lula, do seu início (1/1/2003) até 13 de maio de 2008. Também foi candidata à presidência da República em 2010 pelo Partido Verde (PV), obtendo a terceira colocação entre nove candidatos. Também foi candidata à presidência em 2015 pelo PSB, depois da morte de Eduardo Campos. Marina era vice de Campos e acabou assumindo a chapa. Atualmente ela é pré-candidata à presidência da República. (Nota da **IHU On-Line**)

“Tem que mudar a política, melhorar os políticos, mas não pode ficar numa história de desqualificar a política”

**IHU On-Line — Mesmo depois da prisão, o ex-presidente Lula segue sendo anunciado pelo PT como seu candidato à presidência da República. Como compreender essa estratégia do partido?**

**Renato Janine Ribeiro** — A estratégia do PT faz sentido por duas razões. Uma é a questão de honra e de ética: como Lula foi condenado em um julgamento, pelo menos, duvidoso, falta legitimidade na condenação dele e essa condenação nos coloca muito próximos do que aconteceu na Malásia, na Rússia e na Costa do Marfim, que são três países em que o candidato da oposição, às vezes até com grande intenção de votos, foi impedido de concorrer por decisões judiciais, no mínimo, duvidosas e de sentido basicamente político. E, do ponto de vista do PT, é querer garantir a forte convicção da inocência do presidente e do seu direito de concorrer. Esse é um primeiro ponto que chamaria de ético e até uma questão de honra.

Um segundo ponto é a questão de garantir um percentual de intenções de votos elevado. Existe muito mais gente disposta a votar em Lula do que em [Fernando] Haddad<sup>11</sup>, Tarso

[Genro]<sup>12</sup>, Jaques Wagner<sup>13</sup> ou Celso Amorim<sup>14</sup>. Portanto, creio que eles pretendem transferir essa intenção de maneira compulsória para um eventual nome que surja no lugar. Quanto a quem seria esse nome, geralmente se fala em Jaques Wagner, o qual, porém, tem sérias ressalvas concernentes a sua vida pessoal. Parece que sua família realmente quer sair da Bahia e isso é absolutamente respeitável.

Aparentemente, entre esses nomes, o que tem mais chances é Haddad, que é um nome do Sudeste. Uma curiosidade: até a década de 1960 e 1970, São Paulo era considerado região Sul, não se tinha região Sudeste. Hoje, quando falamos de Sul e Sudeste, São Paulo tem muita coisa parecida com os três estados do Sul — politicamente e economicamente. Então, se pegarmos São Paulo mais Sudeste, Haddad é o nome mais palatável entre os outros nomes que surgem. É mais ou menos consenso hoje na política que o ideal é ter uma aliança, se conseguir, com dois partidos, presidente e vice-presidente, um do Sul e Sudeste e outro do Nordeste. Isso porque são os grandes colégios eleitorais do país. Assim, este seria um desenho: Haddad teria um vice do Nordeste, Ciro teria um vice do Sul/Sudeste, e por aí vai. Se tentar alguma coisa Sul puro ou Sul/Sudeste puro, não tem muita chance; por exemplo, Alckmin e Álvaro Dias, ou, pior ainda, Alckmin e [João] Doria — é só um delírio, pois dois paulistas tucanos na mesma chapa é uma coisa sem pé nem cabeça.

**Menos tempo para “levar porrada”**

Resumindo tudo isso, penso que a estratégia do PT é, por um lado, ga-

rantir até quase o fim a candidatura de Lula e, por outro lado, tentar transferir votos na alta. Agora, isso significa um caminho de manter esse nome oculto muito tempo, o que tem uma vantagem, é verdade, pelo cenário. É o que houve com Marina em 2014. Enquanto Aécio, Dilma e Eduardo Campos<sup>15</sup> “levaram porrada” durante um ano, um ano e meio, Marina, quando surgiu como candidata, tinha um mês e meio de campanha e isso era pouco para “levar porrada”. A desconstrução das candidaturas, que é um traço forte, implacável e até cruel das eleições brasileiras, não ocorreu com Marina e, infelizmente, foi uma semi-inclusão, pois a própria Marina não segurou a onda leve que recebeu; enquanto os outros recebiam um tsunami, ela recebia uma marola e não deu conta disso.

Fato é que um candidato que entre para concorrer em agosto, por exemplo, com 45 dias pela frente, terá sido menos atacado que os demais que já estão sendo atacados. Embora já queiram também em outro processo político indiciar Fernando Haddad, ele está com muito menos bombardeio do que outros.

**Não é loucura**

Desejo retomar um ponto: essa ideia de manter o candidato até o fim não é louca, pois em 1985, quando ocorreram as primeiras eleições para prefeito de capital depois da ditadura, Jaime Lerner<sup>16</sup> foi liberado para concorrer em Curitiba cinco dias antes das eleições e ganhou. Logo, se o Lula for liberado cinco dias antes das eleições, ele ganha.

<sup>15</sup> **Eduardo Henrique Accioly Campos** (1965-2014): foi um economista e político brasileiro. Foi governador de Pernambuco por dois mandatos, presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e candidato à presidência da República nas eleições presidenciais de 2014. Neto de Miguel Arraes de Alencar, Eduardo, desde cedo, conviveu com nomes emblemáticos da política local e nacional. Campos era graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Aprovado no vestibular desta instituição com 16 anos, concluiu a faculdade aos 20, sendo também orador da turma. Sua morte ocorreu na manhã de 13 de agosto de 2014, quando o jato em que viajava do Rio de Janeiro a Guarujá caiu em um bairro residencial de Santos. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>16</sup> **Jaime Lerner** (1937): político, arquiteto e urbanista brasileiro, filiado ao Democratas (DEM). Foi prefeito de Curitiba por três vezes (1971-75, 1979-84 e 1989-93) e governador do Paraná por duas vezes (1995-1999 e 1999-2003). Foi eleito presidente da União Internacional de Arquitetos (UIA) em julho de 2002. Atualmente Lerner é urbanista e consultor das Nações Unidas para assuntos de urbanismo. (Nota da **IHU On-Line**)

(PPPs) no Brasil. Atualmente, é um dos nomes cotados a concorrer à presidência da República pelo PT, caso a campanha de Lula seja impugnada. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>12</sup> **Tarso Genro** (1947): advogado e político nascido em São Borja (RS). Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi duas vezes prefeito de Porto Alegre, ministro da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 3 de outubro de 2010, elegeu-se governador do Rio Grande do Sul no primeiro turno, com mais de 54% dos votos válidos. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>13</sup> **Jaques Wagner** (1951): é um político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores. Foi governador da Bahia de 2007 a 2014 e ministro-chefe da Casa Civil de 2015 a 2016. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>14</sup> **Celso Luiz Nunes Amorim** (1942): diplomata brasileiro e ex-ministro da defesa. Ao longo de sua carreira, ocupou por duas vezes o cargo de ministro das Relações Exteriores do Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>11</sup> **Fernando Haddad** (1963): advogado, acadêmico e político nascido em São Paulo (SP). Filiado ao PT. Ministro da Educação entre julho de 2005 e janeiro de 2012, nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e prefeito de São Paulo entre 2013 e 2016. É professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo, instituição onde graduou-se em Direito, fez mestrado em Economia e doutorou-se em Filosofia. Trabalhou como analista de investimento no Unibanco e, de 2001 até 2003, foi subsecretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico da prefeitura de São Paulo, na administração de Marta Suplicy. Integrou o Ministério do Planejamento do Governo Lula durante a gestão de Guido Mantega (2003-2004), oportunidade na qual elaborou o projeto de lei que instituiu as Parcerias Público-Privadas

## Leia mais

- **Num Brasil sem diálogo, escola vira arena para disputas.** Entrevista com Renato Janine Ribeiro, publicada na revista IHU On-Line número 516, de 4-12-2017, disponível em <http://bit.ly/2JKchEh>.

- **“A intolerância cresceu brutalmente na política”.** Entrevista com Renato Janine Ribeiro, publicada nas Notícias do Dia de 2-9-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2B7evd3>.

- **Dá para pensar a política eticamente, sim ou não?** Entrevista com Renato Janine Ribeiro, publicada na revista IHU On-Line número 398, de 11-8-2012, disponível em <http://bit.ly/2jNwLEp>.

- **“PT permitiu que agenda social se dissociasse da agenda moral”.** Entrevista especial com Renato Janine Ribeiro, publicada nas Notícias do Dia de 27-3-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2AZBvtz>.

- **A essência da técnica não é nada de técnico.** Entrevista especial com Renato Janine Ribeiro, publicada nas Notícias do Dia de 14-10-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2A1KN9g>.



## Cadernos Teologia Pública

Cadernos Teologia Pública divulga artigos que apresentam a contribuição da teologia com os debates que se desenvolvem na esfera pública da sociedade e na universidade, com abertura ao diálogo com as ciências, com a cultura e com as religiões.

Publicações disponíveis em: [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

## Baú da IHU On-Line

O Instituto Humanitas Unisinos – IHU publicou uma série de entrevistas, cadernos e revistas sobre temas que dialogam com a temática de Junho de 2013. Acompanhe abaixo a produção:

- **#VEMpraRUA: Outono Brasileiro? Leituras.** Cadernos IHU ideias, edição 191, publicado em 2013, disponível em <http://bit.ly/2LUodnE>;

- **A potência das ruas em debate.** Edição 434 da revista IHU On-Line, de 9-12-2013, disponível em <http://bit.ly/2LRjumM>;

- **Movimentos tradicionais, autonomistas e um novo ciclo de lutas no Brasil.** Entrevista especial com Alana Moraes publicada nas Notícias do Dia, de 24-10-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2sXCid0>.

- **O 18 de brumário brasileiro.** Artigo de Bruno Cava publicada nas Notícias do Dia, de 8-12-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2LKMsoW>;

- **Qual será o novo ciclo político na América do Sul? O momento é de desconcertos e reorganizações.** Entrevista especial com Bruno Cava publicada nas Notícias do Dia, de 13-1-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2LLf5lf>;

- **A esquerda desconectada e o impasse das novas manifestações.** Entrevista especial com Bruno Cava publicada nas Notícias do Dia, de 16-4-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2sU1vVI>.

- **Manifestação jovem de Porto Alegre. Uma crítica à instrumentalização da vida.** Entrevista especial com Carlos A. Gadêa publicada nas Notícias do Dia, de 11-4-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2HMDEfm>;

- **O levante de Junho de 2013 atacou o “hard power” brasileiro.** Entrevista especial com Giuseppe Cocco publicada nas Notícias do Dia, de 27-9-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2JM0hpf>;

- **“Toda a representação está num impasse”.** Entrevista especial com Giuseppe Cocco publicada nas Notícias do Dia, de 5-1-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2JxPGPt>;

- **Uma saída pragmática, sem vestir vermelho, poderá promover grandes mudanças para a crise brasileira.** Entrevista especial com Moysés Pinto Neto publicada nas Notícias do Dia, de 11-9-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2Jv2yFP>;

- **Da incompreensão das ruas à judicialização da política brasileira.** Entrevista especial com Moysés Pinto Neto publicada nas Notícias do Dia, de 16-3-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2sRHllw>;

- **O Brasil na era dos esgotamentos da imaginação política. Uma nação de zumbis que têm na melancolia seu modo de vida.** Entrevista especial com Vladimir Safatle entrevista publicada nas Notícias do Dia, de 20-6-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2JOLXJs>.





# Junho de 2013 aconteceu, mas não teve lugar

Rodrigo Nunes avalia que, apesar de Junho de 2013 ter sido o maior fato político de massas desde as Diretas Já, cinco anos depois das manifestações aquela geração está menos visível, porque o jogo político voltou a ser dominado pela geração da redemocratização

Patricia Fachin

“N ão há nenhuma dúvida de que 2013 foi o fato político de massas mais importante do país desde as Diretas Já”. É assim que Rodrigo Nunes, professor de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, resume o significado das manifestações que aconteceram há cinco anos. Qualificar aqueles protestos desse modo, explica, não significa “fetichizá-los” ou “romantizá-los”, mas fazer justiça ao que eles representaram. “Fazer justiça’, para mim, quer dizer: reconhecer que uma coisa daquelas não é trivial; perceber que um novo momento político, para bem e para mal, se abre ali; e insistir que o potencial que existia ali é muito maior que todos os desdobramentos posteriores, e que não se esgotou em nenhum deles. Junho de 2013 aconteceu, mas não teve lugar; e tudo que temos vivido desde então decorre disto”, pontua.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Nunes frisa que Junho de 2013 pode ser analisado em termos geracionais como se opondo à geração da redemocratização, aquela que participou da formação do PT, da CUT, do MST e se construiu no contexto de grandes movimentos populares. Nessa perspectiva, compara, “o destino desta geração 2013 tem tudo a ver com a ideia de que Junho não teve lugar, logo também guarda semelhanças com o destino da geração 68. Aquela foi uma experiência formadora para muita gente, mas também profundamente traumática. (...) Neste sentido, esta geração é inteiramente herdeira de um certo ‘trauma da organização’ que atravessa a história da esquerda no mínimo desde Maio de 68:

um certo medo de que a organização de que se precisa para mudar o mundo é também aquilo que pode nos impedir de fazê-lo, e a melancolia e o sentimento de impotência que seguem daí. Mas, por outro lado, ela é comparável à seleção brasileira derrotada em 2014: uma geração muito jovem e inexperiente que subitamente se viu com um peso enorme nas costas por conta do envelhecimento precoce da geração anterior”.

Cinco anos depois da efervescência de Junho de 2013, conclui, “esta geração está menos visível que antes – por conta dessa relativa fragmentação nos diversos ativismos ditos ‘minoritários’, porque o jogo político voltou a ser dominado pela geração da redemocratização, e porque este impasse segue sem ser elaborado”. E adverte: “O saldo organizativo de Junho de 2013 é catastrófico. Fora os coletivos ditos ‘minoritários’ (e MBL e Fora do Eixo), há hoje menos espaços de encontro e coordenação do que havia há cinco anos. Isto faz com que vários indivíduos queiram atuar politicamente, mas não encontrem maneiras de fazê-lo, enquanto muitos parecem ter abandonado a política por completo”.

**Rodrigo Nunes** é doutor em Filosofia pelo Goldsmiths College, Universidade de Londres, e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Na segunda metade deste ano, ele será pesquisador visitante na Brown University, nos Estados Unidos. Seu novo livro, intitulado *Beyond the Horizontal. Rethinking the Question of Organisation*, será publicado no próximo ano pela editora Verso.

**Confira a entrevista.**

# “Uma das provas do quanto 2013 importa é esta dificuldade que se tem, no debate político, de produzir análises desapaixonadas a seu respeito”

## IHU On-Line - Que análise faz de Junho de 2013, cinco anos depois?

**Rodrigo Nunes** - A coincidência do aniversário de cinquenta anos de Maio de 1968 e os cinco anos de Junho de 2013 nos facilita uma série de comparações. A mais óbvia é que, em ambos os casos, estamos falando de eventos locais que se inscrevem em ciclos globais de contestação. Isto já nos oferece uma chave de leitura: o destino desses acontecimentos no Brasil tem de ser lido também no interior de uma deriva política mundial na última década.

Para além de fatores como a imensa popularização das redes sociais, podemos identificar aí três grandes componentes de fundo. Primeiro, a crise econômica mundial iniciada em 2007 e a falta de resposta política a ela. Se pensarmos que a estagnação dos anos 70 levou à morte do keynesianismo e do Estado de bem-estar social, veremos a diferença para o que era para ter sido a debacle do capitalismo financeiro desregulado e virou, pelo contrário, uma desculpa para a intensificação de políticas austeritárias.

Segundo, a modo como isto expôs o quanto a política representativa, à direita e à esquerda, fora capturada por interesses corporativos e financeiros. Houve ali uma demonstração patente do quanto a democracia fora corrompida, do quanto o modelo representativo deixara de oferecer uma representação minimamente fidedigna da sociedade e passara a funcionar como sistema de blindagem de alguns interesses econômicos.

Isto leva, terceiro, a um colapso do “centrismo”, o consenso ideológico entre direita e esquerda *mainstream* desde os anos 90 de que o único horizonte político possível seria gerir, com maior ou menor sensibilidade social, o capitalismo neoliberal. Isto implica, por sua vez, no reforço de alternativas mais à esquerda e mais à direita.

Este colapso do centro do espectro partidário tende a começar pela centro-esquerda, por motivos óbvios: é ela que é vista como traidora ou hipócrita ao abraçar valores, aliados e políticas historicamente associados com a direita. Isso acontece em certa medida com os Democratas norte-americanos, com o PS francês, com o PSOE na Espanha, com o Labour pré-Corbyn no Reino Unido, com o PASOK grego – este último vira praticamente sinônimo deste tipo de processo com o termo “pasokificação”. Fatos como a eleição de Macron<sup>1</sup> na França e a recente ascensão de um novo líder do PSOE devem ser vistos mais como arranjos temporários para estancar uma crise que não se resolveu do que uma estabilização de longo prazo.

## Junho de 2013

Quer a lei do desenvolvimento desigual e uniforme que o Brasil fosse um ponto um pouco fora da curva nessa narrativa. Junho de 2013

<sup>1</sup> **Emmanuel Macron** [Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron] (1977): é um político, funcionário público e banqueiro francês, atual presidente do seu país. Macron estudou filosofia na Universidade de Paris X - Nanterre, concluiu um mestrado em políticas públicas no Instituto de Estudos Políticos de Paris, e depois se formou na Escola Nacional de Administração em 2004. Em seguida, passou a trabalhar na Inspeção-Geral de Finanças antes de se tornar um sócio do banco Rothschild. (Nota da **IHU On-Line**)

acontece quando temos no poder um partido que, ao mesmo tempo cada vez mais integrado ao *mainstream*, representara uma novidade real na história política do país, tendo tirado milhões de pessoas da miséria, ampliado drasticamente o acesso à educação, e sido até ali bem-sucedido do ponto de vista econômico. Mas é preciso lembrar que o primeiro governo Dilma desde o início estivera alienando sua base política natural, especialmente entre os mais jovens, no varejo: um retrocesso na cultura aqui, um retrocesso na questão LGBT acolá... Mais que isso, o governo hipotecara seu capital político em descabros como Belo Monte — as críticas ao qual foram abundantemente comprovadas desde então — e os megaeventos esportivos, grandes farras de corrupção cujo legado, mais que pífio, é negativo. Por último, tratava-se também de um momento de inflexão econômica, não só pela deterioração de indicadores como a inflação, mas porque — como já se dizia então, e Laura Carvalho claramente no ótimo *Valsa Brasileira* — o expansionismo fiscal do governo Dilma era bem menos progressista do que se dizia e, na verdade, altamente concentrador de renda.

Podemos distinguir dois momentos bem claros nesta trajetória global. Na primeira metade da década, os ventos sopram para a esquerda; embora todos aqueles movimentos fossem bastante confusos e misturados, a demanda por mais participação e mais igualdade é clara em todos eles. Mas todos eles se confrontam ao mesmo tempo com seus limites internos e com a resistência

do centro político, inclusive (ou especialmente) da centro-esquerda, que tenta barrá-los para assegurar a própria sobrevivência. Estas possibilidades são bloqueadas, e o que acontece em seguida? Na segunda metade da década, os ventos sopram a favor da extrema direita. As únicas relativas exceções talvez sejam, hoje, Espanha e Reino Unido, onde o que ocorre é uma espécie de empate entre a nova esquerda e o centro; talvez o México possa em breve trazer algum alento. Mas em países como o Egito, o resultado é catastrófico: um regime tão ruim ou pior quanto o que se tinha.

É nesta hora que alguns concluem: “manifestantes ingênuos, deveriam saber que ia dar nisso”. Seria ridículo se não fosse profundamente desrespeitoso. Não era meia dúzia de tontos nas ruas; eram países inteiros mobilizados, e isto não só não é trivial, como é algo totalmente diferente do tipo de cálculo seguro que estes engenheiros das obras prontas fazem. Uma lição que Michel Foucault<sup>2</sup> tirou da Revolução Iraniana, que ele acompanhou antes que se consolidasse a virada teológica, é que há algo de irreduzível na revolta: as pessoas se revoltam porque têm alguma coisa que as está incomodando e este incômodo se tornou insuportável. É isso, junto com a esperança que vem da força coletiva, que contagia as pessoas quando uma revolta se propaga.

O bloqueio destas alternativas, em todo caso, oferece um segundo paralelo com 68. Em 1984, Deleuze<sup>3</sup> e

Guattari<sup>4</sup> publicaram um texto cujo título pode ser traduzido tanto como “Maio de 68 Não Aconteceu” quanto “Maio de 68 Não Teve Lugar”. Trata-se de um jogo de palavras: eles querem dizer justamente que maio de 68 *aconteceu*, mas *não teve lugar*, isto é, a transformação que era possível naquele momento não conseguiu se inscrever de fato na sociedade, ou se inscreveu de maneira amputada, distorcida, de certa forma até contra ela mesma.

Há quem diga hoje que 2013 não tem importância porque deixou um legado concreto insignificante. Mas esta é apenas uma das dimensões em que um acontecimento pode ser medido, e algo capciosa, porque resultados são objeto de disputas e sempre podem ser desfeitos. Pela mesma lógica, poderíamos dizer que os governos do PT também não importaram, já que os avanços que realizaram estão sendo tão facilmente revertidos. Se pensamos do ponto de vista da não redutibilidade, da não trivialidade daquilo que aconteceu, não há nenhuma dúvida que 2013 foi o fato político de massas mais importante do país desde as Diretas Já.

Dizer isto não implica dizer que foi perfeito, ou que o sonho importa mais que os resultados. Não se trata de “fetichizar” ou “romantizar”, como frequentemente se acusa, mas de fazer justiça ao acontecimento. “Fazer justiça”, para mim, quer dizer: reconhecer que uma coisa daquelas não é trivial; perceber que um novo momento político, para bem e para mal, se abre ali; e insistir que o potencial que existia ali é muito maior que todos os desdobramentos posteriores, e que não se esgotou em nenhum deles. Junho de 2013 aconteceu, mas não teve lugar; e tudo que temos vivido desde então decorre disto.

2 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 6-11-2006, disponível em <https://goo.gl/C2rx2k>; edição 364, de 6-6-2011, intitulada ‘*História da loucura*’ e o *discurso racional em debate*, disponível em <https://goo.gl/wj4FL3>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-9-2010, disponível em <https://goo.gl/M95yPv>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <https://goo.gl/RX6zqN>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault – Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos e

singularidades. (Nota da **IHU On-Line**)  
4 Pierre-Félix Guattari (1930-1992): filósofo e militante revolucionário francês. Colaborou durante muitos anos com Gilles Deleuze, escrevendo com este, entre outros, os livros *Anti-Édipo*, *Capitalismo e Esquizofrenia* e *O que é Filosofia?*. Félix Guattari, dotado de um estilo literário incomparável, é, de longe, um dos maiores inventores conceituais do final do século XX. Esquizoanálise, transversalidade, ecosofia, caosmosse, entre outros, são alguns dos conceitos criados e desenvolvidos pelo autor. (Nota da **IHU On-Line**)

## IHU On-Line - Então o espírito de Junho se manteve presente nesses cinco anos?

**Rodrigo Nunes** - Quando diz “junho de 2013”, muita gente tem em mente os grandes protestos que aconteceram nas áreas centrais das principais capitais brasileiras naquele mês. Aliás, é muito comum as pessoas terem em mente os protestos que aconteceram em apenas uma destas capitais — normalmente São Paulo — e fazerem grandes generalizações a partir disso.

Eu prefiro falar em “2013” ou “junho” para me referir a um ciclo de protestos que começa em junho de 2013 e se encerra na Copa de 2014. Este ciclo inclui manifestações em cidades grandes, médias e pequenas em todos os 27 estados, estimadas terem envolvido dois milhões de pessoas, tanto no centro das cidades como, em escala menor, nas periferias e favelas; a onda de ocupações de câmaras municipais entre julho e agosto de 2013; os protestos que continuaram acontecendo no Rio até outubro daquele ano; os grandes rolezinhos que aconteceram em São Paulo como resposta à repressão, na virada do ano; a greve selvagem dos garis no Rio em fevereiro de 2014; e até mesmo coisas como o Bom Senso FC.

Como podemos relacionar isto tudo? Em alguns casos, porque os participantes são os mesmos, ou se comunicam; em outros, porque as pautas e os repertórios de ação são os mesmos, ou se comunicam; em outros, porque as pessoas estão expressa e conscientemente respondendo umas às outras e ao contexto. Qual contexto? Em essência, este é o traço que liga todas essas coisas: um momento de crise simbólica do poder constituído e de alta mobilização social, em que as pessoas estão indo para as ruas e redes sociais expressar sua insatisfação com as instituições, a classe política, os serviços públicos, a qualidade de vida, a corrupção etc.

Este ciclo se encerra no dia da final da Copa, com a prisão dos 23 no Rio de Janeiro — até hoje não absolvidos porque a justiça sabe não ter elementos para condená-los —,

mas continuará reverberando e produzindo desdobramentos os mais variados pelos próximos anos. Aí entram os protestos pró-impeachment em 2015, as ocupações de escolas em 2016, a ampla adesão de setores não sindicais à greve geral de 2017, a greve dos caminhoneiros em 2018.

### **IHU On-Line - Em que sentido podemos dizer que os protestos anti-impeachment, o movimento secundarista e a mobilização dos caminhoneiros são desdobramentos de Junho?**

**Rodrigo Nunes** - Primeiro, porque eles seguem respondendo a esse contexto aberto por Junho: a desmoralização das instituições, do sistema político e daqueles que o manejam. Falo em “crise simbólica” porque ela não implica necessariamente uma crise do poder fático: o impeachment é justamente um golpe da classe política para, em troca de uma promessa de blindagem pela mídia e pelo grande capital, efetuar uma série de reformas de maneira inteiramente unilateral — e eles tiveram força para isso. Mas o preço disso, claro, foi aprofundar ainda mais essa crise; o impeachment, neste sentido, foi uma tentativa de estabilização do sistema que só fez criar mais instabilidade, como estamos vendo com as eleições.

Segundo, porque, em todos estes desdobramentos posteriores, tanto os participantes quando os governantes estão trabalhando com a memória de 2013, sua potência, os afetos que animou, o impacto que teve. Cada nova iniciativa aparece com a expectativa de ser “o novo 2013”, com esperança (por parte dos participantes) ou medo (por parte dos governantes). Neste sentido, se o desdobramento que mais se pareceu politicamente com 2013 foi o movimento dos secundaristas, o que mais se parece com 2013 em termos de impacto foi a greve dos caminhoneiros.

Além dessa memória, há também um lastro prático deixado pelas mobilizações de 2013: contatos, estru-

turas, modos de organização, repertórios de ação etc. O MBL aparece em 2013 e depois lidera os protestos pró-impeachment; alguns dos secundaristas estiveram nos protestos daquele período; os caminhoneiros se organizam de maneira distribuída através do WhatsApp.

### **Antagonismos**

No que o momento que vai de 2013 a 2014 difere do momento que vai de 2015 até 2018, então? Num ponto fundamental: se naquele curto intervalo as pessoas pareciam se compreender como participando de uma mesma luta comum, agora cada luta se situa como uma luta particular, isto é, como aliada de algumas e inimiga de outras. Dito de outra forma: de 2013 a 2014, o antagonismo é entre sociedade e sistema político; de 2015 em diante, as linhas de antagonismo se tornam mais complexas. Ainda há uma polarização forte entre sociedade e sistema político, como evidenciado pelo apoio popular aos caminhoneiros; mas essa linha de antagonismo agora é atravessada pela polarização entre petismo e antipetismo, bem como por um jogo complexo de alianças, cooptações e simbioses entre elementos do sistema político e setores sociais, organizados ou não.

### **Espírito de Junho**

O que seria o “espírito de junho”, então? Por um lado, este desencanto com o poder constituído, a constatação de que aquele abismo entre sociedade e poder constituído não só não se fechou, como ampliou-se ainda mais desde então. (Paradoxalmente, esta descrença também pode se expressar como seu contrário, a fé numa aposta às cegas: “esses políticos são todos iguais, menos fulano, que vai dar um jeito em tudo isso aí”. As pessoas perderam a fé no poder constituído, mas, por isso mesmo, desejam acreditar em algo.) Por outro lado, esse espírito também engloba uma certa “excitabilidade crítica”: uma desconfiância que se traduz em ânsia de participar, de intervir nos rumos do país, mesmo sem saber exatamente como.

Mas aqui entra uma questão. Use-se a palavra “politização” em dois sentidos, indicando seja o desejo de participar, seja a profundidade de análise e compreensão dos mecanismos da política. O que tivemos nestes cinco anos foi um crescimento da politização no primeiro sentido, mas que não foi acompanhado por um crescimento proporcional no segundo. Há muita gente cuja leitura da realidade, de como as instituições e os processos funcionam, de como intervir, ainda é bastante confusa. Pior ainda, constatou-se que existe no país — especialmente naquelas camadas que supostamente têm mais acesso à educação e informação! — um terreno fértil para *fake news* de todos os tipos, para não falar no preconceito nu e cru.

É como se tivéssemos encontrado aí um daqueles “gargalos estruturais” que travam a economia brasileira de tempos em tempos. É óbvio que o poder que a mídia teve para influenciar o impeachment e o poder que as *fake news* ganharam estão diretamente ligados ao fato de que, em uma década de governos petistas, não se fez nada para democratizar e diversificar a comunicação de massa. Esta fatura está sendo paga com juros pesados.

### **IHU On-Line – Uma das leituras feitas de Junho de 2013 é que essas manifestações tiveram como consequência o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Na sua avaliação, Junho de 2013 causou o impeachment?**

**Rodrigo Nunes** - É evidente que existe uma relação entre as duas coisas. A questão é que relação é essa, e sobre isso eu diria: 2013 cria um contexto, este contexto abre várias oportunidades, alguns agentes aproveitam suas oportunidades. Isso é totalmente diferente de afirmar que uma coisa é a causa da outra sem qualificação alguma. É infantil dizer que “Junho é o começo de tudo”, fazendo de conta que Junho não tem também as suas causas, ou querer reduzir Junho ao impeachment, ou o impeachment a Junho.

Mais que isso: se aquela fase de 2013 a 2014 é bloqueada, e o fio é retomado com os protestos pró-impeachment de 2015, isso diz tanto sobre a composição daquela fase inicial quanto sobre os resultados da ação de quem a bloqueou.

Uma das provas do quanto 2013 importa é esta dificuldade que se tem, no debate político, de produzir análises desapaixonadas a seu respeito; quase sempre, as pessoas estão tentando marcar pontos para a posição que defendem. Digo isso não em nome de uma suposta neutralidade científica, mas por uma questão política: nos movemos no interior de uma conjuntura tanto melhor quanto mais desapaixonada e mais precisa for nossa leitura da realidade. Infelizmente, as pessoas frequentemente preferem negar a realidade a revisar suas crenças ou sua identidade.

**IHU On-Line - Na primeira entrevista que nos concedeu sobre Junho de 2013, em 2014, você afirmou que desde o surgimento daquelas manifestações, “se cristalizou uma nova geração política no país”. Como essa geração vem atuando desde então?**

**Rodrigo Nunes** - O que eu dizia na época é que se, seguindo Karl Mannheim, pensamos gerações não em termos meramente etários, mas em relação a acontecimentos, isto nos permitia opor uma “geração 2013” à última grande geração política formada no Brasil, que eu chamava de “geração da redemocratização” — justamente, aquela que participou da fundação do PT, da CUT, do MST etc.

O destino desta geração 2013 tem tudo a ver com a ideia de que Junho não teve lugar, logo também guarda semelhanças com o destino da geração 68. Aquela foi uma experiência formadora para muita gente, mas também profundamente traumática.

Primeiro, pela repressão. Se Junho de 2013 tivesse sido tratado como foram tratados os protestos pró-impe-

achment de 2015, a conjuntura hoje seria muito diferente — e, de novo, isso diz mais sobre quem reprimiu que sobre quem foi reprimido.

Segundo, pela experiência que estes indivíduos tiveram de sua própria singularidade. Enquanto a geração da redemocratização se construiu no contexto de grandes movimentos populares (o novo sindicalismo, as Comunidades Eclesiais de Base, o MST), esta geração foi apanhada na contradição performativa de, ao dizer “não nos representam”, estar falando em nome de um país muito mais amplo e diverso do que eles eram. Tratava-se predominantemente de uma juventude de classe média e da classe média baixa que havia “ascendido” (isto é, chegado à universidade e aumentado seu poder de consumo) no governo Lula. Pior que isso, 2013 os colocava de algum modo em oposição a estes grandes movimentos populares da geração anterior, na medida em que estes integravam a base petista.

Com base nisso, havia quem dissesse que aquela juventude não tinha “legitimidade” para protestar, porque “legítimos” seriam apenas estes movimentos tradicionais. O que é uma grande confusão, visto que “legitimidade” é uma questão de poder constituído e de formas estabelecidas (quem é reconhecido como ator num espaço político delimitado), enquanto o protesto é uma questão de poder constituinte e de relações de força (a delimitação de um novo espaço, o reconhecimento de novos atores). Que diferença fez dizer que os manifestantes de 2015 não eram “legítimos”? Eles foram lá e ajudaram a derrubar o governo do mesmo jeito. Absolutamente todo mundo tem o “direito” de fazer política; a questão é como, em nome de quê, junto com quem, construindo que tipo de relação.

### Geração de Junho

Em todo caso, essa geração de Junho sente esse desconforto, o que é saudável em vários sentidos. A partir daí, temos dois desdobramentos inter-relacionados. Por um lado, muita

gente que estava nas ruas em 2013 recua desse protesto mais geral, sobre o país como um todo, para atuar em questões mais específicas, e aí temos esse reflorescimento do ativismo feminista, negro, LGBT, como não se via no Brasil desde os anos 80. O que é também, obviamente, o efeito de uma década de democratização do acesso a um discurso crítico (pela universidade) e à comunicação (pela internet e pelos meios tradicionais). Por outro lado, muita gente que foi protagonista em 2013, mas agora tem uma consciência muito mais aguda de seus próprios privilégios, passa a entender que seu papel é assumir um papel mais de coadjuvante em relação à luta das populações periféricas e mais oprimidas.

Isto é positivo, mas evidentemente também comporta limites. Um deles é que este foco no particular acabe indiretamente reforçando uma divisão do trabalho intelectual em que seguem sendo os mesmos aqueles que pensam o universal ou comum. Para além de ter mulheres discutindo questões de mulheres, negros discutindo questões de negros, precisamos também ter o país como um todo pensado pelas mulheres, o país como um todo pensado pelos negros. Outro limite é que o modo como se discute a questão dos privilégios, que sem dúvida é muito importante, também pode ser muito contraproducente, criando divisões onde haveria possibilidades de diálogo e uma adesão superficial a determinados códigos ao invés de engajamento com problemas concretos, cuja resolução exige sempre mais complexidade do que cabe em qualquer esquema interpretativo. Há sempre o risco de que, ao invés de ser um ponto de partida para fazer política mais e melhor, isto vire uma ferramenta de policiamento e autocensura que tolhe mais do que potencializa.

### Limites internos de Junho

Mas creio que há um terceiro nó traumático em 2013, muito menos discutido e, portanto, elaborado. Se é evidente que a janela de possibilidades aberta por Junho foi fechada

em grande parte por motivos externos — a repressão e a reimposição do antagonismo petismo/antipetismo —, já era claro desde o fim de 2013 que os protestos haviam encontrado grandes limites internos. Nos protestos de outubro de 2013 no Rio, que foram os últimos grandes em todo o país, havia uma palpável sensação de impasse: um desejo de continuar ocupando as ruas, mas uma falta de clareza sobre como e com quais fins.

Isto se verificava na falta de inovação do repertório de ação: eram sempre os mesmos tipos de manifestação, reprimidas da mesma maneira, que acabavam sempre do mesmo jeito. Verificava-se, também, numa constatação que ficaria ainda mais transparente no governo Temer: um sistema político emparedado, lutando pela sobrevivência, pode simplesmente se acostumar a operar com baixíssima legitimidade, de modo que instrumentos de pressão como protestos se tornam praticamente irrelevantes, a não ser que sejam gigantescos. Ou seja, percebia-se um total descompasso entre o único tipo de ação de que se dispunha e o desafio que se tinha pela frente.

Sobretudo, porém, o que se presentia era um descompasso profundo entre uma teoria da transformação social difusa e a realidade com a qual os manifestantes estavam se deparando. Algo que se apontou bastante na época foi a contradição entre uma grande recusa do Estado e todo tipo de mediação institucional, por um lado, e uma série de demandas implicitamente colocadas ao Estado (qualificação dos serviços públicos, reforma eleitoral, fim da polícia militar). Havia, além disso, todo um imaginário e repertório insurrecional que dissonava de uma pauta que propunha reformas e uma situação que ninguém, salvo os muito afoitos, considerava sequer pré-revolucionária. Havia, por último, um desejo muito grande de conquistar o apoio da população, mas um medo da população tal como ela efetivamente pode ser — enrolada na bandeira nacional ou dizendo coisas não imediatamente assimiláveis (embora não necessariamente incompatíveis) àquelas da esquerda.

É como se as pessoas desejassem um conjunto de fins e desejassem obtê-los por um conjunto de meios; e quando sentiram que talvez aqueles meios não servissem para aqueles fins, entraram num dilema do qual não conseguiram sair. Daí que, a partir de um certo momento, os protestos entrassem claramente em modo repetição.

Neste sentido, esta geração é inteiramente herdeira de um certo “trauma da organização” que atravessa a história da esquerda no mínimo desde Maio de 68: um certo medo de que a organização de que se precisa para mudar o mundo é também aquilo que pode nos impedir de fazê-lo, e a melancolia e o sentimento de impotência que seguem daí. Mas, por outro lado, ela é comparável à seleção brasileira derrotada em 2014: uma geração muito jovem e inexperiente que subitamente se viu com um peso enorme nas costas por conta do envelhecimento precoce da geração anterior.

Esta geração está menos visível que antes — por conta dessa relativa fragmentação nos diversos ativismos ditos “minoritários”, porque o jogo político voltou a ser dominado pela geração da redemocratização, e porque este impasse segue sem ser elaborado. O saldo organizativo de Junho de 2013 é catastrófico. Fora os coletivos ditos “minoritários” (e MBL e Fora do Eixo), há hoje menos espaços de encontro e coordenação do que havia há cinco anos. Isto faz com que vários indivíduos queiram atuar politicamente, mas não encontrem maneiras de fazê-lo, enquanto muitos parecem ter abandonado a política por completo. Mas nada garante que isso não possa mudar.

### Realpolitik

No que poderia consistir a elaboração do impasse? Digo uma coisa que ela não precisa significar. A pior conclusão que se poderia tirar de tudo isso é que, se 2013 não encontrou os meios de produzir a transformação desejada, e acabou provocando uma reação tão violenta na direção contrária, isto prova que a Realpolitik

petista é que era o caminho certo; que ou se aceitam todas as conciliações ou não se faz nada. Acontece que o problema está justamente nesta maneira binária, “ou tudo ou nada”, de pensar.

O que se deve criticar nos governos do PT, me parece, não é o fato de não terem correspondido a algum ideal do que seria um governo de esquerda, mas a ausência de uma estratégia para que as mudanças que introduziu se retroalimentassem, se reforçassem ao longo do tempo, lançassem raízes e criassem as condições para mudanças mais ambiciosas no futuro. Isto fica claro quando comparamos a facilidade com que os avanços da última década estão sendo revertidos com a longa continuidade histórica da era Vargas. O projeto tinha pés de barro, na medida em que dependia de condições (sobretudo o ganha-ganha permitido pelo *boom* das *commodities*) que não poderiam durar para sempre, e não se preparou para quando estas acabassem.

O que se deve criticar não é o pragmatismo em si, mas um pragmatismo tacanho que diz “é preciso fazer o possível” sem entender que o “possível” não é uma quantidade fixa, mas justamente o objeto de uma política transformadora. A luta é sempre para modificar o possível, isto é, para ampliar a esfera das transformações possíveis. Se você não faz isso, fica ao sabor da sorte: quando as condições mudam, sua estratégia se torna inviável. É óbvio que ninguém pode se dar ao luxo de simplesmente ignorar a Realpolitik; mas não é dado que a Realpolitik só possa ser cínica, tacanha, burra. Ela também pode ser investida de desejo e ambição de transformação.

**IHU On-Line – Outra análise que você fez à época era a de que esse tipo de manifestação demonstrava a convergência de três tendências históricas: o uso das redes para a autocomunicação de massa, a queda dos custos de organização e a crise dos mecanismos de representação. Ainda mantém essa análise?**

**Rodrigo Nunes** - Integralmente. O que ainda não estava tão claro na

época era esta potência fissipara das redes sociais, o quanto elas podem dividir ao invés de organizar. E isto tem a ver, por um lado, com o próprio desenho destas plataformas e, por outro, com o refluxo das ruas.

Dado que a mercadoria que as redes vendem é a nossa participação — e os dados que esta produz —, elas são desenhadas para atrair participação através de mecanismos de gratificação altamente viciantes: like, retuíte, compartilhamento... É isto que vai constituindo ao mesmo tempo grupos de pessoas com gostos e opiniões semelhantes e nos constituindo como integrantes desses grupos: como desejamos nossa dose de gratificação, passamos a fazer postagens com nosso “público” em mente, dizendo aquilo que achamos que quem nos segue quer ouvir. Este processo, iterado várias vezes, é o que cria as chamadas “bolhas”, e passa também a individualizar algumas bolhas como inimigas de outras: “nós somos as pessoas cuja identidade inclui não gostar daquelas outras pessoas lá”.

É um espaço de exibicionismo, só o que muda é o tipo de exibição; pode ser física, financeira, intelectual, moral. E é um espaço onde o motor do engajamento é a busca da gratificação, do reforço positivo, do reconhecimento pelos pares. Se você está nas redes sociais, está lá para “lacrar”. Cada grupo tem seu estilo próprio de “lacrção”: pode ser fotos de viagem, textos a favor ou contra o feminismo, pode ser inclusive a crítica da cultura da lacração. Mas a moeda do reino é essa.

Ora, estar nas ruas embaralha tudo isso. Você encontra as pessoas frente a frente, o que não só faz você entendê-las melhor, mas impede certos arroubos retóricos. Você tem que lidar com situações concretas, onde o que está em jogo é resolver um problema e não marcar pontos diante do seu “público”. Quando não há rua, as pessoas passam a agir como se o Facebook fosse o mundo, e ganhar discussões ali passa a parecer a maior ferramenta de transformação social. Às vésperas da votação da PEC do teto de gastos, ainda ha-

via gente escrevendo que “a questão mais importante hoje no Brasil é se foi ou não foi golpe”. Era um exemplo perfeito de que, para alguns, o Facebook havia deixado de ser uma parte do mundo para virar o único mundo que há.

Não se trata de dizer que as redes são más, mas que elas devem ser usadas com moderação. Se há muito acontecendo no mundo, passar muito tempo on-line não fará tanto mal; mas se o mundo está devagar, talvez você deva reduzir o tempo nas redes também, para não perder o senso de proporção.

### **IHU On-Line - Que tipo de relação é possível estabelecer entre Junho de 2013 e a recente greve dos caminhoneiros? Quais foram os erros e acertos da esquerda no seu entendimento dos dois momentos?**

**Rodrigo Nunes** - A greve dos caminhoneiros foi a comprovação de algo que poderíamos chamar de “hipótese da terceira força”, com a qual algumas pessoas (eu incluído) temos trabalhado desde 2015. Se Junho de 2013 pôde chegar àquelas dimensões, era porque era transversal à oposição petismo/antipetismo; e dado que essa oposição voltou a dominar o debate a partir das eleições de 2014, só teria força suficiente para embaralhar o jogo da classe política (fosse para impedir o impeachment ou as reformas, fosse para derrubar Temer, ou qualquer outro fim) alguma coisa que se constituísse a partir de um terceiro ponto não facilmente mapeável nesta oposição. Um corolário disso era que, se o PT tentasse hegemonizar os protestos contra Temer, estes protestos jamais chegariam a “engatar”. Confirmou-se o corolário e confirmou-se a hipótese: se não em termos de adesão efetiva, pelo menos em termos de apoio declarado, a greve dos caminhoneiros foi a mobilização de maior alcance desde Junho, e sabe lá onde poderia ter levado.

Outro ponto: se 2013 continha aquele impasse de uma busca por

novos tipos de ação política num momento em que os protestos de rua pareciam estar perdendo seu valor, esta greve aponta pistas interessantes. Mais que a própria greve geral de 2017, ela ameaçou parar o país, porque toca num dos pontos mais frágeis do capitalismo contemporâneo, que são suas cadeias logísticas. É por aí que passa a invenção de novas formas de intervenção — pela capacidade de voltar a bater onde dói (a economia), num momento em que a classe política parece cada vez menos preocupada com sua legitimidade (a política). A oposição que se fazia em 2013 entre “protesto simbólico” e “ação direta”, onde esta última era praticamente sinônimo da tática Black Bloc, esconde o fato de que uma vidraça quebrada, para um banco, é um ataque inteiramente simbólico, que pode questionar sua imagem pública, mas sequer arranha suas operações. Sem quebrar um vidro que fosse, a ação direta dos caminhoneiros foi muito mais eficiente.

2013 também foi fora da curva internacional no sentido de que, a partir de um certo ponto, a mídia abraçou os protestos e passou a tentar pautá-los, com algum sucesso. Com a greve dos caminhoneiros vimos o quanto mais insidiosa tornou-se essa possibilidade, com grupos de extrema direita se apresentando nas redes sociais, no WhatsApp etc. como representantes legítimos do movimento, projetando uma penetração entre os caminhoneiros que não necessariamente possuíam.

Repetiu-se, em 2018, aquilo que se vira na reação de uma parte grande da esquerda em 2013: uma extrema dificuldade de compreender e dialogar com qualquer elemento que escape às coordenadas esquemáticas da oposição petismo/antipetismo. Os erros foram muito semelhantes, fosse no recurso à teoria da conspiração (CIA em 2013, golpe militar agora), fosse na interpretação equivocada da composição social dos protestos (ignorando a participação e apoio dos “batalhadores” em 2013, reduzindo uma greve ao mesmo tempo autônoma e patronal

a um mero locaute agora), fosse na tendência a taxar de saída todos os envolvidos como de direita (efetivamente abrindo mão de disputá-los e potencialmente entregando-os de mão beijada à direita).

### Hábitos nocivos

Na base destes erros estão dois hábitos nocivos de pensamento. Um é o binarismo que só reconhece a possibilidade de as coisas serem A ou não-A, nunca B ou C. O outro é a falta de perspectivismo: não entender que o mundo é diferente visto de diferentes pontos, e não podemos supor que aquilo que o outro está vendo é exatamente o que eu estou vendo, ou aquilo que ele está dizendo é exatamente o que eu estou ouvindo. Tampouco podemos supor que o antagonismo pelo qual entendemos o mundo é aquele pelo qual as outras pessoas se entendem.

Entre as lições mais úteis do chamado perspectivismo ameríndio para a política está a ideia de que a sensação de que entendemos aquilo que uma pessoa diz porque entendemos as palavras que ela usa é frequentemente enganadora. Começamos a compreender um discurso apenas quando começamos a entender a maneira como diferentes conceitos, que podem ser nominalmente iguais a conceitos que reconhecemos do nosso dia a dia, relacionam-se entre si — isto é, quando, ao invés de supor que são usados da mesma

maneira que nós os usamos, somos capazes de apreender seu funcionamento no interior de um sistema conceitual distinto do nosso.

Relatos da greve como o de Rosana Pinheiro Machado<sup>5</sup> sugerem que talvez precisemos levar isto em conta para entender mesmo uma palavra de ordem repulsiva como “intervenção militar”. É óbvio que há quem realmente deseje uma ditadura ou tenha uma nostalgia imaginária dos militares, ou seja, use o conceito com o mesmo valor que ele tem no nosso sistema conceitual. Mas a popularidade do conceito e o modo como ele circula sugerem a possibilidade de que ele também opere de outra forma, nomeando o desejo por uma solução mágica que, interrompendo o *business as usual* de um sistema político que se autonomizou completamente em relação à população, zerasse um jogo que muitos veem como irremediavelmente viciado.

Como solução mágica, “intervenção militar” responde a um outro conceito — “corrupção” — que nomeia a causa mágica que seria a origem direta ou indireta de todos os males e cuja supressão, portanto, se-

ria suficiente para resolver todos os problemas nacionais.

Podemos, é claro, dizer que tanto o diagnóstico de que a crise atual seria causada pela corrupção quanto a receita de uma mítica “intervenção militar” como panaceia são imaginários. O importante, porém, é entender em que medida estas são respostas imaginárias a causas reais, isto é, o quanto de racionalidade, apesar de tudo, há neste sistema conceitual. Pois “corrupção”, ao mesmo tempo que é uma eterna pista falsa, nomeia de maneira imprecisa a percepção absolutamente correta desta autonomização do sistema político, bem como de sua captura permanente por interesses e setores determinados; e o desejo por um deus *ex machina* ou “violência divina” expressa uma conclusão que, diante do modo como o sistema se blindou de 2013 para cá, está longe de ser irrazoável: que uma mudança do tamanho que é preciso nas relações entre sociedade e estado dificilmente será promovida pela classe política existente, visto o quanto sua sobrevivência depende de que tudo se mantenha igual.

Em resumo: nem todo mundo que fala em corrupção está destinado a ser reacionário, nem todo mundo que fala em intervenção militar está necessariamente condenado a votar em Bolsonaro. Mas só vamos conseguir dialogar com estas pessoas se efetivamente dialogarmos com elas, o que passa por entendê-las na sua diferença em relação a nós. ■

## Leia mais

- **As manifestações renovarão os mecanismos existentes ou criarão novos?** Entrevista especial com Rodrigo Nunes publicada nas Notícias do Dia, de 17-2-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://bit.ly/1mnOJHA>;

- **“Vai ter luto e luta, ou não vai ter nada”. Ou seja, a Fortuna existe. Será preciso ter ‘virtù’.** Entrevista especial com Rodrigo Nunes publicada nas Notícias do Dia, de 8-5-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://bit.ly/24vPAfe>;

- **A esquerda pós-PT: “Chega uma hora em que a realidade precisa vencer o medo”.** Entrevista especial com Rodrigo Nunes publicada nas Notícias do Dia, de 17-4-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://bit.ly/2yiwRL2>;

- **Tudo que se refere à eleição de 2018 é sintoma da gravidade da crise política.** Entrevista especial com Moysés Pinto Neto, Rodrigo Nunes e Caio Almendra publicada nas Notícias do Dia, de 17-10-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://bit.ly/2MA2YZD>.

# Insatisfações coletivas inauguram outras formas de manifestações

Para Henrique Costa, o maior legado de Junho de 2013 foi desmistificar a rua e desautorizar as organizações tradicionais

Vitor Necchi

**H**enrique Costa lembra que “as manifestações de Junho de 2013 nasceram com a bandeira da revogação de aumento do transporte em São Paulo e ganharam um dimensão espantosa com a violentíssima repressão policial”. Na sequência, “muitas outras bandeiras surgiram, vinculadas à reivindicação de melhores serviços públicos e, em seguida, de denúncia da corrupção”. Cinco anos depois, entende que o maior legado daquela mobilização “foi ter desmistificado a rua e desautorizado as organizações tradicionais”.

A cara dos protestos foi dada pela classe média, que compareceu em peso, lembra Costa na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “A proporção que eles atingiram, contudo, impactou todas as classes, mesmo aqueles que se mantiveram afastados.” A partir da movimentação, “como um nocaute, a população passou a questionar a gestão lulista para os mais pobres que vinha acompanhada dos ganhos exorbitantes de setores selecionados do empresariado, como empreiteiras e bancos”.

Para Costa, o lulismo, “ao despolitizar e atrelar os órgãos vitais da sociedade à sua existência”, esvaziou os movimentos sociais de seu teor crítico. Isso aprofundou a crise da representação, pois o lulismo “caiu na armadilha de que a política se trata apenas de gestão racional de recursos escassos, amansamento de um Parlamento disposto a tudo pela

autopreservação e boas relações com setores-chave do empresariado, tudo isso mediado pelo dinheiro”. Junho de 2013, no seu entendimento, também aprofundou a crise da representação.

No que tange à periferia, Costa entende que ela não teve papel relevante, apesar de ter sido tocada pelos acontecimentos. Isso não impediu que as manifestações captassem “um mal-estar difuso e que existia nas sombras da euforia lulista: ao incluir uma massa de jovens precarizados em um mercado de trabalho que cresceu sobretudo para as ocupações que pagavam até 1,5 salário mínimo, frustrava expectativas de quem tanto se dedicava (e se endividava) para conseguir qualificações que não dariam retorno à altura”. Assim, “as manifestações de Junho foram como uma revelação de que a insatisfação não era individual e havia penetrado nos poros da sociedade”. Depois que passaram “o susto e as tentativas desesperadas e estapafúrdias de dar respostas às demandas das ruas”, Costa entende que “a política tentou se resolver nos velhos esquemas e conspirações palacianas”.

**Henrique Costa** é doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, mestre em Ciência Política e graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Cinco anos depois, qual teu entendimento em relação ao que houve em Junho**

**de 2013 e que leituras podem ser feitas daquele ciclo de manifestações?**

**Henrique Costa** – O cenário que levou a Junho deve ser visto com as lentes da contradição de um país

# “As manifestações de Junho de 2013 nasceram com a bandeira da revogação de aumento do transporte em São Paulo e ganharam um dimensão espantosa com a violentíssima repressão policial”

que, como diz Chico de Oliveira<sup>1</sup>, “não é isso nem aquilo”, isto é, não é nem mais subdesenvolvido, quando superar o atraso já não é mais possível (e nem desejável), nem tem condições de atingir um novo regime de acumulação que o coloque competitivamente no capitalismo globalizado. Diante disso, a opção da esquerda que governou o país a partir de 2003 foi abdicar de reformas de qualquer alcance em favor da gestão de populações, com políticas públicas focalizadas e que, em ambiente econômico favorável, melhoram a vida do chamado “subproletariado”, mas sem provocar mudanças sustentáveis, que sobrevivessem às turbulências externas e às resistências internas. De fato, foi o que aconteceu com o “reformismo fraco” do lulismo<sup>2</sup> por volta de 2013.

1 **Francisco de Oliveira** (1933): sociólogo nascido em Recife (PE), doutor honoris causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, professor emérito pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP e doutor honoris causa pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Graduado em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco, pertenceu aos quadros técnicos do Banco do Nordeste (1956-1957) e da Sudene (1959-1964), onde trabalhou com Celso Furtado. Após o golpe de 1964, ficou preso por dois meses. Posteriormente, deixou a cidade do Recife e mudou-se para o Rio de Janeiro. É professor aposentado da USP e fundador do PT, com o qual rompeu em 2003. Autor de *O ornitorrinco* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2003). Sobre a obra, os leitores podem conferir uma entrevista na **IHU On-Line** nº 77, de 29-9-2003, e outra concedida à edição nº 80, de 20-10-2003, por ocasião de sua vinda à Unisinos, no dia 1-10-2003, quando participou do Ciclo de Estudos sobre o Brasil, abordando o tema Perspectivas do Brasil com o novo governo. Ainda há uma entrevista publicada na série **Cadernos IHU em formação**, nº 9, de 2006: *Política Econômica. É Possível mudá-la?*. A **IHU On-Line** entrevistou-o na edição 123, de 16-11-2004, sobre o impacto das eleições no cenário político nacional. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Lulismo**: termo cunhado pelo cientista político André Singer, que também foi porta-voz do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de 2002 a 2007. Nascido durante a campanha de 2002, o lulismo representou o afastamento em relação a componentes importantes do programa de esquerda adotado pelo PT e o abandono das ideias de organização e mobilização. Busca um caminho de conciliação com amplos setores conservadores brasileiros. Sob o signo da contradição, o lulismo se constituiu como um grande pacto

As manifestações de Junho de 2013 nasceram com a bandeira da revogação de aumento do transporte em São Paulo e ganharam um dimensão espantosa com a violentíssima repressão policial. A partir daí, muitas outras bandeiras surgiram, vinculadas à reivindicação de melhores serviços públicos e, em seguida, de denúncia da corrupção. A classe média compareceu em peso e acabou dando a sua cara aos protestos. A proporção que eles atingiram, contudo, impactou todas as classes, mesmo aqueles que se mantiveram afastados. Como um nocaute, a população passou a questionar a gestão lulista para os mais pobres que vinha acompanhada dos ganhos exorbitantes de setores selecionados do empresariado, como empreiteiras e bancos. A reflexão individual e coletiva provocada pelas manifestações arruinaria a planejada apoteose do lulismo com a Copa do Mundo no ano seguinte, também extremamente rejeitada em Junho, e estabeleceu uma nova determinação mental no país – de uma certa anestesia a uma impaciência generalizada.

## A incompreensão de Dilma<sup>3</sup> quanto ao colapso da modernização brasi-

social conservador, que combina a manutenção da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com fortes políticas distributivistas sob o governo Lula (2002-2010). (Nota **IHU On-Line**)

3 **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT, eleita duas vezes presidente do Brasil. Seu primeiro mandato iniciou-se em 2011 e o segundo foi interrompido em 31 de agosto de 2016. Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment movido contra ela. No dia 31 de agosto, o Senado Federal, por 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no sítio do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Ricci intitulada *Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder*, disponível em <http://bit.ly/2bLPIHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da **IHU On-Line**)

leira e dos pressupostos de um desenvolvimentismo tardio ativaram um mecanismo violento de progresso a todo custo, cujo capítulo mais dramático se deu pela construção de Belo Monte<sup>4</sup>, digna dos regimes mais autoritários da história do país. A conclusão a que chegou Fernando Henrique Cardoso<sup>5</sup> em 1964 de que a burguesia brasileira havia renunciado à modernização brasileira para aceitar o papel de sócio menor do capitalismo internacional, bloqueando a via do desenvolvimento endógeno, deveria ter sido admitida desde o começo, o que teria poupado muita dor de cabeça, uma crise econômica que tem efeitos até hoje, além de muitos bilhões de reais.

Há dúvidas sobre se Dilma tentou aprofundar o lulismo ou romper com ele, de todo modo, o resultado não foi brilhante. Ao tentar fazer algo para o qual não tinha nem

4 **Belo Monte**: projeto de construção de usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no estado do Pará. Planejada para ter potência instalada de 11.233 MW, é um empreendimento energético polêmico não apenas pelos impactos socioambientais causados pela construção. Outra controvérsia sobre essa usina envolve o valor do investimento do projeto e, conseqüentemente, o seu custo de geração. Saiba mais na edição 39 dos **Cadernos IHU em formação**, *Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais*, em <http://bit.ly/ihuem39>; e nas entrevistas publicadas no sítio do IHU: *Belo Monte: a barreira jurídica*, com Felício Pontes Júnior, dia 26-4-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu260412>; *Belo Monte. “O capital fala alto, é o maior Deus do mundo”*, com Ignez Wenzel, dia 28-1-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu280112>; *Belo Monte e as muitas questões em debate*, com Ubiratan Cazetta, dia 23-1-2012, disponível em <http://bit.ly/ihu230112>; “Belo Monte é o símbolo do fim das instituições ambientais no Brasil”, com Biviany Rojas Garzon, dia 13-12-2011, disponível em <http://bit.ly/ihu131211>; *Não é hora de jogar a toalha e pendurar as chuteiras na luta contra Belo Monte*, com Dom Erwin Krautler, dia 3-8-2011, disponível em <http://bit.ly/ihu030811>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Fernando Henrique Cardoso** (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos, entre 1995 e 2003. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combater a inflação. (Nota da **IHU On-Line**)

condições políticas, nem estofo intelectual, o governo extrapolou seu autoritarismo, como na famigerada Lei Antiterrorismo<sup>6</sup>, que por si só era também resultado de outro espetáculo construído a partir do arbítrio e da velha obsessão pelo “Brasil Grande”, a Copa do Mundo. Lula<sup>7</sup> teve a fortuna e a virtude de conter o fracionamento da sociedade e o desmanche que se anunciava desde os anos 1980 e a crise da dívida, mas a barragem construída pelo lulismo atingiu seu limite.

Creio que o lulismo, ao despolitizar e atrelar os órgãos vitais da sociedade à sua existência, esvaziando os movimentos sociais de seu teor crítico e alimentando-os como um grande gestor de políticas sociais, tenha não apenas alienado a sociedade de escolhas próprias, de caráter reivindicativo, como aprofundou a crise da representação, pois caiu na armadilha de que a política se trata apenas de gestão racional de recursos escassos, amansamento de um Parlamento disposto a tudo pela autopreservação e boas relações com setores-chave do empresariado,

tudo isso mediado pelo dinheiro.

Junho de 2013 aprofundou a crise da representação. Não é preciso ser leitor de Guy Debord<sup>8</sup> para perceber que a separação entre uma massa precária e sem perspectivas e o espetáculo que acontece nas cúpulas partidárias, nos parlamentos e na mídia ameaça ter atingido um ponto de não retorno. No momento em que a representação se torna puramente uma fantasia enquanto no chão social sobra desalento, como fica claro na volta da informalidade e na explosão da população que simplesmente desistiu de procurar trabalho, planos de reforma e projetos que se autointitulam moderados e racionais perdem totalmente seu apelo.

Outro detalhe a se observar é que, desde então, nada se aprendeu. Ainda em campanha pela reeleição, Dilma redobrou a aposta no espetáculo com uma campanha que iludiu até mesmo observadores experientes. Pela primeira vez em sua história, o PT não apresentou um programa de governo e atribuiu a um marqueteiro, hoje em regime de prisão domiciliar, a elaboração de propostas que aprofundaram o tudo ou nada eleitoral. Ao assumir o mandato e abandonar imediatamente sua plataforma supostamente progressista, Dilma escancarou não só o irrealismo do que apresentara antes, adotando o programa do adversário, mas também a impotência do público em fazer valer seu voto. O aprofundamento da crise de representação viria a cobrar seu preço no esvaziamento do apoio ao seu governo.

**IHU On-Line – Que papel a periferia teve e desempenhou em Junho de 2013? O que esse estrato da população pretendia naquele momento?**

**Henrique Costa** – A periferia não teve papel relevante naquele Junho, apesar de ter sido tocada pelos acontecimentos. Na pesquisa que desenvolvi à época para o curso de mestra-

do, observei que poucos estiveram nas ruas, ou por medo de violência, ou por sentirem que aquele não era “lugar” para eles, isto é, se encaixavam no que Singer<sup>9</sup> analisou como uma indisposição ou mesmo rejeição dos mais pobres a ruídos na ordem. Assim mesmo, de certa maneira as manifestações daquele mês captaram um mal-estar difuso e que existia nas sombras da euforia lulista: ao incluir uma massa de jovens precarizados em um mercado de trabalho que cresceu sobretudo para as ocupações que pagavam até 1,5 salário mínimo, frustrava expectativas de quem tanto se dedicava (e se endividava) para conseguir qualificações que não dariam retorno à altura. As manifestações de Junho foram como uma revelação de que a insatisfação não era individual e havia penetrado nos poros da sociedade.

**IHU On-Line – Como esquerda e direita entenderam aquelas manifestações e que uso fizeram delas?**

**Henrique Costa** – Até 2016, tanto a centro-esquerda quanto a centro-direita estavam comprometidas com a ordem democrática e com alguns entendimentos tácitos, como a necessidade de frear as investigações da Operação Lava Jato. Portanto, passados o susto e as tentativas desesperadas e estapafúrdias de dar respostas às demandas das ruas, em 2013, a política tentou se resolver nos velhos esquemas e conspirações palacianas. Com a irrupção de uma nova direita nas ruas, a ascensão da Justiça como ator político e a progressiva indisposição de parte da elite econômica com Dilma, o sistema foi açoitado a dar respostas que hoje se mostram desastrosas.

Mas a esquerda estava em situação “desconfortável” para fazer a

6 **Lei Antiterrorismo**: denominação dada à Lei Nº 13.260/2016, de autoria do Poder Executivo, que trata da tipificação, julgamento e punição para crimes de natureza terrorista no território nacional do Brasil. A criação da lei está vinculada à Convenção Interamericana contra o Terrorismo (CICTE) de 2002, que, em seu artigo 4º, parágrafo 1º, estabelece que os Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos devem estabelecer parâmetros legais para combater e interditar o terrorismo. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Luiz Inácio Lula da Silva** (1945): Trigésimo quinto presidente do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores - PT. Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava Jato e foi denunciado em setembro de 2016 pelo Ministério Público Federal (MPF), apontado como receptor de vantagens pagas pela empreiteira OAS em um triplex do Guarujá. No dia 12 de julho de 2017, Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No dia 24 de janeiro de 2018, por unanimidade, os três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmaram a condenação de Lula, elevando a pena para 12 anos e um mês de prisão. No dia 7 de abril de 2018 Lula, após mandado de prisão expedido pelo judiciário, entregou-se à Polícia Federal, onde se mantém sob custódia na Superintendência do órgão em Curitiba. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Guy Debord** (1931-1994): filósofo e sociólogo francês, autor de *A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo* (Rio de Janeiro: Contraponto) e fundador da Internacional Situacionista (IS). (Nota da **IHU On-Line**)

9 André Singer (1958): cientista político, professor e jornalista nascido em São Paulo. Foi secretário de redação do jornal Folha de S. Paulo (1987-88), secretário de Imprensa do Palácio do Planalto (2005-2007) e porta-voz da Presidência da República no primeiro governo Lula, (2003-2007). Filho do economista Paul Singer. É professor do departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. Graduado em Ciências Sociais e em Jornalismo, mestre, doutor e livre docente em Ciência Política pela USP. (Nota da **IHU On-Line**)

sua parte. Enquanto acreditava que governava para os mais pobres, boa parte da população, sobretudo nas periferias das grandes cidades, entendia que a administração do conflito pelos programas do lulismo tinha exatamente esse objetivo, vide o fim que levou a política de pacificação no Rio, apoiada pelos governos do PT. À época, era comum ouvir, sobretudo dos mais jovens – totalmente desconectados do que havia significado o petismo dos primeiros anos – que políticas públicas como o Prouni [Programa Universidade para Todos] eram nada mais que obrigação do governo para aqueles que já se esfolavam tanto no trajeto sofrido entre casa, trabalho e escola. Essas pessoas cansaram de “gestão”.

A esquerda gosta de atribuir à mídia esse quadro político como um enredo de manipulações, mas não percebe que ela mesma faz parte disso e alimenta esse sistema. Mandatos de esquerda que há alguns anos contavam com militância ativa e convencida de suas bandeiras hoje se resumem a alimentar a máquina com postagens patrocinadas em redes sociais questionadas no mundo todo, mas útil para partidos sem mais nenhuma conexão com as classes trabalhadoras. Mesmo a esquerda considerada “radical” dá as costas ao mundo do trabalho e suas perversidades.

Hoje a esquerda sofre as consequências de seus próprios erros, ao ser rechaçada em qualquer espaço popular, e se refugia sempre nos mesmo abrigos dos movimentos de cultura, nos bairros centrais e com público de convertidos. É indiferente que queira apoiar ou desconfiar de um movimento como o dos caminhoneiros, pois perdeu o bonde da construção política em Junho de 2013 ou na greve da categoria em 2015. Com exceção de Lula, não é por acaso que, no último Datafolha, Guilherme Boulos<sup>10</sup>, por exemplo,

10 **Guilherme Boulos** (1982): ativista, político, professor e escritor nascido em São Paulo (SP). Membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Reconhecido como uma das principais lideranças da esquerda no Brasil e pré-candidato à presidência pelo PSOL para as eleições de 2018, tendo a líder indígena Sônia Guajajara como vice. Formado em filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), onde ingressou em

tenha suas melhores performances entre os mais ricos e escolarizados. É o que Thomas Piketty<sup>11</sup> analisou em relação às esquerdas dos Estados Unidos e da França que progressivamente se metamorfosearam em partidos de classe média alta escolarizada. Ou seja, se tornaram os partidos dos vencedores de uma guerra que não é apenas cultural, mas também pelos melhores postos do capitalismo globalizado, fenômeno que também tem suas repercussões por aqui.

### **IHU On-Line – De que maneira a esquerda tem se relacionado com a periferia das cidades? E a direita?**

**Henrique Costa** – Não existe mais propriamente uma “relação” entre a esquerda tradicional e a periferia que não seja puramente instrumental. De um lado, há o PT, pendurado unicamente no carisma de Lula e no seu potencial eleitoral. Tacitamente, a compreensão de que a eleição que se avizinha será um desastre para a bancada do partido no Congresso, especialmente para os parlamentares do Sul e do Sudeste, é o que move a estratégia da cúpula petista, pois só Lula pode minimizar o desgaste do partido e de seus parlamentares cada vez mais rechaçados em suas bases. Portanto, não há boas opções para o PT, que assim sacrifica as alianças estaduais com as quais contam os governadores do Nordeste.

Enquanto o PT se acantona no resíduo sindical-parlamentar que lhe dá sustentação – bastante simbolizado, aliás, pelo bunker armado em São Bernardo do Campo na iminência da prisão de Lula –, parte da velha

classe trabalhadora devastada pela reestruturação produtiva se volta para Bolsonaro<sup>12</sup>, que personifica o pulso firme contra a violência – que atinge sobretudo a periferia, é sempre bom lembrar – e a corrupção nas instituições. Não é um apoio majoritário, mas aqueles que o apoiam se destacam pela militância ativa, algo que nenhum outro candidato tem nas periferias. As pesquisas indicam que a intenção de voto espontâneo em Bolsonaro já supera inclusive a de Lula, especialmente nas faixas de renda acima de 2 salários mínimos, e isso se constata nas ruas com uma observação mais atenta.

Em um momento em que as classes baixas se revoltam contra a gestão de populações com objetivo de contenção de conflitos (a famigerada pacificação), é exatamente isso que a esquerda propõe, um lulismo repaginado com retórica desenvolvimentista. Curiosamente, apesar de ser a esquerda quem repisa a ideia de que não há alternativa fora da política, o renascimento dela vem pela extrema direita, cujo discurso se distancia da gestão e toca nas questões sensíveis

12 **Jair Bolsonaro** (1955): militar da reserva e deputado federal nascido em Campinas (SP). De orientação política de extrema direita, conservadora e nacionalista, cumpre sua sétima legislatura na Câmara Federal. Em janeiro de 2018, anunciou sua filiação ao Partido Social Liberal (PSL), o nono partido político de sua carreira. Foi o deputado mais votado do estado do Rio de Janeiro nas eleições gerais de 2014. Ficou conhecido pela luta contra os direitos LGBT, pela defesa da ditadura e da tortura. Seus embates contra os direitos humanos são constantes. Suas declarações controversas já lhe renderam cerca de 30 pedidos de cassação e três condenações judiciais, desde que foi eleito deputado em 1989. Documentos produzidos pelo Exército Brasileiro na década de 1980 mostram que os superiores de Bolsonaro o avaliaram como dono de uma “excessiva ambição em realizar-se financeira e economicamente”. Segundo o superior de Bolsonaro na época, o coronel Carlos Alfredo Pellegrino, “[Bolsonaro] tinha permanentemente a intenção de liderar os oficiais subalternos, no que foi sempre repellido, tanto em razão do tratamento agressivo dispensado a seus camaradas, como pela falta de lógica, racionalidade e equilíbrio na apresentação de seus argumentos”. É notório o seu machismo, como evidenciam as agressões e ofensas direcionadas a suas colegas parlamentares. Seu desrespeito à condição feminina não poupou nem a filha. Em abril de 2017, em um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro fez uma menção à caçula, então com seis 6 anos: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Em uma entrevista para a revista Playboy, em junho de 2011, sua agressividade dirigiu-se aos gays: “Seria incapaz de amar um filho homossexual”. Ainda disse preferir que um filho “morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí”. Em abril de 2017, durante um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, afirmou que acabará com todas as terras indígenas e comunidades quilombolas do Brasil caso seja eleito presidente em 2018. Também disse que terminará com o financiamento público para ONGs: “Pode ter certeza que se eu chegar lá não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou pra quilombola”. Atualmente é pré-candidato à presidência da República. (Nota da **IHU On-Line**)

2000. Também é psicanalista e leciona psicanálise. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Thomas Piketty** (1971): economista francês, concentra seus estudos no acúmulo e desigualdade de renda. É diretor de pesquisas da École des hautes études en sciences sociales (EHESS) e professor da Escola de Economia de Paris. Seu livro best-seller, *O Capital no Século XXI* (São Paulo: Intrínseca, 2014), enfatiza as questões do acúmulo de renda nos últimos 250 anos e argumenta que o acúmulo de capital cresce mais rápido que a economia, o que gera desigualdade. A edição 449 da **IHU On-Line**, intitulada *A desigualdade no século XXI. A desconstrução do mito da meritocracia*, inspira-se na obra *O Capital no Século XXI* e circulou meses antes de a obra ser publicada no Brasil. A edição está disponível em <https://bit.ly/2LRSIQv>. O IHU realizou no segundo semestre de 2016 o “Ciclo de Estudos do Livro ‘O Capital no Século XXI’ - A Estrutura da Desigualdade”. Detalhes em <http://bit.ly/2C3DyH>. (Nota da **IHU On-Line**)

de uma parte significativa do eleitorado. Não à toa houve tanta comoção pela execução de Marielle Franco<sup>13</sup>, pois há décadas não surgiam novas lideranças de destaque atuando no meio popular. Mesmo ela acabou adotada pela Zona Sul e tinha dificuldades para atuar dentro do Complexo da Maré, de onde veio.

### **IHU On-Line – A partir de 2013, ocorreram novas formas de organização e mobilização das pautas políticas? O que houve nas periferias em termos de canalização do descontentamento político, social, econômico?**

**Henrique Costa** – Falando especificamente da periferia de São Paulo, é o antipetismo que se espalhou pelo precariado que dará a tônica novamente, assim como foi na eleição municipal há dois anos. Noto que em bairros como o Capão Redondo, onde estou pesquisando, a apatia e indiferença com relação ao processo eleitoral é um processo sem volta diante das opções à esquerda, com um certo resquício de apoio a Lula.

De todo modo, há clivagens importantes na periferia que não podem ser desconsideradas. A melhora nas condições de vida na região durante a década lulista atingiram de maneira desigual famílias muito próximas geograficamente. É possível encontrar desde um núcleo familiar em que os filhos tiveram melhores oportunidades escolares, se aproveitaram das políticas públicas do lulismo e conseguiram alguma estabilidade até regiões muito pobres em que a viração nunca deixou de ser a regra, tudo isso a poucos quarteirões de distância e igualmente vulneráveis ao crime e à violência policial. Como diz Feltran<sup>14</sup>, durante

o lulismo houve uma trégua entre diferentes instâncias normativas – trabalho, crime, igrejas etc. – mediada pelo dinheiro. Como uma política de emergência, essa trégua se esgotou e a represa que a continha, ruiu.

É curioso quem diz que a política “ganha-ganha” dos anos Lula não pode ser reproduzida, enquanto se enaltece a gestão petista por ter olhado para os mais pobres. O conflito generalizado atual não se resume a um metafísico embate entre classe média (sempre vista como “os ricos”) e classes baixas. Seu contorno dramático é um conflito entre pessoas reais *intraclasse*, isto é, um precariado formado pelo lulismo irritado por não alcançar o que lhe foi prometido, depois de anos de estudo e dívidas a perder de vista e que passa tempo demais trabalhando por quase nada, famílias remediadas que sentiram no bolso a inflação de serviços (efeito colateral de uma bem-vinda melhora na remuneração de manicures, garçons, domésticas etc. cujo aumento nos rendimentos acabaram repassados para os preços desses serviços), universitários que tiveram acesso às melhores universidades por conta das políticas de cotas e aqueles que se mantiveram no mundo do crime porque o dinheiro que correu na periferia aqueceu inclusive esse mercado.

Por diversos motivos, que inclui a inanição do trabalho de base, mas principalmente a dinâmica de competição de um mercado de trabalho cada vez mais dessolidarizado, esses indivíduos se veem em guerra

pela sobrevivência. A classe média pode até se incomodar com maiores gastos com trabalhos domésticos, mas se sente segura na maior parte do tempo em seus bairros centrais. Durante a ditadura militar, ela ainda tinha um peso desproporcional na “intermediação sem mediações”, como diz Chico de Oliveira, pois a classe trabalhadora se viu sufocada pelo regime. Com o lulismo e a ascensão da classe trabalhadora organizada a postos chave do Estado e dos fundos públicos, por um lado, e a racionalização do Estado pelas práticas empresariais, por outro, sua importância política relativa se reduz drasticamente.

Para “criar pontes” com a juventude, a esquerda tenta correr atrás do tempo perdido recorrendo a certos coletivos de cultura anabolizados durante o lulismo, não apenas por sua incapacidade de dialogar com a juventude, exposta dramaticamente em Junho, mas por sua pouca disposição para tentar e descobrir que certas mudanças dependem de algumas cabeças rolarem. Abrir mão de princípios e práticas que desde sempre foram essência do movimento socialista torna-se então uma questão de sobrevivência. O que mais os preocupa não é a alienação da classe trabalhadora de seus instrumentos de representação, nem a ascensão da extrema direita: a luta desesperada pela autopreservação serve, ao fim e ao cabo, para que tudo volte ao que era, movimentos previsíveis e controlados pelas burocracias, como nos acostumamos a ver durante o lulismo e antes de Junho.

### **IHU On-Line – Os movimentos de ocupação urbana – secundaristas/universitárias e de moradia – são tributários de Junho de 2013? Por quê? De que forma?**

**Henrique Costa** – Certamente o movimento dos secundaristas fez parte do legado de Junho de 2013. Se há algo positivo que permaneceu daquele mês é a desmistificação do método tradicional de mobilização através de partidos e sindicatos e a

<sup>13</sup> **Marielle Franco** [Marielle Francisco da Silva] (1979-2018): socióloga, feminista, militante dos direitos humanos e política nascida no Rio de Janeiro. Filiana ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro na eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Crítica da intervenção federal no Rio de Janeiro e da Polícia Militar, denunciava constantemente abusos de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Em 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>14</sup> **Gabriel Feltran**: etnógrafo urbano. Doutor em Ciências Sociais e mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, com estágio doutoral

na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS. Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, coordenador de Pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole – CEM e pesquisador do Núcleo de Etnografias Urbanas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. Foi professor visitante no CIESAS Golfo (México, 2015) e na Humboldt University (Berlim, 2017). Pesquisa as dinâmicas sociais, políticas e de mercado nas periferias urbanas, a partir da perspectiva de grupos marginalizados e do “mundo do crime” em São Paulo. Coordenador do NaMargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas, que integra os projetos “As margens da cidade” (CEPID/CEM – FAPESP), “A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea” (Temático FAPESP/USP) e “State Paradoxes” (CEM-Humboldt University). Autor de *Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo* (UNESP/CEM, 2011). Concedeu várias entrevistas para **IHU On-Line**, entre elas, *Periferia de São Paulo. “Polícia, crime, igreja e trabalho são esferas de vida que se interpenetram”*, publicada nas Notícias do Dia de 05-07-2016, disponível em <http://bit.ly/2smKfGS>. (Nota da **IHU On-Line**)

revelação de que sim, é possível fazer movimento social auto-organizado e que não dependa da aprovação de instâncias hierarquizadas. Foi com essa porta aberta e com o espírito visionário daqueles que sofrem na carne a perspectiva de se tornarem o precariado de amanhã que esses jovens não tiveram paciência para acumular forças para um futuro que já os oprime agora.

Mas antes de 2013, houve o Pinheirinho<sup>15</sup>, por exemplo. Ali já estava claro o papel desempenhado pela esquerda tradicional que chegou ao poder. Essas rebeliões que surgiram por dentro do modelo gestor de seguridade social do PT já informavam que ele tinha falhas e que, como em uma panela de pressão, poderia implodir com um golpe brusco.

### **IHU On-Line – Que balanço você faz da greve dos caminhoneiros? Ela teve apoio na periferia paulista? É possível estabelecer algum tipo de relação entre essa greve recente e Junho de 2013?**

**Henrique Costa** – Há relação, pois o maior legado de Junho de 2013 foi ter desmistificado a rua e desautorizado as organizações tradicionais. Segundo Ruy Braga<sup>16</sup>, os

<sup>15</sup> **Desocupação do Pinheirinho:** foi uma operação de reintegração de posse realizada em janeiro de 2012 na comunidade do Pinheirinho, ocupação irregular localizada no município de São José dos Campos (SP). O número de habitantes era estimado entre 6 mil e 9 mil moradores (no começo de 2010, esse número era de 5.534), que ocupavam a área abandonada desde 2004. O bairro, cuja área era de 1,3 milhão de metros quadrados, contava com associações de moradores, sete igrejas, sendo seis evangélicas e uma católica, chamada Madre Teresa de Calcutá, estabelecimentos comerciais, espaços de lazer e uma grande praça chamada Zumbi dos Palmares. O terreno supostamente pertence a uma massa falida da Selecta SA, que tem como proprietário Naji Nahas. Iniciada no dia 22 de janeiro de 2012, a desocupação contou com conflitos entre moradores e autoridades, além de denúncias que tiveram repercussão nacional e internacional. A decisão de reintegração de posse foi tomada em meio a um imbróglio jurídico, tendo a Justiça Federal suspenso a ação no dia 20 e a Justiça Estadual ignorado tal suspensão. A legitimidade e a validade jurídica da determinação estadual foram questionadas pela OAB, pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e pelo Conselho Federal de Psicologia. No entanto, o STJ validou a desocupação através de uma liminar emergencial que só foi anunciada horas após o começo da operação. Mais tarde, foi requisitado que o STF julgasse a competência da Justiça Federal no caso, mas o presidente do tribunal, Cezar Peluso, negou-se a acatar esse pedido por motivos técnicos. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>16</sup> **Ruy Braga** [Ruy Gomes Braga Neto]: graduado em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. É livre-docente da Universidade de São Paulo – USP. Também realizou pesquisas de pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley. Atuou como professor visitante nas seguintes universidades: École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Universidade

autônomos, que são 70% da categoria, têm uma renda mensal de quatro salários mínimos em média, sem aposentadoria, seguro saúde, FGTS, 13º salário ou férias. Os demais estão sendo progressivamente pejotizados. Para o bem ou para o mal, a possibilidade de que uma categoria extremamente precarizada possa expressar seu descontentamento sem a necessidade da mediação de políticos e organizações que se especializaram nos últimos anos em gerir os conflitos, pela negociação ou pela capitulação, é uma inovação sem precedentes.

A greve dos caminhoneiros teve um elemento de auto-organização muito presente, facilitado pelas redes sociais, e também contou com a insatisfação generalizada com o governo Temer<sup>17</sup>, com os políticos de modo geral e com os rumos da economia, cuja retomada é a mais lenta da história. Em 2015 já havia acontecido uma greve semelhante, então não foi uma surpresa tão grande. De modo que se trata de uma massa insatisfeita, disponível para o confronto e sem amarras, defendendo, em sua maioria, melhores condições de trabalho.

Evidentemente, o fato de que parte do movimento tenha inclinações autoritárias e defenda absurdos como a “intervenção militar” não é desprezível, mas é necessário um esforço de compreensão. Assim como aconteceu em Junho, um desejo de rompimento pela força com as instituições democráticas, vistas como inerentemente corruptas, está presente na sociedade. É possível remontar esse sentimento à Revolução de 1930<sup>18</sup>,

Nacional de Cuyo (Mendoza, Argentina), Universidade de Coimbra e Universidade da Califórnia em Berkeley. Além disso, proferiu palestras e mini-curso na Universidade de Roma 1 “La Sapienza”, na Universidade Nova de Lisboa, no ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), na Universidade Católica de Louvain (UCL) e na Universidade de Witwatersrand. Coordena o Centro de Estudos dos Direitos do Cidadania (Cenedic) na USP. Autor de *A política do precariado* (São Paulo: Boitempo, 2012) e de *A rebelião do precariado* (São Paulo: Boitempo, 2017). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>17</sup> **Michel Temer** [Michel Miguel Elias Temer Lulia] (1940): político e advogado nascido em Tietê (SP), ex-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. É o atual presidente do Brasil, após a deposição por impeachment da presidenta Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciam como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>18</sup> **Revolução de 1930:** movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com um golpe de Estado, chamado “Golpe

aos golpes de 1937<sup>19</sup> e 1964<sup>20</sup>, à proclamação da República etc.

Aponto dois erros aqui: primeiro, acreditar que um ciclo econômico virtuoso como a década lulista poderia ter represado definitivamente as enormes contradições de uma sociedade fraturada na origem, algo que nossos clássicos sempre alertaram. Segundo, o assombro com o aparecimento de uma extrema direita com adesão popular revela, como diria Walter Benjamin<sup>21</sup>, a insuficiência da própria esquerda, que ainda hoje entende que seu motor é o progresso, enquanto para os oprimidos o estado de exceção desse progresso é a regra geral. Se a esquerda não consegue capturar a “pulsão” que vem da massa precária, é porque está afogada em sua própria inadequação à realidade dos oprimidos. ■

de 1930”, que depôs o presidente da república, Washington Luís, em 24 de outubro, e impediu a posse do presidente eleito, Júlio Prestes, e pôs fim à Primeira República. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>19</sup> **Estado Novo:** Período autoritário da história do Brasil, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo a apoiado importantes lideranças políticas e militares. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>20</sup> **Golpe de 1964:** movimento deflagrado em 1º de abril de 1964. Os militares brasileiros, apoiados pela pressão internacional anticomunista liderada e financiada pelos Estados Unidos, desencadearam a Operação Brother Sam, que garantiu a execução do golpe, que destituiu do poder o presidente João Goulart, o Jango. Em seu lugar, os militares assumiram o poder e se mantiveram governando o país entre os anos de 1964 e 1985. Sobre a ditadura de 1964 e o regime militar, o IHU publicou o 4º número dos **Cadernos IHU em formação**, intitulado *Ditadura 1964. A memória do regime militar*, disponível em <https://goo.gl/a4e8VX>. Confira, também, as edições nº 96 da **IHU On-Line**, intitulada *O regime militar: a economia, a igreja, a imprensa e o imaginário*, de 12 de abril de 2004, disponível em <https://goo.gl/a2yUBR>; nº 95, de 5 de abril de 2005, *1964 – 2004: hora de passar o Brasil a limpo. 1964*, disponível em <https://goo.gl/cU7FEV>; nº 437, de 13 de março de 2014, *Um golpe civil-militar. Impactos, (des)caminhos, processos*, disponível em <https://goo.gl/gXbCaL>; e nº 439, de 31 de março de 2014, *Brasil, a construção interrompida – Impactos e consequências do golpe de 1964*, disponível em <https://goo.gl/wENVN6>. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>21</sup> **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica, foi fortemente inspirado tanto por autores marxistas, como Bertolt Brecht, como pelo místico judaico Gershom Scholem. Conhecedor profundo da língua e cultura francesas, traduziu para o alemão importantes obras como *Quadros parisienses*, de Charles Baudelaire, e *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. O seu trabalho, combinando ideias aparentemente antagônicas do idealismo alemão, do materialismo dialético e do misticismo judaico, constitui um contributo original para a teoria estética. Entre as suas obras mais conhecidas, estão *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1936), *Teses sobre o conceito de história* (1940) e a monumental e inacabada *Paris, capital do século XIX*, enquanto *A tarefa do tradutor* constitui referência incontornável dos estudos literários. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da **IHU On-Line**)

# O horizonte dos desafios contemporâneos foi traçado no mapa de Junho de 2013

Bruno Cava analisa a dificuldade da esquerda em lidar com as jornadas das ruas e com a nova realidade da multidão

Ricardo Machado

**S**e, de um lado, Junho de 2013 é o mês que não terminou, de outro é o mês que continua não sendo. Essa ambivalência não explica Junho de 2013, mas o situa em um contexto de profunda repressão que levou à restituição das forças contra as quais ele lutava. “A restauração foi bem sucedida em destruir Junho, de maneira que o levante não teve uma consequência direta. Com isso, o levante foi estrangulado várias vezes, por meio de uma orquestração de técnicas: repressão e cooptação, chantagem e concessão”, analisa **Bruno Cava** em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

No arco do tempo, as Jornadas de Junho encontram a greve dos caminhoneiros. “Junho de 2013 e Maio de 2018 formam duas metades que se complementam. Junho foi a greve da metrópole que parou as principais vias internas das grandes cidades, enquanto Maio foi a greve da logística que interrompeu as vias externas, as rodovias. Somadas, as duas colocam em questão a integralidade das cadeias bioprodutivas que nos constituem, em seu duplo aspecto: na face dura dos corpos que precisam se locomover, se alimentar e sobreviver, e na face virtual dos corpos que trafegam pelas vias informacionais e se relacionam no regime dos signos”, pondera.

Se Junho de 2013 deixou de existir concretamente devido às forças de restauração, sua força vital tem a forma de um espectro a assombrar a institucionalidade de nossa política em ruínas. “A gênese dos desafios de hoje só é inteligível no mapa que Junho traçou, bagunçando no processo as categorias e binarismos prévios. Junho foi *kairós* e potência e a esquerda não soube se relacionar bem com ele. Resta saber se foi um problema acidental, devido a uma contingência histórica, ou se estruturalmente a esquerda não tem mais poder transformador, perdendo a sua própria razão de ser”, provoca.

**Bruno Cava** é pesquisador associado à rede Universidade Nômade ([uninomade.net](http://uninomade.net)). Professor de Filosofia, oferece cursos livres em instituições culturais no Rio de Janeiro (Cinemateca do MAM, Casa de Rui Barbosa, Museu da República). É graduado em Engenharia pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA e em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, pela qual também é mestre em Filosofia do Direito. Autor de vários livros, em 2018 publicou *New Neoliberalism and the Other. Biopower, antropophagy and living money* (Lanham: Lexington Books, 2018), com Giuseppe Cocco.

**Confira a entrevista.**

## **IHU On-Line – O que foi o acontecimento de Junho de 2013?**

**Bruno Cava** – Junho foi o levante da multidão que, no Brasil, distendeu-se no longo arco entre os pri-

meiros atos pela redução do preço da passagem, no começo de junho de 2013, até a greve dos garis em fevereiro de 2014 e os protestos contra a organização da Copa do Mundo

(#NãoVaiTerCopa). Seus antecedentes imediatos foram o ciclo de ocupas que se alastrou pelas cidades brasileiras a partir de outubro de 2011, a primavera gaúcha de 2013 e uma

## “As esquerdas têm muita dificuldade em lidar com a nova realidade da multidão, tendendo a reduzi-la a massas desorganizadas, históricas e a um passo do fascismo”

série de cenas de dissenso em várias cidades, como Goiânia, Vitória ou Santa Maria. O substrato do levante junhista foi, de um lado, a torrente de indignações devido à saturação das condições de vida urbana, especialmente quanto aos gargalos de mobilidade, moradia, renda e poluição. O acontecimento foi destituído para os governos em todos os níveis e o próprio modelo representativo ao explicitar, em sua estética de ações diretas, enxame e ativismo autoral, a enorme defasagem entre o horizonte de expectativas propagandeado pelos megaeventos e seus discursos ufanistas de Brasil Maior, e a experiência real das pessoas.

Nesse sentido, Junho de 2013 foi a primeira greve metropolitana do país, se considerarmos o conceito de “metrópole” em seu aspecto delirante e congestivo, como na obra de Rem Koolhaas<sup>1</sup>. Por outro lado, Junho de 2013 foi a emergência de uma nova organização de corpos e uma expressão de conteúdos que inscreveu definitivamente as lutas no país no ciclo global das primaveras árabes (2010-16). Várias práticas desse ciclo, como pesquisado por Paolo Gerbaudo<sup>2</sup> (*The Mask and the Fla-*

*g*)<sup>3</sup>, se repetiram no Brasil e no mundo: protocolos de autoconvocação, uso essencial das redes sociais aliado à ocupação dos espaços urbanos, ausência de unificação de liderança ou ideologia, rechaço da aparelhamentos partidários ou sindicais, presença de símbolos nacionais.

**IHU On-Line – Como passamos de uma multiplicidade de pautas políticas das manifestações de Junho de 2013 (transporte, educação, moradia, meio ambiente) para uma radical polarização (petralhas versus coxinhas)? Que implicações políticas esse tipo de subjetividade produz?**

**Bruno Cava** – Junho não continua sendo. A restauração foi bem sucedida em destruir Junho, de maneira que o levante não teve uma consequência direta. Como nas jornadas de junho de 1848, a partir do segundo semestre de 2013 se organizou informalmente um Partido da Ordem que reuniu a quase totalidade das instituições e forças político-partidárias brasileiras. Com isso, o levante foi estrangulado várias vezes, por meio de uma orquestração de técnicas: repressão e cooptação, chantagem e concessão. O roteiro foi semelhante noutros países, como na Turquia do governo Erdogan<sup>4</sup>, como resposta

aos protestos de *Gezi Park*. O ponto do golpe Termidor se deu com o segundo turno eleitoral de 2014, quando uma operação ortopédica enquadrou as indignações numa polarização artificial entre candidatos, ao custo colateral de muitos bilhões desviados dos fundos públicos para as respectivas campanhas. Esse foi o momento de aniquilação subjetiva de Junho, tendo disseminado uma onda de rachas, autofagias, guerras culturais e sarampões identitários. A instauração de um clima político de pânico moral também contribuiu para dissolver as novas composições surgidas em Junho. É a tática do “dividir para conquistar”: fragmenta-se a multidão em segmentos insulados e, a seguir, se prega a sua unidade a título de disputa hegemônica contra o Mal da semana (o candidato X, o fascismo, a direita, o imperialismo). Então Junho não existe mais, tendo sido absorvido pelo inferno das conjunturas pós-2014, cuja subjetividade repleta de cargas paranoicas e neuróticas passou a ser guiada pelo medo, o espírito gregário, uma moral de pertencimento e patota.

**IHU On-Line – Passados cinco anos, em que as Jornadas de Junho de 2013 mantiveram seu devir criativo e em que foram domesticadas pela política e pela mídia?**

**Bruno Cava** – As várias causas históricas não são suficientes, contudo, para esgotar o seu sentido. Junho produziu um efeito que excede as próprias causas, uma espécie de suplemento móvel que se destacou

<sup>1</sup> Remment Lucas ou Rem Koolhaas (1944): é um arquiteto, urbanista e teórico da arquitetura neerlandês. É professor de arquitetura e desenho urbano na Universidade Harvard. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> **Paolo Gerbaudo**: professor de Cultura e Sociedade Digital, o Departamento de Ciências Humanas Digitais no King's College London. Anteriormente, era docente associado em jornalismo e comunicação, no departamento de mídia da Universidade Middlesex e professor adjunto de sociologia na Universidade Americana do Cairo (AUC). Além de seu trabalho acadêmico, Paolo também atuou como jornalista em áreas que abrangem movimentos sociais, assuntos políticos e questões ambientais, e como um novo artista de mídia que exhibe festivais e shows de arte. Ele possui um doutorado em mídia e comunicação da Goldsmiths College. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> Oxford University Press, 2017. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> Recep Tayyip Erdoğan (1954): político turco, presidente da Turquia desde 28 de agosto de 2014, e anteriormente, entre 14 de março de 2003 e 28 de agosto de 2014, primeiro-ministro de seu país. É também o líder do Partido da Justiça e Desenvolvimento, em turco Adalet ve Kalkınma Partisi, normalmente referido como AK Parti, que tem a maioria dos assentos na Grande Assembleia Nacional da Turquia. Teve diversos cargos públicos, entre eles o de prefeito de Istambul, que ocupou de 1994 a 1998. (Nota da IHU On-Line)

da trama de causalidades e que passa a assombrar as conjunturas. Por isso que, embora não se possa dizer que o biênio de ocupas nas escolas brasileiras, o movimento anticorrupção de 2015-2016 ou mesmo a greve dos caminhoneiros de 2018 tenham sido causados por Junho, foram lutas de toda maneira afetadas por ele. O próprio impeachment de Dilma não se explica sem os protestos de Junho, ainda que, contrariamente ao que alguns anti-junhistas defendem, não tenha sido causado pelas jornadas.

No ensaio “O 18 de brumário brasileiro”<sup>5</sup>, escrevi como o êxito total da Restauração em acabar com Junho o fez continuar subsistindo como um espectro, que continuou nos afetando na forma de sua ausência empírica. O impeachment foi um trabalho dessa força, assim como a tomada do poder pelo empolado sobrinho de Napoleão, na França de 1851. Para parafrasear o que Pablo Ortellado<sup>6</sup> escreveu, a gênese dos desafios de hoje só é inteligível no mapa que Junho traçou, bagunçando no processo as categorias e binarismos prévios. Tentando então alguma precisão conceitual, Junho é quase-causa de acontecimentos posteriores, um afeto e não um fator causador, a “vertigem de Junho” (Alexandre Mendes e Clarissa Naback).

“Junho foi kairós e potência e a esquerda não soube se relacionar bem com ele”

5 O artigo em questão foi publicado nas Notícias do Dia, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível no link: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574415-o-18-de-brumario-brasileiro>. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Pablo Ortellado**: filósofo, com doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP. É professor do curso Gestão de Políticas Públicas e orientador no programa de pós-graduação em Estudos Culturais da mesma universidade. É coordenador do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação - Gpapai. (Nota da **IHU On-Line**)

## **IHU On-Line – De que maneira a greve dos caminhoneiros atualiza Junho de 2013 e que rupturas ela produz (o pedido de intervenção militar)?**

**Bruno Cava** – Junho de 2013 e Maio de 2018 formam duas metades que se complementam. Junho foi a greve da metrópole que parou as principais vias internas das grandes cidades, enquanto Maio foi a greve da logística que interrompeu as vias externas, as rodovias. Somadas, as duas colocam em questão a integralidade das cadeias bioprodutivas que nos constituem, em seu duplo aspecto: na face dura dos corpos que precisam se locomover, se alimentar e sobreviver, e na face virtual dos corpos que trafegam pelas vias informacionais e se relacionam no regime dos signos.

Tanto 2013 quanto 2018 rapidamente contagiaram para além daqueles diretamente envolvidos nos atos, numa velocíssima *imitatio affecti*, como diria Spinoza<sup>7</sup>. Assim como Junho, o Maio caminhoneiro pode vir a deixar de existir, ser destruído, ter suas lideranças neutralizadas e suas demandas neutralizadas/absorvidas, mas seguirá nos afetando, existindo como fantasma inconjuntural. Ainda é cedo para analisar o slogan da intervenção militar e, ao mesmo tempo, tarde demais. Outro timing provavelmente foi desperdiçado por nossa percepção falha ou quem sabe certa demais. Para não arriscar errar muito, colocaria que exprime mais uma vez a recusa destituente dos governos e do modelo da representação e, paralelamente, é um grito de indignação que anseia por um conduto direto, não mediado. Claro que esse foi só um slogan entre milhares de outros veiculados pelo movimento que os caminhoneiros produziram em torno de si, segundo uma intuição vital plena que ainda tem muitas repercussões a gerar.

7 **Baruch Spinoza** (ou Espinosa, 1632–1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século 17 dentro da Filosofia Moderna e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confira a edição 397 da **IHU On-Line**, de 6-8-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <https://goo.gl/GEGuL5>. (Nota da **IHU On-Line**)

## **IHU On-Line – Como a esquerda institucional tem compreendido fenômenos políticos que escapam aos modelos tradicionais de política?**

**Bruno Cava** – Junho foi *kairós*<sup>8</sup> e potência e a esquerda não soube se relacionar bem com ele. Resta saber se foi um problema accidental, devido a uma contingência histórica, ou se estruturalmente a esquerda não tem mais poder transformador, perdendo a sua própria razão de ser, senão como outro enunciado pacificado na paisagem. As únicas forças vermelhas que se amalgamaram às jornadas de junho para viver um mundo desconhecido foram setores jovens ou militantes da oposição de esquerda. Porém, nos anos seguintes, com as guerras culturais e a queda de Dilma<sup>9</sup>, o repuxo terminou por arremessar boa parte dessas forças, como num estilingue gravitacional, de volta para o planeta do PT. E o PT preferiu sempre que pôde ficar do lado do poder e não da potência, seja para salvaguardá-lo a todo custo, até 2016, seja para nutrir a obsessão de voltar a ele, de 2017 em diante... como se nada tivesse dado errado. As esquerdas têm muita dificuldade em lidar com a nova realidade da multidão, tendendo a reduzi-la a massas desorganizadas, históricas e a um passo do fascismo. ■

8 **Kairós** (em grego κairós): é uma palavra da língua grega antiga que significa “o momento oportuno”, “certo” ou “supremo”. Na mitologia, Kairós é filho de Chronos (Deus do tempo e das estações). Os gregos antigos possuíam duas palavras para a moderna noção de “tempo”: *chronos* e *kairós*. Enquanto a primeira era usada no contexto de tempo cronológico, sequencial e linear, ao tempo existencial os gregos denominavam *kairós* e acreditavam nele para enfrentar o cruel e tirano Chronos. Enquanto o primeiro é de natureza quantitativa, *kairós* possui natureza qualitativa. Em grego antigo e moderno, *kairós* (em grego moderno pronuncia-se *kerós*) também significa “tempo climático”, como a palavra *weather* em inglês. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT, eleita duas vezes presidente do Brasil. Seu primeiro mandato iniciou-se em 2011 e o segundo foi interrompido em 31 de agosto de 2016. Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment movido contra ela. No dia 31 de agosto, o Senado Federal, por 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no sítio do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Ricci intitulada *Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder*, disponível em <http://bit.ly/2bLPIHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da **IHU On-Line**)

## Leia mais

- **O 18 de brumário brasileiro.** Artigo de Bruno Cava publicado nas Notícias do Dia, de 8-12-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2LKMsow>;

- **Populismo pós-estrutural de Laclau e Multidão de Negri-Hardt: caminhos para compreender o nosso tempo.** Entrevista especial com Bruno Cava publicada nas Notícias do Dia, de 14-8-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2HKKYYO>;

- **A esquerda precisa de um “impulso de despressurização”.** Entrevista especial com Bruno Cava publicada nas Notícias do Dia, de 29-11-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2MIsMZk>;

- **Qual será o novo ciclo político na América do Sul? O momento é de desconcertos e reorganizações.** Entrevista especial com Bruno Cava publicada nas Notícias do Dia, de 13-1-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2LLf5lf>;

- **Eleições municipais espanholas e a relação de novas forças partidárias.** Entrevista especial com Bruno Cava publicada nas Notícias do Dia, de 29-5-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2t5pi4u>;

- **A esquerda desconectada e o impasse das novas manifestações.** Entrevista especial com Bruno Cava publicada nas Notícias do Dia, de 16-4-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2sU1vVI>.



 [medium.com/@\\_ihu](https://medium.com/@_ihu)

**Giorgio Agamben**

A força de um pensamento que percebeu o traço profano da racionalidade moderna

ihu.unisinos.br

# O interminável Junho de 2013

Moysés Pinto Neto analisa os desdobramentos de Junho de 2013 e as transformações que vêm ocorrendo nas disputas políticas em torno do acontecimento

Ricardo Machado

**J**unho de 2013 é um ano em aberto. As disputas narrativas e políticas ainda são muitas, mas poderíamos, com o propósito de entender o debate — não o de reduzir sua complexidade —, trabalhar em duas tendências interpretativas, como sustenta Moysés Pinto Neto, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Há dois grandes grupos na esquerda sobre isso. Para o primeiro, Junho foi o ‘embrião do golpe’, espécie de ovo da serpente que permitiu a liberação das forças fascistas e conservadoras da sociedade brasileira, desestabilizando um governo que vinha produzindo grandes resultados na área social. Já o segundo grupo vê de forma totalmente oposta o processo. Junho teria sido uma explosão cívica inigualável, um verdadeiro acontecimento que colocou o povo brasileiro como protagonista da sua própria história. Esse grupo, em geral, nega métricas estritas para medir o impacto de 2013. Ainda estaríamos vivendo esses efeitos. É bom lembrar que 2013 não acabou em 2013, como costuma dizer a esquerda mais ligada ao PT refratária aos protestos”, analisa o entrevistado.

Segundo Moysés Pinto Neto, Junho de 2013 teve uma força ainda maior de parar o país que a recente greve dos caminhoneiros. “Junho conseguiu produzir um *entusiasmo* inédito, uma espécie de pulsão de vida que chamava ao engajamento. A Greve dos Caminhoneiros, nesse sentido, tem algo em comum e

algo bem distinto de 2013. Por um lado, carregou um sentido de indignação cidadanista capaz de evocar a solidariedade social. Esse lastro cidadanista foi amplamente vitorioso em 2013, quando os manifestantes convenceram a população de que a luta pelo transporte era uma luta *material, vital e justa*”, frisa. “Por outro lado, também a luta dos caminhoneiros acabou *engatada* a um ecossistema de ideias de extrema direita, o que prejudicou o prolongamento da luta e o entusiasmo popular. Embora a maioria das pessoas tenha se solidarizado com os motoristas, apenas uma pequena parte estava sintonizada com o desejo de golpe (e não intervenção) militar”, complementa.

**Moysés Pinto Neto** é graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e doutor em Filosofia nessa mesma instituição. Leciona no Programa de Pós-Graduação em Educação – ULBRA e no curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil - Ulbra Canoas. É autor, entre outros, do artigo *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?*, publicado na edição nº 259 dos Cadernos IHU ideias, e do artigo *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo*, publicado na edição nº 245 dos Cadernos IHU ideias

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Passados cinco anos, que leitura somos capazes de fazer sobre Junho de 2013?**

**Moysés Pinto Neto** – A leitura de que, em primeiro lugar, todos os que tentaram minimizar os aconte-

cimentos estavam errados. Existe o Brasil antes e depois de 2013. Se isso é bom ou ruim, é questão de

# “Ao contrário da esquerda, a extrema direita tem sido muito competente no tópico de mobilizar e organizar afetos, mesmo que sejam, na maioria dos casos, basicamente suicidas”

avaliação. Mas a destituição da legitimidade do poder que caracterizou os acontecimentos é irreversível. O grande pacto que orientou a política brasileira de 1988 a 2013 desabou e a polarização-com-peemedebismo tucanos *versus* petistas hoje está dilacerada. Nesse processo, a sociedade brasileira se hiperpolitizou, ainda que isso não tenha vindo – como era previsível e até inevitável – com a devida atenção à complexidade dos problemas e a organização suficiente para produzir transformações consistentes. Fica a sensação de desconforto, a indignação difusa, a revolta.

Além disso, há uma reorganização geral das forças políticas derivadas dessa politização, o surgimento de novos atores e a candidatura à mediação. A reorganização partidária ainda depende do cenário eleitoral e da superação das tentativas de neutralização dessas forças pelas oligarquias, mas tudo indica que as três principais forças da Nova República – PT, PSDB e PMDB – irão sofrer um grande baque eleitoral em outubro. Nisso, forças como PSOL, Rede, Novo, Livres, entre outros, tendem a ocupar mais espaço. Da mesma forma, o PSB aparece como principal candidato a ser o fiel da balança da governabilidade, não por acaso procurado para alianças por PT (Lula<sup>1</sup>),

PDT (Ciro Gomes<sup>2</sup>), Rede (Marina Silva<sup>3</sup>) e até PSDB (Geraldo Alckmin<sup>4</sup>). O surgimento de novos atores envolve grupos da nova esquerda que combinam pautas como feminismo, antirracismo, direitos LGBT-TQ, urbanismo crítico e estratégias de redução da desigualdade com novas modalidades de organização

forme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava Jato e foi denunciado em setembro de 2016 pelo Ministério Público Federal (MPF), apontado como receptor de vantagens pagas pela empreiteira OAS em um triplex do Guarujá. No dia 12 de julho de 2017, Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No dia 24 de janeiro de 2018, por unanimidade, os três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmaram a condenação de Lula, elevando a pena para 12 anos e um mês de prisão. No dia 7 de abril de 2018 Lula, após mandado de prisão expedido pelo judiciário, entregou-se à Polícia Federal, onde se mantém sob custódia na Superintendência do órgão em Curitiba. (Nota da IHU On-Line)

**2** **Ciro Gomes** (1957): político, advogado e professor universitário nascido em Pindamonhangaba (SP). Filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), do qual é vice-presidente. Ocupou altos cargos políticos no país. Foi deputado estadual por duas legislaturas no Ceará, prefeito de Fortaleza, governador do Ceará e ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, durante a implantação do Plano Real, e ministro da Integração Nacional durante o projeto de transposição do rio São Francisco no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Seu último mandato político foi o de deputado federal entre 2007 e 2010. Radicado em Sobral, Ceará desde 1962, é formado em direito pela Universidade Federal do Ceará. No setor privado, também ocupou os cargos de presidente da Transnordestina S/A e foi um dos diretores da Companhia Siderúrgica Nacional. É pré-candidato à presidência da República para 2018. (Nota da IHU On-Line)

**3** **Marina Silva** (1958): política brasileira, ambientalista e pedagoga. Foi senadora pelo estado do Acre durante 16 anos. Foi ministra do Meio Ambiente no Governo Lula do seu início (1/1/2003) até 13 de maio de 2008. Foi candidata à presidência da República em 2010 pelo Partido Verde (PV), obtendo a terceira colocação entre nove candidatos. Também foi candidata à presidência em 2015 pelo PSB, depois da morte de Eduardo Campos. Marina era vice de Campos e acabou assumindo a chapa. Atualmente ela é pré-candidata à presidência da República. (Nota da IHU On-Line)

**4** **Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho** (1952): é um médico e político brasileiro, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB e atual governador de São Paulo, cargo que ocupa pela quarta vez. Em 2006 concorreu à presidência da República pelo PSDB, tendo sido derrotado nas urnas por Lula. Atualmente é pré-candidato à presidência da República. (Nota da IHU On-Line)

como mandatos coletivos, ocupação institucional, coletivos horizontais e liderança distribuída.

Além deles, todo um ecossistema liberal inspirado na crítica ao intervencionismo na economia brasileira, alguns grupos mais centristas que tentam combinar o “capitalismo verde” com a “economia criativa” (algo próximo do que Nancy Fraser<sup>5</sup> chama de “neoliberalismo progressista”) e, para a lástima geral, grupos profascistas e ultraconservadores que também conseguiram abrigo nas redes e tendem a ocupar lugar no cenário futuro.

Por fim, há os candidatos ao Executivo que claramente se posicionam como mediadores para um futuro que não lhes pertence mais. Mesmo Lula parece ser visto pela parte menos idolátrica do petismo como uma transição garantida para um novo momento. **Ciro**, **Marina**, **Amoêdo**<sup>6</sup> e **Bolsonaro**<sup>7</sup> também se colocam des-

**5** **Nancy Fraser** (1947): filósofa feminista estadunidense ligada à Teoria Crítica. É titular da cátedra Henry A. and Louise Loeb de Ciências Políticas e Sociais da New School University, Estados Unidos. Para ela, o conceito de justiça deve ser entendido a partir de três dimensões inter-relacionadas, que seriam a distribuição (de recursos produtivos e de renda), o reconhecimento (das contribuições variadas dos diversos grupos sociais) e a representação (na linguagem e nos demais meios simbólicos). (Nota da IHU On-Line)

**6** **João Dionísio Filgueira Barreto Amoêdo** (1962): é um ex-executivo, engenheiro, administrador de empresas, ativista político e palestrante brasileiro. Foi um dos fundadores do Partido Novo, no qual foi o presidente até julho de 2017. Atualmente é pré-candidato à presidência da República (Nota da IHU On-Line).

**7** **Jair Bolsonaro** (1955): militar da reserva e deputado federal nascido em Campinas (SP). De orientação política de extrema direita, conservadora e nacionalista, cumpre sua sétima legislatura na Câmara Federal. Em janeiro de 2018, anunciou sua filiação ao Partido Social Liberal (PSL), o nono partido político de sua carreira. Foi o deputado mais votado do estado do Rio de Janeiro nas eleições gerais de 2014. Ficou conhecido pela luta contra os direitos LGBT, pela defesa da ditadura e da tortura. Seus embates contra os direitos humanos são constantes. Suas declarações controversas já lhe renderam cerca de 30 pedidos de cassação e três condenações judiciais, desde que foi eleito deputado em 1989. Documentos produzidos pelo Exército

**1** **Luiz Inácio Lula da Silva** (1945): Trigésimo quinto presidente do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores - PT. Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, con-

sa forma. Talvez aí esteja a fragilidade de Alckmin, que é quem menos se coloca como mediador e mais parece afirmar que “está tudo bem”. Essa situação toda vem da instabilidade gerada por 2013 que não conseguiu ser controlada e extirpada pelo sistema político.

“O ano de 2014 testemunhou o #naovaitercopa ser perseguido por um amplo aparato de controle”

**IHU On-Line – Como a esquerda encarou o fenômeno de Junho de 2013 ao longo desses cinco anos?**

**Moysés Pinto Neto** – Há dois grandes grupos na esquerda sobre isso. Para o primeiro, Junho foi o “embrião do golpe”, espécie de ovo da serpente que permitiu a liberação das forças fascistas e conservadoras da sociedade brasileira, desestabilizando um governo que vinha produ-

zindo grandes resultados na área social. Para ela, abriu-se uma “caixa de Pandora” quando se resolveu confrontar o poder em bloco, e as lutas de 2013 teriam sido “sequestradas” pela pauta anticorrupção a partir da articulação midiática. Não por acaso essa esquerda foi colaboradora do processo repressivo que foi desencadeado a partir de 2014, sobretudo nos protestos contra a Copa do Mundo, com o lema #vaitercopa. Um famoso intelectual petista chegou a chamar o Movimento dos Trabalhadores sem Teto - MTST, hoje um dos principais movimentos aliados ao lulismo, de “vira-latas” quando resolveram contestar as obras da Copa. Ela também foi reforçada pelo afunilamento propositalmente gerado na eleição passada a partir da restauração da polarização entre tucanos e petistas, que trataram de trabalhar juntos para eliminar o terceiro termo (Marina Silva) que desestabilizava a oposição tradicional. Com essa contrarreforma, a polarização engoliu o processo destituente de 2013 e acabou recalibrando-a em termos de direita e esquerda – o que trouxe, aliás, vantagens consideráveis para a direita. O ufanismo delirante daquele período agora se converteu em melancolia apocalíptica.

Já o segundo grupo vê de forma totalmente oposta o processo. Junho teria sido uma explosão cívica inigualável, um verdadeiro acontecimento que colocou o povo brasileiro como protagonista da sua própria história. Esse grupo, em geral, nega métricas estritas para medir o impacto de 2013. Ainda estaríamos vivendo esses efeitos. É bom lembrar que 2013 não acabou em 2013, como costuma dizer a esquerda mais ligada ao PT refratária aos protestos. Como já dito, 2013 teria sido “distorcido” pela mídia e levado aos MBLs da vida e todos os movimentos pelo golpe parlamentar. Errado. MBL e todo o ecossistema canarinho recebem sua verdadeira potência em 2014, com a polarização eleitoral, e crescem diante da incapacidade governamental de Dilma cumulada ao estelionato eleitoral. Havia movimentos mais à direita em 2013, mas eles não estavam organi-

zados. Em compensação, já depois de Junho ainda perduraram as ocupações nos Legislativos e as greves autônomas dos garis e professores no Rio. O ano de 2014 testemunhou o #naovaitercopa ser perseguido por um amplo aparato de controle – modernizado tecnológica e legislativamente pelo próprio PT, com os policiais “robocops” e a Lei Antiterrorismo – e depois ainda tivemos os rolezinhos, as ocupações secundaristas e, mais tarde (durante a PEC do fim do mundo), universitárias, a Primavera Feminista, entre outros. Tudo legado de 2013.

**IHU On-Line – Em que sentido Junho de 2013 se atualizou como potência criativa e em que sentido se atualizou como potência destrutiva?**

**Moysés Pinto Neto** – Já destaquei a potência criativa na resposta anterior, pois boa parte do ecossistema de lutas atuais ganhou sua configuração desde Junho. É verdade que a organização ainda tem seus dilemas e impasses e o processo autofágico desde então também foi muito duro. Aliada à hiperpolitização, a fragmentação hoje leva a um conjunto de lutas quase totalmente dispersas em pequenas células sem comunicação com as demais. As redes sociais ajudaram a atrapalhar a aliança, potencializando o narcisismo das pequenas diferenças. A utilização acrítica de uma tecnologia voltada para o fetiche da identidade e fortemente ególatra acabou fazendo com que a luta política fosse muitas vezes confundida com o mercado das curtidas.

Do ponto de vista destrutivo, acho que por volta de 2015 eu já dizia – em entrevista aqui<sup>8</sup> – que havia um risco de a desconstrução produzir uma certa compulsão autoritária, uma vontade de unificação forçada diante de um caos prolongado. Aparentemente, o crescimento da extrema direita está ligado a isso. Diante de tanta indeterminação, a demanda pela ordem imediata e vertical, a salvação falocêntrica

Brasileiro na década de 1980 mostram que os superiores de Bolsonaro o avaliaram como dono de uma “excessiva ambição em realizar-se financeira e economicamente”. Segundo o superior de Bolsonaro na época, o coronel Carlos Alfredo Pellegrino, “[Bolsonaro] tinha permanentemente a intenção de liderar os oficiais subalternos, no que foi sempre repellido, tanto em razão do tratamento agressivo dispensado a seus camaradas, como pela falta de lógica, racionalidade e equilíbrio na apresentação de seus argumentos”. É notório o seu machismo, como evidenciam as agressões e ofensas direcionadas a suas colegas parlamentares. Seu desrespeito à condição feminina não poupou nem a filha. Em abril de 2017, em um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro fez uma menção à caçula, então com seis 6 anos: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Em uma entrevista para a revista Playboy, em junho de 2011, sua agressividade dirigiu-se aos gays: “Seria incapaz de amar um filho homossexual”. Ainda disse preferir que um filho “morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí”. Em abril de 2017, durante um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, afirmou que acabará com todas as terras indígenas e comunidades quilombolas do Brasil caso seja eleito presidente em 2018. Também disse que terminará com o financiamento público para ONGs: “Pode ter certeza que se eu chegar lá não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou pra quilombola”. Atualmente é pré-candidato à presidência da República. (Nota da **IHU On-Line**)

8 A entrevista em questão é intitulada *Crise política e a desconstrução do país*, publicada nas Notícias do Dia, de 23-09-2015, no site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2Mm3sCl> (Nota da **IHU On-Line**).

ca e patriarcal sempre reaparece. E, diante disso, os líderes carismáticos – não por acaso estão liderando as pesquisas. Infelizmente, chegamos a esse momento sem que a desconstrução tenha conseguido ser performada de modo *afirmativo*, como dizia Jacques Derrida<sup>9</sup>, produzindo uma transformação.

## “Mas Junho parou o país. E de modo ainda mais radical que a Greve dos Caminhoneiros”

**IHU On-Line – A greve dos caminhoneiros, com toda a sua complexidade, realizou o que Junho de 2013 não conseguiu, que era a vontade de parar o país? Por que um movimento foi compreendido como democrático e outro como vandalismo? Que subjetividades estão em jogo?**

**Moysés Pinto Neto** – Mas Junho parou o país. E de modo ainda mais radical que a Greve dos Caminhoneiros: implicando subjetividades para além de uma solidariedade na indignação. Junho conseguiu produzir um *entusiasmo* inédito, uma espécie de pulsão de vida que chamava ao engajamento. A Greve dos Caminhoneiros, nesse sentido, tem algo em comum e algo bem distinto de 2013. Por um lado, carregou um sentido de indignação cidadanista capaz de evocar a solidariedade social. Conta muito para

o grande público saber que não está sendo *instrumentalizado*, que sua pauta está diretamente implicada na vida das pessoas, e não atendendo o interesse de X ou Y. Esse lastro cidadanista foi amplamente vitorioso em 2013, quando os manifestantes venceram a população de que a luta pelo transporte era uma luta *material*, vital e *justa*. Totalmente diferente, por exemplo, das manifestações contra o golpe, quando se tratava de – como diziam os próprios militantes – “defender o próprio militante” – “defender um governo indefensável”. O tipo de percepção abstrata que envolve a luta pela institucionalidade ou pela esquerda é totalmente impossível de produzir contágio, embora nem por isso seja menos importante. Porém, quando estamos presos a isso, certamente vamos perder.

Por outro lado, também a luta dos caminhoneiros acabou *engatada* a um ecossistema de ideias de extrema direita, o que prejudicou o prolongamento da luta e o entusiasmo popular. Embora a maioria das pessoas tenha se solidarizado com os motoristas, apenas uma pequena parte estava sintonizada com o desejo de golpe (e não intervenção) militar. A greve, por isso, já estava marcada por um certo imaginário bem demarcado, fechado. Não importa se a maioria dos caminhoneiros era contrário ou favorável. Não é com enquetes quantitativas que se produz um discurso sobre um movimento. Houve um acoplamento entre a indignação dos trabalhadores e um arsenal ideológico reacionário e autoritário que acabou aos poucos se tornando intragável para a parte mais liberal da sociedade. Não se descarte, nesse sentido, quantos oportunistas não aproveitaram a situação para formar pequenas comunidades eleitorais, lançar ideias estapafúrdias e acumular organização. Ao contrário da esquerda, a extrema direita tem sido muito competente no tópico de mobilizar e organizar afetos, mesmo que sejam, na maioria dos casos, basicamente suicidas.

**IHU On-Line – Para onde vai Junho de 2013? E para onde**

**tem ido a esquerda partidária?**

**Moysés Pinto Neto** – Essa é uma pergunta em aberto no mundo inteiro, pois não custa lembrar que 2013 foi parte de um ciclo mundial de lutas que começou em 2011, com seus antecedentes na década anterior. Não há debate mais aceso hoje no mundo que esse. Uma vez que – quase de ponta-a-ponta – a esquerda institucional perdeu legitimidade, pois está presa a esquemas (ideológicos e materiais) de que não pode se desprender, a grande questão que hoje percorre Brasil, Argentina, Chile, Espanha, EUA, Inglaterra, Síria (curdos), Egito, França, México – entre tantos outros – é exatamente: e o que fazer agora? As mobilizações não levaram à conquista do poder, e nem era seu objetivo. Mas o espaço acabou ocupado por forças ainda mais reacionárias que as que estavam no poder – ameaçando a própria integridade física dos militantes e da diversidade em geral. Aqueles que representam as forças sociais mais resistentes a qualquer mudança estão melhor organizados e obtiveram várias vitórias consecutivas (Brexit, Trump etc.), embora agora todos estejam mais atentos a isso, enquanto antes não se os levava a sério.

Experimentos por todo mundo estão em andamento. Alguns falam de populismo, outros da volta da esquerda radical ou do comunismo. Outros, de municipalismo, cidadanismo. Outros ainda da combinação entre eles. É um terreno fértil no qual tenho pesquisado nos últimos meses e, sinceramente, não tenho resposta. Gosto do que Alana Moraes<sup>10</sup> escreveu ao rechaçar o populismo de esquerda e dizer que “muito desse caminho tem a ver com uma política no feminino: distribuída ao invés de centralizada, que leve a sério as paixões que mobilizam no cotidiano, tempo livre, afetos, coo-

9 Jacques Derrida (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras), *O animal que logo sou* (São Paulo: Unesp), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes). É dedicada a Derrida a editoria Memória, da **IHU On-Line** nº 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Alana Moraes**: antropóloga, doutoranda no Museu Nacional-UFRJ. É coorganizadora dos livros *Junho: potência das ruas e das redes* (F. Ebert, 2014) e *Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil* (F. Ebert, 2015). Pesquisa novas formas de politização no Brasil a partir da experiência das ocupações urbanas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST na periferia de São Paulo. Estuda os cruzamentos entre política, gênero e classe e epistemologia feminista. É parte do curso popular Dandara na ocupação povo sem medo do Capão Redondo e da rede de pesquisa-luta Urucum. (Nota da **IHU On-Line**)

peração, cuidados compartilhados, prazer; que seja forte, mas não autoritária. Uma política de cozinha, de aldeia, de ocupação, de festa, de liberdade”. De alguma maneira, é preciso recuperar esse contato visceral, essa confusão constitutiva entre o que se luta e a própria vida, que são os elementos que produzem contágio popular. A alternativa populismo parece-me uma regressão falocêntrica, um voluntarismo infantilizante e uma política contra o múltiplo em prol da construção – sempre perigosíssima – do inimigo. Mas isso também não deve nos impedir em pensar em linhas de longo alcance, em um processo constituinte que aceite a positividade para além da revolta e que, contrariamente ao populismo, consiga produzir uma espécie de

*complexificação* das questões: compartilhar a imagem de que os problemas não se resolvem apenas com vontade, mas com pensamento, com organização e com atividade.

### **IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**Moysés Pinto Neto** – 2013 produziu uma estética – entendida no sentido mais forte, de *aisthesis* – nova. Não existe política fora de um campo de experiência e justamente vemos na era atual o fracasso das grandes totalizações intelectuais que organizariam *a priori* a realidade. Por outro lado, essa nova experiência precisa ainda forçar-se a lidar com a própria finitude, isto é: com a inexistência de respostas prontas (e portanto a ne-

cessidade de escuta) e a capacidade de errar (e portanto abdicar de fundamentalismos). Ainda estamos apenas começando essa experiência. Um primeiro momento (2014-2018) também foi emperrado por uma dogmática que viu na insurreição popular uma oportunidade de implementar seu receituário e, diante da indiferença com que foi recebido, caiu na melancolia. É preciso estar aberto a não julgar, é preciso que saíamos do nosso estado dogmático. Mas, para que possamos experimentar, é preciso também que tenhamos um laboratório adequado – e por isso hoje, num contexto em que a própria democracia está ameaçada –, é preciso ainda afirmar, afirmar para aprofundar e transformar a democracia em uma experiência mais completa. ■

## Leia mais

- **Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?** Artigo de Moysés Pinto Neto publicado no Cadernos IHU ideias, nº 259, disponível em <http://bit.ly/2t2eUkk>;

- **Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo.** Artigo de Moysés Pinto Neto publicado no Cadernos IHU ideias, nº 245, disponível em <http://bit.ly/2t2eUkk>;

- **Tensão e sombras após o julgamento do STF e a apressadíssima ordem de prisão de Lula.** Entrevistas especiais com Adriano Pilatti, Roberto Romano, Rudá Ricci, Ivo Lesbaupin, Bruno Lima Rocha, Moysés Pinto Neto e Robson Sávio publicada nas Notícias do Dia, de 6-4-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2y7eAA8>;

- **Uma saída pragmática, sem vestir vermelho, poderá promover grandes mudanças para a crise brasileira.** Entrevista especial com Moysés Pinto Neto publicada nas Notícias do Dia, de 11-9-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2Jv2yFP>;

- **Da incompreensão das ruas à judicialização da política brasileira.** Entrevista especial com Moysés Pinto Neto publicada nas Notícias do Dia, de 16-3-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2sRHllw>;

- **Crise política e a desconstrução do país.** Entrevista especial com Moysés Pinto Neto publicada nas Notícias do Dia, de 23-9-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2Mm3sCl>;

- **A política brasileira com as vísceras expostas.** Entrevista especial com Moysés Pinto Neto publicada nas Notícias do Dia, de 15-12-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2LMIAob>;

- **O “voto crítico” reelegeu Dilma. Pós-eleições, as contradições voltam à cena.** Entrevista especial com Moysés Pinto Neto, publicada nas Notícias do Dia, de 7-11-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1u5Vct0>;

- **“A redução da alteridade do outro em mera representação do inimigo é pura violência”.** Entrevista especial com Moysés Pinto Neto, publicada nas Notícias do Dia, de 20-9-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2JDoWc6>.

# UNISINOS LAB

Se você é aluno de graduação da Unisinos, o IHU disponibiliza 10 vagas gratuitas para o Simpósio através da plataforma Unisinos LAB.

Confira a relação dos nossos eventos em [ihu.unisinos.br/eventos](http://ihu.unisinos.br/eventos) e matricule-se pela plataforma do LAB.

# Junho de 2013, a inauguração de uma estética nova e indefinida

Segundo Carlos A. Gadea, as transformações culturais produzidas pelas manifestações construíram uma relação mais eclética que rompe com o esquerdismo governamental

Ricardo Machado

**D**o ponto de vista econômico, Junho de 2013 mostrou que as estatísticas, às vezes, funcionam como ilusões de efeito quando assentadas sobre frágeis estruturas. Politicamente o que o movimento deixou evidente foi uma certa ilusão de pluralidade democrática. “Que hoje, praticamente, 14 milhões de brasileiros estejam no desemprego só é explicável porque se teria optado por desenvolver políticas assistencialistas eventualmente frágeis (se não forem acompanhadas de outras medidas mais globais e permanentes) em lugar de incorporar os mais vulneráveis em alguma engrenagem possível de produção econômica”, avalia **Carlos A. Gadea**, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “O ciclo político caracterizado pelos governos do PT teria, tão simplesmente, se caracterizado por uma perversa prática de consensos e de ‘pacto social’, levando a uma pacificação social ilusória”, complementa.

Se é verdade que a esquerda não compreendeu as mobilizações de Junho de 2013, a direita também ficou incógnita. “A esquerda não compreendeu, mas não só ela, sejamos sinceros. O sistema político não entendeu o que estava acontecendo. A Polícia tampouco. A presidenta, no seu momento, achou que era para se sentar e dialogar, sem antecipar que, justamente, Junho de 2013 era sinônimo de ‘fim do pacto’”, explica Gadea. É nesse sentido que o professor sugere que Junho de 2013

trouxe uma nova estética, mas sem definição clara. “Pode-se considerar que a virada estética pós-2013 é uma virada eclética e, assim, desafiadora da institucionalização de uma cultura popular via esquerdismo governamental”, pontua. Diante do transe das ruas e de seus efeitos posteriores, a política institucional abriu mão da reflexão e do senso crítico. “A realidade deve ser olhada e analisada com uma dose maior de pragmatismo, enquanto um fenômeno relacional, e não com um mapa teórico e ideológico. Falta sinceridade; sobram metarrelatos. Faltam coragem e autocrítica; sobra mecanismo de defesa”, completa.

**Carlos A. Gadea** é coordenador, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos. Pós-doutorado pela Universidade de Miami (Centro de Estudos Latino-americanos). Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Recentemente foi professor visitante na Universidade de Leipzig (Centro de Estudos Ibero-americanos), Alemanha. É organizador e autor, entre outros livros, de *Ciências sociais e sociedade: políticas e práticas sociais na contemporaneidade* (São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017) e *Fragments de la posmodernidad. Cultura, política y sociabilidad en América Latina* (Havana, Cuba: TEMAS, 2017).

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Como compreender Junho de 2013 cinco anos depois?**

**Carlos A. Gadea** – Em junho 2013 o Brasil perdeu sua inocência, e ingressou numa espécie de terapia

constante na busca de um espelho que lhe possibilitasse “se compreender” minimamente. Há cinco anos de

## “Economicamente, o país foi aceleradamente descobrindo que as estatísticas, por momentos, são meras ilusões de efeito”

2013, ainda não se conseguiu transcender suas implicações. Economicamente, o país foi aceleradamente descobrindo que as estatísticas, por momentos, são meras ilusões de efeito, e que sua fragilidade estrutural poderia implodir a qualquer momento. Que hoje, praticamente, 14 milhões de brasileiros estejam no desemprego só é explicável porque se teria optado por desenvolver políticas assistencialistas eventualmente frágeis (se não forem acompanhadas de outras medidas mais globais e permanentes) em lugar de incorporar os mais vulneráveis em alguma engrenagem possível de produção econômica. Políticas de assistência em casos específicos podem ser bem-vindas, mas não se podem converter em simples bandeira política que justifica o caráter popular de um governo; aliás, o 1% do orçamento dedicado, por exemplo, ao Programa Bolsa Família pode convencer, da sua virtude, unicamente os mais fanáticos.

Por outro lado, a ideia de que o consumo leva à possibilidade de uma ampliação da cidadania, e que elevando o conforto e a obtenção de certo padrão de vida material estaria garantido, por conseguinte, um capital cultural, simbólico e político acorde aos novos tempos, não resultou, da mesma maneira, empiricamente consistente. Inclusive porque esse consumo era sustentado a créditos, e com juros que logo se tornariam insustentáveis.

Politicamente, com 2013 veio à tona o descobrimento da crise de representação política. O Brasil desco-

briu que teria construído uma ilusão de vida democrática e plural quando, na realidade, o ciclo político caracterizado pelos governos do PT teria, tão simplesmente, se caracterizado por uma perversa prática de consensos e de “pacto social”, levando a uma pacificação social ilusória. O fato de a maioria dos mais ativos movimentos sociais ter se incorporado ao modelo político do ciclo petista não significa que as tensões sociais estivessem adormecidas. A esperança de que estes governos tiveram o caminho livre para a materialização das demandas fez com que a inquietação social fosse diminuindo, instaurando-se uma cultura política caracterizada, em primeiro lugar, pela reprodução de uma excessiva dependência da atuação das instituições ou organismos públicos (com o correlato de uma mentalidade “Estadocêntrica”) e, em segundo lugar, por uma conseguinte redução do embate político de setores da oposição do sistema político, e dos demais setores da própria sociedade, de certa maneira.

Com isso, descobriu-se que a corrupção não só seria uma prática social na busca por privilégios de grupo ou individuais, mas também que seria aquilo que teria permitido essa ilusão de consensos e a ausência de grandes conflitos, abafados pelas espúrias alianças entre o poder público e a atividade privada privilegiada. 2013 abriu a sociedade, aparentemente, fechada. Parafraseando o livro de Karl Popper<sup>1</sup>, a sociedade aberta teve seus

inimigos no ciclo político que levou aos acontecimentos de 2013 e 2014. Os efeitos residuais, e não menos importantes, dessa crise política são palpáveis quando se tornam legítimos no jogo das preferências eleitorais narrativas políticas de baixo nível de argumentação: o populismo à direita de Bolsonaro<sup>2</sup> e o de esquerda do desintegrado lulismo são exemplos da hiper-realidade à brasileira de hoje. E culturalmente, junho de 2013 trouxe um verdadeiro carnaval estético. Carnaval não no sentido pejorativo a que possa se associar, mas sim no

uma teoria. De acordo com este pensamento, uma teoria só será científica se puder ser falseada, isto é, colocada à prova diante da experiência. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>2</sup> **Jair Bolsonaro** (1955): militar da reserva e deputado federal nascido em Campinas (SP). De orientação política de extrema direita, conservadora e nacionalista, cumpre sua sétima legislatura na Câmara Federal. Em janeiro de 2018, anunciou sua filiação ao Partido Social Liberal (PSL), o nono partido político de sua carreira. Foi o deputado mais votado do estado do Rio de Janeiro nas eleições gerais de 2014. Ficou conhecido pela luta contra os direitos LGBT, pela defesa da ditadura e da tortura. Seus embates contra os direitos humanos são constantes. Suas declarações controversas já lhe renderam cerca de 30 pedidos de cassação e três condenações judiciais, desde que foi eleito deputado em 1989. Documentos produzidos pelo Exército Brasileiro na década de 1980 mostram que os superiores de Bolsonaro o avaliaram como dono de uma “excessiva ambição em realizar-se financeira e economicamente”. Segundo o superior de Bolsonaro na época, o coronel Carlos Alfredo Pellegrino, “[Bolsonaro] tinha permanentemente a intenção de liderar os oficiais subalternos, no que foi sempre repellido, tanto em razão do tratamento agressivo dispensado a seus camaradas, como pela falta de lógica, racionalidade e equilíbrio na apresentação de seus argumentos”. É notório o seu machismo, como evidenciam as agressões e ofensas direcionadas a suas colegas parlamentares. Seu desrespeito à condição feminina não poupou nem a filha. Em abril de 2017, em um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Bolsonaro fez uma menção à caçula, então com seis 6 anos: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Em uma entrevista para a revista Playboy, em junho de 2011, sua agressividade dirigiu-se aos gays: “Seria incapaz de amar um filho homossexual”. Ainda disse preferir que um filho “morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí”. Em abril de 2017, durante um discurso no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, afirmou que acabará com todas as terras indígenas e comunidades quilombolas do Brasil caso seja eleito presidente em 2018. Também disse que terminará com o financiamento público para ONGs: “Pode ter certeza que se eu chegar lá não vai ter dinheiro pra ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou pra quilombola”. Atualmente é pré-candidato à presidência da República. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>1</sup> **Karl Popper** (1902-1994): filósofo austríaco-britânico. Destacou-se como filósofo social e político e como defensor da democracia liberal. É conhecido como o criador do conceito de *falseabilidade*, que a coloca como uma característica fundamental para a demarcação científica de

sentido da espetacularização, do exagero e da instauração de uma nova dinâmica mais assentada no conflito frontal. A cultura foi o âmbito que, autonomizando-se, libertou novas energias que terminariam impactando a política na sua fragilidade e vazio decorrente do ciclo político anterior: feminismos, antirracismos, políticas do corpo, sexualidade, são exemplos disso. Evidentemente, estes fenômenos foram efeitos, por vezes, de políticas de governo concretas, mas também de uma circulação, na sociedade, de pautas e demandas que foram se desenvolvendo como correlato ao esvaziamento da política tal qual espaço de dirimir conflitos. Os conflitos terminaram migrando, logo de 2013, para o âmbito da cultura.

38

“O populismo à direita de Bolsonaro e o de esquerda do desintegrado lulismo são exemplos da hiper-realidade à brasileira de hoje”

**IHU On-Line – Que mudanças estéticas foram produzidas na política brasileira após Junho de 2013? Como saímos de um cenário de multiplicidade e negação de lideranças para outro de polarização e messianismo (à esquerda e à direita)?**

**Carlos A. Gadea** – Junho de 2013 trouxe uma nova estética, sem clara definição, mas, certamente, foi ao encontro de superar a hegemonia estética da esquerda melancólica à Lula Buarque<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Chico Buarque [Francisco Buarque de Hollanda] (1944):

Fora o significado cultural e estético do tropicalismo, Chico Buarque ou a liturgia das clássicas “músicas de protesto”, pode-se considerar que a virada estética pós-2013 é uma virada eclética e, assim, desafiadora da institucionalização de uma cultura popular via esquerdismo governamental. Por outro lado, não sei se se pode afirmar que existia um cenário de negação de lideranças. Vejo mais um cenário profundamente dependente das figuras que representam conduções políticas fortes: não esquecer que o lulismo tem, na sua carne, a semente do culto ao líder que “teria feito coisas para o povo”, esse mesmo povo que, provavelmente, migrou sua preferência de liderança para Bolsonaro. O que, sim, trouxe este processo é um aprofundamento desse modelo e a conseguinte polarização política sustentada em imaginários salvacionistas e messiânicos. Nessa polarização participam, desempenhando um papel interdependente, Bolsonaro e Lula<sup>4</sup>,

músico, compositor, teatrólogo e escritor carioca. Um dos mais famosos nomes da música popular brasileira (MPB), cuja discografia tem aproximadamente 80 títulos. Ganhou fama por sua música, que comenta o estado social, econômico e cultural do Brasil. Começa a ter destaque a partir de 1966, quando lançou seu primeiro álbum, *Chico Buarque de Hollanda*, e venceu o Festival de Música Popular Brasileira com a música *A banda*. Autoexilou-se na Itália em 1969, devido ao aumento da repressão da ditadura instalada em 1964. Venceu três Prêmios Jabuti de literatura: o de melhor romance em 1992, com *Estorvo*, e o de Livro do Ano com *Budapeste*, lançado em 2004, e *Leite Derramado*, em 2010. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>4</sup> **Luiz Inácio Lula da Silva** (1945): Trigésimo quinto presidente do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores - PT. Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava Jato e foi denunciado em setembro de 2016 pelo Ministério Público Federal (MPF), apontado como receptor de vantagens pagas pela empreiteira OAS em um triplex do Guarujá. No dia 12 de julho de 2017, Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No dia 24 de janeiro de 2018, por unanimidade, os três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmaram a condenação de Lula, elevando a pena para 12 anos e um mês de prisão. No dia 7 de abril de 2018 Lula, após mandato de prisão expedido pelo judiciário, entregou-se à Polícia Federal, onde se mantém sob custódia na Superintendência do órgão em Curitiba. (Nota da **IHU On-Line**)

duas caras da mesma moeda. Não todos o compreendem assim, admito, mas não posso compreender a popularidade de Bolsonaro sem o anti-lulismo, nem a popularidade de Lula sem a construção de um cenário político de temor pelo suposto avanço da direita. Se um desaparece, o outro, provavelmente, também. A legitimidade de um está sustentada na figura do outro.

**IHU On-Line – Como a esquerda institucional tem compreendido os movimentos autonomistas como as Jornadas de Junho de 2013, o Movimento Secundarista e a greve dos caminhoneiros? O que há de comum e de distinto entre esses fenômenos?**

**Carlos A. Gadea** – A esquerda não compreendeu, mas não só ela, sejamos sinceros. O sistema político não entendeu o que estava acontecendo. A Polícia tampouco. A presidenta, no seu momento, achou que era para se sentar e dialogar, sem antecipar que, justamente, Junho de 2013 era sinônimo de “fim do pacto”. Era para não se dialogar que junho de 2013 surgiu. Junho de 2013 era o produto da ação em rede, horizontal, amorfo e, por momentos, de formas variadas. O ciclo político petista nos tinha acostumado a um exercício do poder em que se teria institucionalizado o protesto no formato que o próprio ciclo teria construído. O que surgia fora dele era imediatamente banido e deslegitimado. Era fascista, próprio da nova direita, coxinha, insensível com os pobres, autoritário, racista, machista, *et cetera*. Curiosamente, muitos começaram a fazer parte desse grupo de críticos que tiveram que se esconder para não ser definidos por tais adjectivações. Novamente, a ideia era hegemonizar o discurso da crítica, e paradoxalmente isso se fazia desde o governo e os governistas.

**IHU On-Line – Em que Junho de 2013 se mantém criativo e em**

## que se manifesta como uma força destrutiva e de desagregação?

**Carlos A. Gadea** – Toda emergência social tem um caráter construtivo e destrutivo simultaneamente. Mas incluir fenômenos entendidos como destrutivos ou construtivos levam a um inevitável juízo de valor. Vencendo isto, e não querendo parecer legislador do valor, 2013 desagregou aquilo que era ilusão de agregação e foi muito criativo no que respeita a uma sociedade que se politizou na pancada, no grito, na rua, na heterogeneidade de apresentações. Foi criativo ao instituir uma discursividade com ausência de narrativa e metarrelato. Certamente, 2013 é visível em situações como a mobilização de caminhoneiros recente, e no seu desfecho também. Sem lógica e sem possibilidade de compreender tal qual uma mobilização social dos anos 1960, 1970 e 1980.

## IHU On-Line – De onde vem a dificuldade de análise conjuntural? Trata-se de um esgotamento das categorias políticas do século 20 ou de uma paixão exacerbada pela institucionalidade política?

**Carlos A. Gadea** – Evidentemente que sim. Esgotamento de cate-

rias de análises e paixão exacerbada. A realidade deve ser olhada e analisada com uma dose maior de pragmatismo, enquanto um fenômeno relacional, e não com um mapa teórico e ideológico. Que é justo? Que é melhor? Ou para onde estamos indo? Quando alguns, por exemplo, falam do crescimento político da direita e de pautas conservadoras no país, eu sempre me pergunto onde estavam vivendo nos últimos 30 anos. Ou como, de um dia para outro, na explicação de um suposto “golpe” político, a realidade teria mudado tanto? Falta sinceridade; sobram metarrelatos. Faltam coragem e autocritica; sobra mecanismo de defesa.

## IHU On-Line – Para onde vai Junho de 2013? O que podemos esperar daqui para frente?

**Carlos A. Gadea** – O que esperamos é que outubro de 2018 nos dê a possibilidade de um começo político e econômico que contemple a maioria dos brasileiros. Junho de 2013 não vai para lugar nenhum, porque foi um acontecimento saturado de sentido e sem um caminho traçado *a priori*. A sociedade se polarizou, está mais conflitiva, menos tolerante, de todas as partes envolvidas; não alguns mais e outros

menos. *Fake news*<sup>5</sup> é o exemplo disso: como a realidade parece ter se ausentado, o hiper-real me permite manifestar na frente da Polícia Federal gritando “Lula livre”, permite-me levantar nos ombros Bolsonaro em algum aeroporto do país, admitir que o Papa Francisco<sup>6</sup> é pop porque um vídeo o mostra dançando *cumbia*, e por aí vai. Mas um fio de realidade entra de penetra e nos lembra de 2013 como, paradoxalmente, um acontecimento onde alguma coisa aconteceu, enquanto hoje esses exemplos são acontecimentos em que não acontece nada; só a vontade, por antecipação, de que aconteça. ■

<sup>5</sup> A revista **IHU On-Line** publicou recentemente a edição nº 520 dedicada ao tema, intitulada *Fake news – Ambiência digital e os novos modos de ser*. A íntegra da edição pode ser acessada no link [ihuonline.unisinos.br/edicao/520](http://ihuonline.unisinos.br/edicao/520). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>6</sup> **Papa Francisco** (1936): argentino filho de imigrantes italianos, Jorge Mario Bergoglio é o atual chefe de estado do Vaticano e Papa da Igreja Católica, sucedendo Papa Bento XVI. É o primeiro papa nascido no continente americano, o primeiro não europeu no papado em mais de 1200 anos e o primeiro jesuíta a assumir o cargo. Em maio de 2018 a revista **IHU On-Line** nº 522 publicou a edição *A virada profética de Francisco – Uma “Igreja em saída” e os desafios do mundo contemporâneo*, em que entrevistados internacionais debateram os cinco anos do pontificado de Bergoglio. Uma série de entrevistas e conferências foram realizadas durante o *XVIII Simpósio Internacional IHU*. A *virada profética de Francisco*, que podem acessadas no link <http://bit.ly/2MqSsne>. A edição 465 da revista **IHU On-Line** analisou os dois anos de pontificado de Francisco. Confira em <http://bit.ly/1Xw2tgu>. Leia, ainda, a edição *Amoris Laetitia e a ética do possível*. Limites e possibilidades de um documento sobre ‘a família’, hoje, disponível em <http://bit.ly/1SseNsc>, e a edição *O ECOMENISMO de Laudato Si’*, disponível em <http://bit.ly/1S6Luik>. (Nota da **IHU On-Line**)

## Leia mais

- **Breves e rápidos comentários sobre as eleições primárias parlamentares na Argentina.** Artigo de Carlos A. Gadea publicada nas Notícias do Dia, de 17-8-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2HSdM1w>;
- **Ernesto Laclau e a “razão populista”.** Artigo de Carlos A. Gadea publicado na revista IHU On-Line, nº 508, 7-8-2017, disponível em <http://bit.ly/2JLFejj>;
- **Os “filhos de Marx e da Coca-Cola”: os Estudos Culturais e a sua aliança populista.** Artigo de Carlos A. Gadea publicado nas Notícias do Dia, de 28-11-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2ye36e4>;
- **Manifestação jovem de Porto Alegre. Uma crítica à instrumentalização da vida.** Entrevista especial com Carlos A. Gadea publicada nas Notícias do Dia, de 11-4-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2HMDFm>;
- **Os movimentos sociais e o lulismo.** Entrevista especial com Carlos A. Gadea publicada nas Notícias do Dia, de 27-11-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2sZyfwT>;

# O último chamado de uma geração que desejava apenas fazer política

Alana Moraes analisa a forma como as manifestações de Junho de 2013 buscavam um reordenamento da política como alternativa à democracia representativa liberal

Ricardo Machado

A forma da democracia representativa liberal desvelou seu esgotamento com Junho de 2013. De quebra, a política de conciliação com as elites e de pactos por cima veio à dança como uma bailarina descompassada. “O grito que mobilizava, o dos 20 centavos, tinha a ver com um desejo de retomar o controle sobre as nossas próprias vidas, uma rejeição ao lugar de ‘consumidores’ da política”, propõe **Alana Moraes**, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Eu gosto de pensar Junho, ao menos em sua pulsão inicial, como um desejo de destruição da ordem tal como ela estava apresentada, um esforço de desordenamento, portanto. Não tinha a ver com uma rejeição ao PT, mas talvez com um último chamado: ‘de que lado vocês estão?’”, complementa.

Como bem lembra Alana, ao citar o historiador E. P. Thompson, “quem faz revolução é a classe, não o ‘conceito’ de classe”. A entrevistada recorda que “em junho a ‘classe’ aparece em toda sua diferença: precários, estudantes, favelados, jovens, mulheres”. Impulsionadas também pelas disputas narrativas em torno da Guerra Fria, as categorias políticas do século 20 produziram um acirramento das polarizações entre mercado e Estado, de modo que haveria a necessidade de um Estado forte em contraposição ao chamado “Estado mínimo”. A esquerda, contudo, produziu, por meio da obsessão pela institucionalidade, uma espécie de estado máximo alheia aos gritos das ruas.

“Nesse tempo fomos também assistindo ao crescimento do ‘estado máximo’: a explosão do encarceramento, a arbitrariedade da justiça, a atuação genocida da Polícia Militar, a militarização das favelas e periferias. É óbvio que temos que continuar lutando por políticas distributivas, pela ampliação dos direitos sociais, não podemos deixar tudo para eles”, convoca Alana. “Não acho que temos que abandonar a democracia representativa, mas ela só poderá se reoxigenar coexistindo com outras possibilidades democráticas: mais diretas, mais autônomas e que levem em conta uma politização permanente da vida. Uma política da vida e na vida contra a necropolítica do Estado neoliberal”, afirma.

**Alana Moraes**, antropóloga, doutoranda no Museu Nacional-UFRJ. É coorganizadora dos livros *Junho: potência das ruas e das redes* (F. Ebert, 2014) e *Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil* (F. Ebert, 2015). Pesquisa novas formas de politização no Brasil a partir da experiência das ocupações urbanas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST na periferia de São Paulo. Estuda os cruzamentos entre política, gênero e classe e epistemologia feminista. É parte do cursinho popular Dandara na ocupação povo sem medo do Capão Redondo e da rede de pesquisa-luta Urucum.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Passados cinco anos de Junho de 2013, que res-  
postas conseguimos construir  
para o movimento?**

**Alana Moraes** – Nada ficou no lugar depois de Junho. Se pensarmos a

## “Uma nova geração foi às ruas para retomar o controle dos fatos e ao fazer isso revelou também que o caminho da história é tortuoso, cheio de encruzilhadas”

história como uma resultante de forças que se movem em diversos sentidos (não necessariamente do jeito que desejamos, como diria Marx<sup>1</sup>), não há dúvida de que a resultante de junho produziu deslocamentos. Para falar de um jeito simples e direto, Junho foi a primeira onda de protestos no Brasil a expressar o esgotamento completo da democracia representativa liberal. O grito que mobilizava, o dos 20 centavos, tinha a ver com um desejo de retomar o controle sobre as nossas próprias vidas, uma rejeição ao lugar de “consumidores” da política. Por que não podemos decidir se queremos Copa e Olimpíadas? Por que não podemos decidir sobre nossa política de mobilidade? Por que a representação se transformou nesse jogo de cartas marcadas que despreza a soberania popular? Temos hoje toda uma geração que se formou politicamente pelas movimentações de Junho de 2013.

Eu não tenho dúvidas de que uma das principais estratégias do neoliberalismo é nos convencer de que as decisões políticas são parte de um universo técnico, de especialistas, de interesses que não conseguimos compreender. Nisso o Movimento

Passé Livre - MPL teve um papel fundamental: eles e elas mostraram nas ruas que a gestão dos transportes não tinha a ver com planilhas; tinha a ver com disputa, com relações de força, ou seja, com política. Uma nova geração foi às ruas para retomar o controle dos fatos e ao fazer isso revelou também que o caminho da história é tortuoso, cheio de encruzilhadas: um estado autoritário e violento entrou em cena para nos lembrar que as forças da ordem são ainda freios decisivos. No entanto, eu gosto de pensar Junho, ao menos em sua pulsão inicial, como um desejo de destruição da ordem tal como ela estava apresentada, um esforço de desordenamento, portanto. Não tinha a ver com uma rejeição ao PT, mas talvez com um último chamado: “de que lado vocês estão?”

**IHU On-Line – Em que medida o discurso que clama por uma “unidade da esquerda” trai o movimento autonomista de Junho de 2013 e em que medida ele faz justiça às suas demandas?**

**Alana Moraes** – A esquerda ‘organizada’ foi um dos campos mais deslocados por Junho. Por um lado, parte do PT tomou Junho como uma ofensa, uma “desobediência”, uma petulância juvenil. Havia até um desejo de “dialogar” com a revolta, mas os espaços que o PT apresentou para isso eram espaços já viciados, uma cultura participacionista que não consegue ser verdadeiramente afetada por proposições mais radicais. O PT assumiu um lugar de

“gestão do pacto democrático”, mas o outro lado do “pacto” logo mostrou que nunca teve compromisso com a “estabilidade democrática”. É que democracia não se faz com estabilidade, mas o contrário. A radicalização da democracia nos exige estar do lado da indignação, da mobilização dos mais fracos. A gente precisa entender que a “luta de classes” não se dá só na dimensão do trabalho pelo antagonismo ao capital, mas também se dá contra o Estado, contra as forças conservadoras que os constitui. Por outro lado, parte da esquerda organizada ainda nutria um desejo por dirigir as mobilizações, por fazer política para as pessoas e não com as pessoas. Esse tipo de disposição também foi deslocado. Precisamos pensar a política a partir desses momentos críticos de revolta descentralizada, eles nos dão muitas pistas. Não vejo como uma nova esquerda pode se constituir sem estar aberta para essas conexões com a indignação que muitas vezes aparece sem forma pronta, sem receita definida. É como dizia o historiador E. P. Thompson<sup>2</sup>: quem faz revolução é a classe, não o “conceito” de classe. E em junho a “classe” aparece em toda sua diferença: precários, estudantes, favelados, jovens, mulheres.

1 **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século 20. A edição 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, a edição número 278 da revista **IHU On-Line**, de 20-10-2008, é intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <https://goo.gl/7aYkWZ>. A entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira, foi publicada na edição 327 da **IHU On-Line**, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2p4vpGS>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central de *O Capital*, obra de Marx, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/449>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Edward Palmer Thompson** (1924-1993): historiador britânico marxista. Em seus estudos, analisa como as experiências de classe influenciam e determinam as relações produtivas dentro das quais os homens nascem e são inseridos de modo involuntário. Suas pesquisas se estenderam desde a história do trabalho à história da cultura, o que o inspirou a realizar estudos sobre sindicalismo, partidos, movimentos sociais, escravidão, motins. Entre 1965 e 1971, foi docente na Universidade de Warwick. Na década de 1970, lecionou em universidades estadunidenses como Pittsburg, Rutgers, Brown e Dartmouth College. Em 1980, atuou como professor no Queen's University de Kingston, no Canadá, e, no final da década, trabalhou na Universidade de Manchester, na Inglaterra. (Nota da **IHU On-Line**)

Sempre que escuto esse apelo de “unidade” da esquerda penso que pode ser mais uma armadilha para os homens dirigentes continuarem dirigindo as lutas. Eu gosto de pensar em alianças. As alianças nos exigem disposições práticas: como podemos fazer uma aliança para barrar o patriarcado, o racismo, o etnocídio presentes na nossa sociedade? Os homens estão dispostos a ceder lugar para candidaturas feministas, por exemplo? A esquerda está disposta a encarar a pauta do genocídio da juventude negra e da violência policial como as pautas mais urgentes dos nossos tempos? As alianças para a ação são muito mais eficazes do que unidades programáticas e eleitorais.

“A radicalização da democracia nos exige estar do lado da indignação, da mobilização dos mais fracos”

**IHU On-Line – Que processos políticos e subjetivos ocorreram nesses últimos anos que transformaram a “biodiversidade” das pautas, sobretudo dos movimentos autonomistas, em uma espécie de deserto da imaginação política?**

**Alana Moraes** – Depois da abertura produzida por Junho, veio também a reorganização tática das forças conservadoras. Eles tiveram mais disposição e inteligência para canalizar o campo de forças gerado por Junho em ações mais concretas como foi o anti-petismo, o golpe e todas as medidas conservadoras operadas depois disso. Nós ficamos na defensiva, um pouco congelados pela polarização PT versus antipetismo, e não sei se, de fato, havia outro caminho a não ser lutar contra

o golpe – nos deixamos encurralar, passamos a reagir em vez de pautar mais ativamente a disposição antisistêmica.

Mas o campo das lutas é também cheio de tangentes. Em 2015 veio a onda de ocupações nas escolas em São Paulo – que, em grande parte, beneficiou-se muito do passe livre estudantil conquistado em 2013, era bem mais fácil circular pela cidade, costurar a articulação entre escolas. Em grande parte, também conseguimos colocar em outro patamar a denúncia contra a violência policial. Os presos da Copa em 2014, a campanha pela liberdade de Rafael Braga<sup>3</sup>, tudo isso foi ajudando a compor uma geração política que tem muito mais certeza da luta contra a violência de Estado como uma luta inegociável. O movimento negro ganhou muita força e conseguiu também deslocar a pauta antirracista para lugares muito mais visíveis no debate político. O papel da Rede Globo e dos grandes canais de comunicação também foi desestabilizado por novas formas de documentação e transmissão das lutas, dos relatos, pela proliferação do midiativismo. Não podemos esquecer o pedido de “desculpas” da Globo, em pleno Jornal Nacional, pela participação no golpe de 1964. O feminismo também conquistou outros patamares. Acho que novas imaginações estão sendo compostas, a grande mobilização dos caminhoneiros é um outro bom exemplo, mas nesse momento elas estão sendo produzidas em outros lugares, não mais nos espaços da esquerda mais tradicional.

**IHU On-Line – Se, por um lado, Junho de 2013 foi o primeiro tremor do edifício da nova república, pós-1988, por outro a direita e os movimentos**

<sup>3</sup> **Rafael Braga** (1988): jovem, negro, pobre, catador de latinhas e morador da Vila Cruzeiro, na cidade do Rio de Janeiro, Rafael Braga foi o único condenado no contexto das manifestações de 2013, mesmo sem ter participado delas. Preso porque portava uma garrafa de Pinho Sol e água sanitária na mochila. Em janeiro de 2018, a caminho da padaria na favela onde morava, foi novamente preso a partir de um flagrante forjado, conforme apontaram várias testemunhas, e foi acusado de associação e tráfico de drogas, mesmo estando sob vigilância. Na calada da noite, às vésperas do feriado de 21 de abril, Rafael foi condenado a 11 anos de prisão. Os advogados que defendem Rafael Braga tentam recorrer da decisão. (Nota da **IHU On-Line**)

**mais conservadores parecem ter capturado esse “vazio” político com soluções simplistas. Como a esquerda tem interpretado ambos os fenômenos?**

**Alana Moraes** – Parte da esquerda também interpreta de modo simplista, dizendo que Junho foi responsável pelo golpe e pela reação conservadora. Mas também existe uma outra parte disposta a procurar novas alternativas de organização. Existe uma crise econômica e política em todo o mundo, uma crise que tem a ver também com o esgotamento das formas tradicionais de organização. Isso não quer dizer que não temos mais que nos organizar, mas precisamos entender que a tradicional resposta da “participação” não vai dar conta de conter essa insatisfação. É preciso estar aberto verdadeiramente para novos processos de politização (mais do que uma “nova política”), e esses processos têm a ver com a reconstrução de espaços vinculares e territoriais, com novas experiências de auto-organização, com “coisas simples, palpáveis e que se possam medir”, como diz a canção do Negro Leo. Precisamos ser capazes de construir outras relações e também novas inteligências para a vida coletiva. Grande parte da esquerda vai ter que decidir se quer salvar o sistema ou produzir novos tecidos políticos de produção de formas de vida, vai ter que decidir se quer mandar, dirigir, ou se está disposta a se abrir para espaços sem comando.

**IHU On-Line – Como a prisão de Rafael Braga e a do ex-presidente Lula são ilustrativas de como a esquerda enfrenta a crise de representatividade em seu sentido mais profundo?**

**Alana Moraes** – Lula<sup>4</sup> foi vítima

<sup>4</sup> **Luiz Inácio Lula da Silva** (1945): Trigésimo quinto presidente do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores - PT. Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, con-

do sistema de justiça arbitrário, racista e autoritário do qual a população negra e pobre é vítima já faz tempo. Acontece que a arbitrariedade e o autoritarismo estão alcançando agora outros lugares, estão também atuando como atores políticos, procurando hegemonia e legitimidade popular. O punitivismo, as práticas de linchamento estão presentes em todos os lugares, estão infiltradas em nossa sociedade. As pessoas desejam mais prisão, mais punição, mais extermínio. Esse é um lugar difícil de atuar. Passados três meses da execução de Marielle<sup>5</sup> e ainda assistimos paralisados os rumos de uma

forme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava Jato e foi denunciado em setembro de 2016 pelo Ministério Público Federal (MPF), apontado como receptor de vantagens pagas pela empreiteira OAS em um triplex do Guarujá. No dia 12 de julho de 2017, Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No dia 24 de janeiro de 2018, por unanimidade, os três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmaram a condenação de Lula, elevando a pena para 12 anos e um mês de prisão. No dia 7 de abril de 2018 Lula, após mandado de prisão expedido pelo judiciário, entregou-se à Polícia Federal, onde se mantém sob custódia na Superintendência do órgão em Curitiba. (Nota da **IHU On-Line**)

**5 Marielle Franco** [Marielle Francisco da Silva] (1979-2018): socióloga, feminista, militante dos direitos humanos e política nascida no Rio de Janeiro. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegera-se vereadora do Rio de Janeiro na eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Crítica da intervenção federal no Rio de Janeiro e da Polícia Militar, denunciava constantemente abusos de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Em 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros. (Nota da **IHU On-Line**)

investigação que, no fundo, sabemos fazer parte também das negociações de um Estado feito por forças legais e ilegais.

A milícia tem assento na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, como lidar com isso? Temos que seguir as pistas de Marielle. Sua militância, sua vida era perseguir outros caminhos de politização que tinha a ver com os laços, com o posicionamento, com afetos fortes que se produzem quando compartilhamos o sofrimento, quando nos cuidamos. Mas ela também sabia que o nosso grande problema estava nessa disseminação das práticas punitivistas, nas relações cada vez mais íntimas entre Estado e crime, entre poder militar e a desdemocratização da nossa sociedade.

**IHU On-Line – Como Junho de 2013 despertou um ponto de interrogação sobre o que é ser de esquerda? De que maneira as esquerdas institucionais tendem a interpretar as lutas autonomistas?**

**Alana Moraes** – Eu acho que tem a ver, sobretudo, com a concepção de Estado que a esquerda tem elaborado. Passamos anos dizendo que o inimigo era aquele que defendia o “estado mínimo”, que a luta era entre mercado contra Estado. E nesse

tempo fomos também assistindo ao crescimento do “estado máximo”: a explosão do encarceramento, a arbitrariedade da justiça, a atuação genocida da Polícia Militar, a militarização das favelas e periferias. É óbvio que temos que continuar lutando por políticas distributivas, pela ampliação dos direitos sociais, não podemos deixar tudo para eles. Mas precisamos entender que não basta mais ganhar eleições para dirigir esse Estado. Precisamos pensar formas de atuação autônomas que fortaleçam experiências outras de organização da vida coletiva (algo que aliás já se faz em quilombos, territórios indígenas, ocupações de sem-teto, espaços de vizinhanças), mas também novas formas de disputar esse Estado, que seja também contra ele próprio, uma política ativa de dissolução desse Estado para a construção de outras formas de governo mais amparadas na democracia direta, na autonomia de territórios, na desmilitarização da vida. Não acho que temos que abandonar a democracia representativa, mas ela só poderá se reoxigenar coexistindo com outras possibilidades democráticas: mais diretas, mais autônomas e que levem em conta uma politização permanente da vida – a produção permanente de tempo livre! Uma política da vida e na vida contra a necropolítica do Estado neoliberal. ■

## Leia mais

- **Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?** Artigo de Alana Moraes publicado no Cadernos IHU ideias, nº 268, disponível em <http://bit.ly/2sWfMBd>;

- **Marielle e os dois pilares do poder e do capitalismo: o patriarcado e o aparato do Estado penal racista.** Entrevista especial com Alana Moraes e José Cláudio Alves Moraes publicada na Notícias do Dia, de 23-3-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2JRSIxS>;

- **Não existe ‘outro mundo para se construir’. Existem outras relações e modos de vida a se construir nesse mesmo mundo.** Entrevista especial com Alana Moraes publicada na Notícias do Dia, de 24-10-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2JVrFRE>;

- **Movimentos tradicionais, autonomistas e um novo ciclo de lutas no Brasil.** Entrevista especial com Alana Moraes publicada na Notícias do Dia, de 24-10-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2sXCid0>.

# Nem coerentes, nem lógicas, as lutas de Junho de 2013 sobrevivem à revelia da compreensão da esquerda

Giuseppe Cocco analisa como as jornadas de Junho se reproduzem a cada tentativa de negação

Ricardo Machado

Lá se vão cinco anos dos levantes de Junho de 2013. Diferentemente de uma perspectiva que pudesse compreender o fenômeno como algo isolado, as jornadas de Junho parecem emergir a cada tentativa de invisibilizá-la. Assim foi com a greve dos garis no Rio de Janeiro em 2014, com as ruas contra o estelionato eleitoral em 2015, com as ocupações universitárias e secundaristas em 2016 e, mais recentemente, com a greve dos caminhoneiros, lembra Giuseppe Cocco, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Oras, essa brecha era, em 2013, claramente democrática. Hoje ela é muito mais complexa e indeterminada. Em Junho de 2013, a multidão declarou que ‘queria tudo’, queria as cidades como espaços comuns de sua reprodução produtiva e indicava claramente como obstáculo a essa apropriação do comum o bloco mafioso do biopoder. Em Junho, todas as lutas que sonhávamos aconteciam, a começar pela contestação geral do bloco do biopoder e da governamentalidade mafiosa”, destaca.

Na avaliação do professor, a esquerda tem uma enorme dificuldade de compreender os movimentos sociais, especialmente os de Junho de 2013. “O levante de Junho – apesar das responsabilidades petistas no agravamento das condições de vida metropolitanas – não enxergava o PT como sendo uma peça fundamental do pacto de poder mafioso, mas apenas como uma peça marginal e constrangida. Quem entendeu que o levante só podia ser anti-PT foi o próprio PT e o Lula”, critica.

O paradoxo que se estabelece é que a mesma elite que apoiou os megaeventos – Copa do Mundo e Olimpíadas – manifestou “surpresa” diante das revelações da Lava Jato. Nesse impasse, em que a classe política salva a própria pele

vendendo a nossa, a greve dos caminhoneiros traz às vistas o desmoronamento institucional que vivemos. “Mesmo que a greve não tenha se consolidado como o levante que suas bases autônomas procuravam, *esse pacto acabou*. Da ponte para o futuro sequer sobrou a pinguela da qual falava FHC, apenas um abismo: os grevistas afirmaram, pois, que a economia não é contabilidade, mas *economia política*. Dizem também que a política não é pura racionalidade e ainda menos marcha para um futuro já dado. O que conta é a invenção do futuro”, pontua Cocco.

**Giuseppe Cocco** é graduado em Ciência Política pela Université de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova, mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), e doutor em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e editor das revistas *Global Brasil*, *Lugar Comum* e *Multitudes*. Coordena a coleção *A Política no Império* (Civilização Brasileira). Publicou entre outros livros *New Neoliberalism and the Other. Biopower, antropophagy and living money* (Lanham: Lexington Books, 2018), em parceria com Bruno Cava; *Hélio Oiticica para além dos mitos* (Rio de Janeiro: CMAHO, 2016), em parceria com Barbara Szaniecki e Izabela Pucu; e *Creative Capitalism and Multitudinous Creativity* (Lanham: Lexington Books, 2015), também em parceria com Barbara Szaniecki.

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do dia de 13-07-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em <http://bit.ly/2yibsl3>.

**Confira a entrevista.**

# “Oras, essa brecha era, em 2013, claramente democrática. Hoje ela é muito mais complexa e indeterminada”

## IHU On-Line – Como Junho de 2013 sobrevive passados cinco anos?

**Giuseppe Cocco** – Junho de 2013 sobrevive hoje no sentido próprio da palavra: “super” vive. Depois de junho de 2013, quem sobrevive, no sentido tradicional do termo, é a governabilidade mafiosa da qual o “PT realmente existente” tinha se tornado vergonhosamente uma peça articuladora, juntamente com aquelas tradicionais herdadas do regime colonial e escravagista. O apoio que PT, PCdoB e PSOL oferecem a (Nicolás) Maduro<sup>1</sup> hoje não é apenas um marco do cinismo dessas forças para com a tragédia do povo venezuelano reduzido à fome pelo “socialismo realmente existente”, é mesmo um sinal do que a esquerda realmente é, inclusive o “voto crítico”.

A formidável mobilização dos caminhoneiros bem como a incrível aprovação popular desse movimento são os marcos da vitalidade do levante de Junho. A cada vez que se tenta esquecê-lo, Junho reaparece com toda sua potência: lembremos a greve autônoma dos garis no Rio de Janeiro em fevereiro de 2014, as multidões na rua contra o estelionato eleitoral em 2015, o movimento em apoio à Lava Jato e pelo impeachment em 2016. Não se trata, obviamente, de repetições de Junho, mas de reaberturas daquela brecha em termos cada vez diferentes e mais complexos.

<sup>1</sup> Nicolás Maduro Moros [Nicolás Moros] (1962): é um político venezuelano, atual presidente da República Bolivariana da Venezuela. Depois de, como vice-presidente constitucional, assumir o cargo com a morte do presidente Hugo Chávez, foi eleito em 14 de abril de 2013 para mandato como 57º presidente da Venezuela. (Nota da IHU On-Line)

Oras, essa brecha era, em 2013, claramente democrática. Hoje ela é muito mais complexa e indeterminada. Em Junho de 2013, a multidão declarou que “queria tudo”, queria as cidades como espaços comuns de sua reprodução produtiva e indicava claramente como obstáculo a essa apropriação do comum o bloco mafioso do biopoder. Em Junho, todas as lutas que sonhávamos aconteciam, a começar pela contestação geral do bloco do biopoder e da governamentalidade mafiosa.

Toda a crítica que circulava horizontalmente nas redes e nas ruas passou a se expressar pelo ataque direto ao sistema que parasita a vida das multidões. Foi uma revolta da sociedade contra os partidos e contra o Estado enquanto dispositivos parasitários de acumulação primitiva continuamente renovada. Depois disso, sabemos como o bloco mafioso que nos governa reagiu: inicialmente pacificou a Copa do Mundo; em seguida conseguiu polarizar as eleições de 2014 por meio da grande vitória que lhe ofereceu a nebulosa do “voto crítico”; enfim lançou mão da narrativa do “golpe” para embrulhar a reorganização do pacto de governo.

Mas não adiantou nada, pois o efeito de poder gerado pelas eleições compradas pelos bilionários desvios de dinheiro público apareceu nitidamente como um estelionato e isso impediu qualquer forma de ajuste: quando a arrogância autoritária da presidente Dilma Rousseff tentou se adequar à esperteza do mentor (Lula<sup>2</sup>), já não havia mais margens e

<sup>2</sup> Luiz Inácio Lula da Silva (1945): Trigésimo quinto presi-

o ajuste se desajustou: as multidões estavam nas ruas e nas janelas, contra o estelionato (em 2015) e pelo impeachment (em 2016). A brecha foi continuamente reaberta, mas ela mesma passou a ser atravessada por sinais trocados.

## IHU On-Line – Como as esquerdas compreenderam o movimento de Junho de 2013? No que ele mantém sua potência criativa e no que mantém sua potência destrutiva?

**Giuseppe Cocco** – Em geral, as esquerdas não compreendem os movimentos e, no caso de Junho de 2013, não entenderam nada mesmo.

Junho de 2013 decretou a morte política do sistema de poder, mas

dente do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É co-fundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores – PT. Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava-Jato e foi denunciado em setembro de 2016 pelo Ministério Público Federal (MPF), apontado como receptor de vantagens pagas pela empreiteira OAS em um triplex do Guarujá. No dia 12 de julho de 2017, Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No dia 24 de janeiro de 2018, por unanimidade, os três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmaram a condenação de Lula, elevando a pena para 12 anos e um mês de prisão. No dia 7 de abril de 2018 Lula, após mandado de prisão expedido pelo judiciário, entregou-se à Polícia Federal onde se mantém sob custódia na Superintendência do órgão em Curitiba. Atualmente é pré-candidato à presidência da república. (Nota da IHU On-Line)

o bloco do poder está bem vivo e determinado a se defender. O que houve de novo em Junho foi o fato que os objetivos, as manifestações, as práticas, por serem autorganizados entre as redes e as ruas, não passavam mais pela pasteurização das esquerdas: nem da dogmática e supostamente radical, nem daquela corrupta e supostamente pragmática. Essa foi a grande novidade: as multidões iam para as ruas quando e como queriam e atacavam o poder pelo que ele realmente era (e continua sendo), sem mediações. Isso foi mortal para as esquerdas.

Por um lado, os dogmas do esquerdismo, sua liturgia marxista, sua sociologia industrialista, suas bandeiras vermelhas apareceram pelo que são: abstrações que sufocam a criatividade das lutas e dispositivos que apenas visam à reprodução dos aparelhos das organizações (e de suas repartições). Por outro, o PT e o lulismo em geral, apesar de o movimento não ser inicialmente contra o governo Dilma, apareceram pelo que tinham se tornado: peças centrais da governamentalidade mafiosa.

## Lula

Ao passo que os intelectuais do PT não entendiam nada, Lula e seu aparelho, depois do susto, passaram a entender perfeitamente que o levante – atacando o bloco mafioso do poder – não deixaria nenhuma margem para as mágicas do PT: não havia mais espaço para uma dissociação retórica do Bloco Mafioso esconder os esforços que o PT multiplicava para salvá-lo realmente. Esse foi um fenômeno curioso e paradoxal.

De tanto acreditar em sua propaganda e nas análises de seus consultores que o Brasil tinha se transformado no Eldorado da (nova) classe média, o PT foi pego de surpresa e não sabia o que dizer, além de gritar contra a ingratidão das massas. Não entendia nada do levante e de seus processos de produção de subjetividade. Nisso, a esquerda corrupta e a esquerda radical eram (e são) totalmente especulares: o PT pensava mesmo que suas políticas sociais

(de cunho neoliberal ou trabalhista) fossem boas em si, pelos efeitos de “inclusão” e de “compensação” que essas determinavam nas estatísticas que alimentavam o marketing eleitoral. O “esquerdismo” criticava essas reformas por não se enquadrarem nos modelos de reformas (ou revoluções) que a doxa da questão social ditava. O fato é que o proletariado do trabalho metropolitano não se interessa nem pela adesão servil (lulista) a uma determinada política social, nem pela sua crítica formal (esquerdista), mas em como isso muda suas condições materiais de vida: mudança que se firma realmente como aumento da capacidade de lutar, como aprofundamento democrático.

Contrariamente ao discurso infantil (e na realidade arrogante) do voto crítico que pretende “ensinar” à esquerda como se deve compreender a subjetividade, Lula e o PT não têm nem a condição nem a vontade de entender a produção de subjetividade: o que lhes interessa é dominá-la, esvaziá-la, domá-la. Aqui está a ironia: o levante de Junho – apesar das responsabilidades petistas no agravamento das condições de vida metropolitanas – não enxergava o PT como sendo uma peça fundamental do pacto de poder mafioso, mas apenas como uma peça marginal e constrangida. É por isso que inicialmente o levante não era declaradamente anti-PT nem anti-Dilma. Quem entendeu que o levante só podia ser anti-PT foi o próprio PT e o Lula, que *sabiam* qual era o real pacto de sangue (para usar as palavras do Antonio Palocci<sup>3</sup>) ao qual o PT tinha, mais do que aderido, fornecido uma nova força, com a Nova Matriz Econômica e os dois Programas de Aceleração do Crescimento - PACs.

## IHU On-Line – Como compreender a greve dos caminhoneiros

<sup>3</sup> Antonio Palocci Filho (1960): político e médico brasileiro, membro do Partido dos Trabalhadores, nacionalmente famoso por ter ocupado o cargo de ministro da Fazenda no governo Lula até 27 de março de 2006, quando foi substituído pelo então presidente do BNDES, Guido Mantega. Exerceu, desde 1 de janeiro até 7 de junho de 2011, o cargo de Ministro-chefe da Casa Civil do Brasil, escolhido pela Presidente Dilma Rousseff, onde pediu demissão por denúncias de improbidade administrativa das quais ele foi absolvido. (Nota da IHU On-Line)

## ros e a interpretação da esquerda sobre o fenômeno?

**Giuseppe Cocco** – Francamente, não sei nem dizer qual é a interpretação da esquerda. Fica tão “à *côté de la plaque*” (uma expressão francesa para dizer fora do lugar, totalmente errada, inútil) que nem encontro o tempo de procurar saber. Prefiro ler um livro sobre os Gulags, ou um livro do Camus<sup>4</sup>. Os caminhoneiros lutam dando uma lição prática de autonomia e tem gente do voto crítico que até a noção de autonomia querem levar para a mesma cova onde o PT (e o socialismo real em geral) levou a própria ideia de esquerda.

No Brasil, a intelectualidade e as elites são totalmente autorreferenciais: elas podem se chamar de esquerda ou de direita, progressistas ou conservadoras, inclusive uma parte da elite acusar a outra parte de ser “elite branca”, “coxinha” etc., como no caso patético daqueles vídeos nos quais uma filósofa uspeana bradava seu ódio... contra si mesma. O fato é que se trata de um sistema fechado, esse sim elitista, que inclui a mídia também. Os mesmos que apoiaram os megaeventos e todos esses investimentos absurdos passaram a manifestar seu estupor diante das “revelações” da Lava Jato e da inutilidade das obras. Os mesmos que gritam contra a mídia “golpista” se tornam colunistas e comentaristas dessa mesma mídia. Os mesmos sociólogos, cientistas sociais e políticos que nada viram acontecer, continuam pontificando e decidindo o que é bom e o que é ruim. Os outros continuam patrulhando. É assim que funcionava e assim que o bloco do poder quer que volte a funcionar. Mas a cada vez que essa restauração parece definitiva, acontece algo que mostra que não é mais assim: quando o PT conseguiu o criminoso estelionato eleitoral de 2014, logo depois as multidões estavam na rua e nas janelas; quando o impeachment parecia ter permitido instaurar um

<sup>4</sup> **Albert Camus** (1913-1960): escritor, novelista, ensaísta e filósofo argelino. Confira a entrevista *Camus entre a emoção e a graça*, concedida por Waldecy Tenório e ao IHU On-Line em 03-02-2010, disponível em <http://bit.ly/ihu030210>. (Nota da IHU On-Line)

pacto de transição para que a casta “salvasse a pele vendendo a dos pobres”, a radicalidade dos caminhoneiros e o enorme apoio popular que receberam mostrou que tudo isso já acabou.

Só que tudo isso tem um preço. Até que o PT conseguia mistificar sua corrupção, política e moral antes que material, havia como que uma válvula de escape, a ilusão de um horizonte de mudança possível na renovação democrática. Hoje tudo isso foi para o brejo e a solidariedade de praticamente “toda” a esquerda (mais uma vez, com o papel nefasto do voto crítico) ajudou a destruir a credibilidade geral da democracia como um todo.

### **IHU On-Line – Até que ponto a greve dos caminhoneiros atualiza Junho de 2013 e até que ponto produz rupturas radicais?**

**Giuseppe Cocco** – Totalmente: passamos das ruas para as estradas, do Facebook para o WhatsApp, dos 20 centavos da passagem de ônibus aos 46 centavos do diesel. Foi um momento potentíssimo.

O que a luta dos caminhoneiros está dizendo? Que os que vivem de seu trabalho não querem pagar as contas de Temer<sup>5</sup> e de Dilma<sup>6</sup> e que o “fora Temer” do PT e seus puxadinhos e tríplex é de mentirinha. Mais uma vez, a quase totalidade da esquerda se apavora diante dos movimentos de luta real. É irônico, a es-

querda teve medo diante de Junho, agora tem medo diante dos caminhoneiros. Só não tem medo quando se trata de roubar, defender quem roubou, colocar o Exército na Maré ou decretar operações de Garantia da Lei e da Ordem - GLO.

Os caminhoneiros decretaram o fim do que sobrava do pacto de sustentação de Temer. O “pacto do pato da Fiesp” era esse: o governo Temer faz as reformas neoliberais e tem espaço livre para acabar com a Lava Jato, a esquerda fica no *play ground* gritando ao golpe (que na realidade deseja) e os pobres e os trabalhadores pagam o pato! Em outros termos, a classe política salva a pele dela vendendo a nossa. Mesmo que a greve não tenha se consolidado como o levante que suas bases autônomas procuravam, *esse pacto acabou*. Da ponte para o futuro sequer sobrou a pinguela da qual falava FHC<sup>7</sup>, apenas um abismo: os grevistas afirmaram, pois, que a economia não é contabilidade, mas *economia política*. Dizem também que a política não é pura racionalidade e ainda menos marcha para um futuro já dado. O que conta a é invenção do futuro.

### **IHU On-Line – Que subjetividades produzem um apoio maciço da população à greve dos caminhoneiros e uma desconfiança às jornadas de Junho, não raro classificando-as como vândalos? Por que a esquerda institucional parece não ser capaz de compreender nem uma nem outra?**

**Giuseppe Cocco** – Quem mantém e reproduz essa ilusão de que a esquerda vai se renovar é, mais uma vez, o voto crítico, que chega até a se dizer “autonomista” e na realidade procura ocupar um espacinho de poder, um mandato de deputado federal, alguma organização do medo, enfim, alguma migalha do espólio, uma cura política da paranoia que os caracteriza.

Não houve, não, esse descompasso que é colocado na pergunta. Junho era e continuou popular mesmo quando a mídia e o PT faziam esse discurso dos vândalos. No caso dos caminhoneiros foi igual: inicialmente se disse que era locaute e depois se passou a dizer que havia os “infiltrados”, ao passo que, apesar da ameaça do desabastecimento, a popularidade se manteve firme e altíssima, como aconteceu com o movimento de Junho de 2013.

Há uma outra questão, bem mais importante, aquela de se saber por que essa greve selvagem fez do tema da Intervenção Militar seu mote. *Do que a demanda por “intervenção militar” é o nome?* A demanda popular por “intervenção militar” vem de longe e é o produto da insegurança civil que os pobres vivenciam por causa da guerra generalizada que os oprime: o sistema constitucional de segurança (polícias, magistratura e outros corpos estatais) funciona como um conjunto de dispositivos (milícias, máfias, lobbies, partidos, câmaras de vereadores etc.) que todos os dias e em todos os lugares oprimem e espoliam os pobres com taxas, pedágios, roubos, passagens etc. A demanda por mudança é mesmo demanda por uma “intervenção”, e quem poderia, nesse quadro onde todos os aparelhos estatais funcionam como partes dos dispositivos de opressão, ser o ator de “intervenção”? A única instituição que tem força e ao mesmo tempo está fora desse jogo: as Forças Armadas. A “popularidade” da intervenção no Rio de Janeiro é talvez emblemática dessa primeira dimensão. Se trata de uma demanda constituinte. Claro, uma demanda “paradoxal”, pois nada que seja “demanda” é constituinte e o Exército, que está sendo legitimado por essa difusa demanda popular, será o mesmo que reprimirá os caminhoneiros se isso vir a ser necessário para o restabelecimento da “ordem”. Mas as lutas não são nem coerentes nem lógicas. O que importa é aprendermos por onde passam as linhas dos paradoxos e das contradições. Esse trabalho funciona na realidade como um enigma que ainda demanda ser enfrentado. ■

5 **Michel Temer** [Michel Miguel Elias Temer Lulia] (1940): político e advogado nascido em Tietê (SP), ex-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. É o atual presidente do Brasil, após a deposição por impeachment da presidenta Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciam como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT, eleita duas vezes presidente do Brasil. Seu primeiro mandato iniciou-se em 2011 e o segundo foi interrompido em 31 de agosto de 2016. Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment movido contra ela. No dia 31 de agosto, o Senado Federal, por 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no site do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Ricci intitulada *Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder*, disponível em <http://bit.ly/2bLPIHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Fernando Henrique Cardoso** (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos, entre 1995 e 2003. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combater à inflação. (Nota da **IHU On-Line**)

## Leia mais

- **O levante de Junho de 2013 atacou o “hard power” brasileiro.** Entrevista especial com Giuseppe Cocco publicada nas Notícias do Dia, de 27-9-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2JM0hpf>;

- **A novidade da Lava Jato. Ataque ao modo de reprodução do patrimonialismo mafioso e neocolonial.** Entrevista especial com Giuseppe Cocco publicada nas Notícias do Dia, de 21-11-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2HH8TbF>;

- **A preocupação com a verdade, com a democracia e com os pobres - Desafio para uma esquerda ética e não nominalista.** Entrevista especial com Giuseppe Cocco publicada nas Notícias do Dia, de 16-9-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2JFPqdd>;

- **Da Aletheia à Parresia. Vamos sair da passividade e ousar na perspectiva das práticas de inovação da democracia?** Entrevista especial com Giuseppe Cocco publicada nas Notícias do Dia, de 6-3-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2t6epPY>;

- **“Toda a representação está num impasse”.** Entrevista especial com Giuseppe Cocco publicada nas Notícias do Dia, de 5-1-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2JxPGPt>;



Ouse pensar  
o que ninguém pensou.  
**ihu.unisinos.br**

# O terremoto de Junho de 2013 foi sufocado e não oxigenou a política brasileira

Na avaliação do sociólogo Luiz Werneck Vianna, o desejo de renovação política que emergiu pelos levantes foi engolido pelo sistema político que se sentiu ameaçado

Patricia Fachin

O “terremoto” de Junho de 2013 não foi capaz de propiciar mudanças substanciais na sociedade brasileira. “A sociedade ficou igual, o governo e o legislativo não providenciaram mudanças, e tudo isso terminou no impeachment, como uma derivação natural, uma falta de reação a um grande sinal de que algo precisava mudar”, avalia o sociólogo Luiz Werneck Vianna na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line**, ao fazer um balanço das manifestações que ocorreram cinco anos atrás.

Apesar de as jornadas de 2013 terem expressado o desejo por uma mudança na política, com o slogan “Vocês aí em cima não nos representam; queremos uma outra política”, a mensagem não foi compreendida à direita e à esquerda, ao contrário, as manifestações assustaram os governantes, que sufocaram as possibilidades de oxigenação da política. Essa reação, adverte, “levou a um distanciamento ainda maior entre partidos e a sociedade, e a uma indiferença, sobretudo da juventude, em relação à política”, porque “não se aproveitou aquele movimento que vinha de baixo, com tanta intensidade, para renovar o sistema político, para oxigená-lo. Abafou-se a força daquele movimento e o resultado disso foi o enfraquecimento da política, dos partidos e do fenômeno político enquanto tal”, resume.

A principal consequência de Junho de 2013, na avaliação do sociólogo, foi uma mudança de rota política, com o fim do governo Dilma e a introdução de uma nova lógica na condução da política econômica, “uma política econômica para a

qual não estávamos preparados”. “Isso significa uma ruptura, um afastamento e uma distância muito grande com a política centrada no Estado, com a qual vivemos desde 1930. Nós estamos vivendo agora uma nova configuração do Estado-Sociedade sem que a sociedade tenha pensado nisso, esteja querendo isso. Aliás, há candidatos que preconizam a volta do *status quo* anterior, quer dizer, a volta à experiência do governo de Dilma Rousseff, que foi uma experiência desastrosa para o país, com desemprego e inflação altíssimos”, menciona.

**Luiz Werneck Vianna** é professor-pesquisador na Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP, é autor de, entre outras obras, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1997), *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1999) e *Democracia e os três poderes no Brasil* (Belo Horizonte: UFMG, 2002). Sobre seu pensamento, leia a obra *Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz Werneck Vianna*, organizada por Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto (Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012). Werneck acaba de lançar seu mais novo livro, *Diálogos gramscianos sobre o Brasil atual* (Brasília: Fundação Astrojildo Perreira, 2018).

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do Dia de 17-07-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2MvdZvj>.

**Confira a entrevista.**

## **IHU On-Line — Que balanço faz de Junho de 2013, cinco anos depois?**

**Luiz Werneck Vianna** — As sociedades democráticas, quando conhecem pequenos abalos, têm mecanismos de sintonia com eles e mudam, procuram identificar a fonte desses abalos e mudam. Quando uma sociedade não é tão democrática assim, nem um terremoto como aquele foi capaz de propiciar mudanças: a sociedade ficou igual, o governo e o legislativo não providenciaram mudanças e tudo isso terminou no impeachment, como uma derivação natural, uma falta de reação a um grande sinal de que algo precisava mudar. E como esse sinal grande não foi registrado, metabolizado e assimilado, entramos numa descendente que terminou no impeachment, que é sempre um processo doloroso, que deixa marcas, as quais estamos experimentando agora.

## **IHU On-Line — Nada mudou desde Junho de 2013 para cá, ou houve mudanças em decorrência do impeachment?**

**Luiz Werneck Vianna** — As jornadas de Junho foram uma sinalização forte, mas nada se fez para mudar o curso dos acontecimentos que estavam sendo desenhados nessas mesmas jornadas de 2013. As manifestações levaram a uma mudança, mas não a uma mudança controlada, e sim a uma mudança que acabou sendo precedida pelas instituições democráticas para o impeachment, que faz parte da nossa Constituição.

O impeachment introduziu outra lógica: nós nos desprendemos da política anterior, que deu sinal de exaustão, e foi isso que 2013 quis dizer — “não nos representam”. Junho de 2013 deu as costas ao sistema e aos partidos políticos, deu as costas à política econômica que o governo Dilma praticava e abriu-se a possibilidade de outra política econômica, uma política econômica para a qual não estávamos preparados. Isso significa uma ruptura, um afastamento e uma distância muito grande com a política centrada no Estado, com a qual vivemos desde

1930. Nós estamos vivendo agora uma nova configuração do Estado-Sociedade sem que a sociedade tenha pensado nisso, esteja querendo isso. Aliás, há candidatos que preconizam a volta do *status quo* anterior, quer dizer, a volta à experiência do governo de Dilma Rousseff, que foi uma experiência desastrosa para o país, com desemprego e inflação altíssimos.

“Qual é a previdência de um magistrado e qual é a previdência de um operário? É uma diferença abissal”

## **IHU On-Line — Além dessas mudanças políticas que menciona, Junho gerou consequências sociais ao longo desses cinco anos?**

**Luiz Werneck Vianna** — É difícil de qualificar. Mas Junho de 2013 levou a um distanciamento ainda maior entre partidos e a sociedade, e a uma indiferença, sobretudo da juventude, em relação à política. Não se aproveitou aquele movimento que vinha de baixo, com tanta intensidade, para renovar o sistema político, para oxigená-lo. Abafou-se a força daquele movimento e o resultado disso foi o enfraquecimento da política, dos partidos e do fenômeno político enquanto tal.

## **IHU On-Line — Como avalia a greve dos caminhoneiros que aconteceu no final do mês passado?**

**Luiz Werneck Vianna** — É um acontecimento que deve ser levado a um passivo desse desmonte dos partidos, dos sindicatos — os sindicatos não estiveram presentes com tanta

força nessa movimentação dos caminhoneiros. Por toda parte assistimos a um processo de desinstitucionalização e isso enfraquece a democracia e a vida política, e torna a vida social imprevisível, sujeita a chuvas e trovoadas, flutuando de lá para cá sem nenhum sistema de orientação visível. Qual é o regimento dessa greve dos caminhoneiros para a democracia brasileira? Zero, negativo. Para os sindicatos? Zero, negativo.

## **IHU On-Line — Mas por que ela recebeu apoio de grande parte da população?**

**Luiz Werneck Vianna** — Porque tudo que seja contra a política e contra esse governo está com apoio da população. A mídia tem tido um papel muito negativo em todos esses processos: perde a complexidade dele, trabalha de modo positivo-negativo, parte do suposto de que está tudo errado; tudo errado não está. Muitas das medidas que foram assumidas pelo governo que sucedeu ao de Dilma são ajuizadas e estão sendo bem-sucedidas.

## **IHU On-Line — Quais, por exemplo?**

**Luiz Werneck Vianna** — A política econômica, por exemplo. Existem medidas de natureza democrática, como a reforma da Previdência ante as desigualdades brasileiras que perpetuam. Qual é a previdência de um magistrado e qual é a previdência de um operário? É uma diferença abissal. O sistema previdenciário mantém as desigualdades sociais. O nosso inimigo real agora, aliás, há muito tempo, são as desigualdades sociais, elas é que impedem um bom andamento da democracia brasileira. E os setores altos da população, que dominam as rédeas do Estado, têm sido capazes de defender, com suas fortíssimas corporações, todos os seus interesses, enquanto o sindicalismo dos setores subalternos perdeu força. Inclusive porque, quando dos governos do PT, eles foram trazidos para dentro do Estado, controlados pelo Estado e perderam autonomia.

Tenho a impressão de que agora estamos iniciando um caminho de volta, de autonomia da vida sindical, que é fundamental para lutar contra as desigualdades sociais. Sindicatos livres, autônomos, fortes e aguerridos que sejam capazes de forçar, como já ocorreu nas grandes democracias, um processo de igualação social mais efetivo. A social-democracia nasceu assim na Europa.

Os anos 30 nos trouxeram a legislação social e com ela direitos sociais do mundo do trabalho, mas não para todos; o mundo do campo ficou fora. Isso foi feito com uma condição que veio a ter uma importância fundamental: a de que os sindicatos que ganharam direitos foram mantidos sob uma tutela estatal que não concedeu autonomia aos sindicatos e, consequentemente, livre movimentação para lutar por melhores salários. A política salarial de lá até recentemente, passando pelo regime militar, pelo governo Juscelino Kubitschek e por períodos democráticos, foi a de restrição de movimentação dos trabalhadores, inclusive em certos momentos, negando até o direito de greve. Isso fez com que os direitos fossem concedidos e mantidos a um mínimo sem que a luta sindical pudesse ampliá-los.

Nós vivemos um momento de possibilidade efetiva de os sindicatos lutarem por mais igualdade entre capital e trabalho e por mais igualdade na vida social. Essa é a mudança mais importante que temos à nossa frente para realizar. Ela depende, a meu ver, de os setores subalternos começarem a se auto-organizar e a lutar por seus direitos no sentido de diminuir o padrão de desigualdade da sociedade brasileira. Isso leva ao conflito, leva à luta. É para essa luta que temos que nos preparar. O Estado não vai trabalhar – e nem tem como – para que a igualdade social ou políticas de igualdade social se estabeleçam. Isso tem que ser feito pelos próprios interessados: os trabalhadores. É essa pequena reflexão que temos que fazer quando pensamos nas possibilidades que estão abertas para a democracia brasileira.

### **IHU On-Line – Mas o enfrentamento das desigualdades depende dos sindicatos nos dias de hoje? Na atual configuração do mundo do trabalho, os trabalhadores ainda têm interesse em sindicatos?**

**Luiz Werneck Vianna** – O sindicalismo está fraco e ele se enfraqueceu por essa política que veio dos anos 30, mas essa política tem que ser interrompida. Ao meu ver o que a esquerda tem que fazer é dar todo o poder aos sindicatos, para ficar numa fórmula fácil. É preciso reforçar a vida sindical e a vida associativa em geral e isso foi anunciado de maneira meio torta pelo movimento de Junho de 2013, só que isso não encontrou respostas e terminamos com a política da presidente Dilma, que acabou sendo interrompida porque levou a um desastre político, econômico e social.

### **IHU On-Line – Por que neste ano de eleições não estão surgindo grandes manifestações como aquelas de Junho de 2013?**

**Luiz Werneck Vianna** – Não estão, o que não quer dizer que não haja possibilidade para que a nossa crise seja melhorada, para que encontremos alternativas para ela. Estamos procurando, meio em cima da hora, saídas que não sejam nem uma volta à política anacrônica anterior, nem a interrupção da vida política e social brasileira pela direita. O sinal positivo que ainda não deu seus frutos foi o Manifesto por um polo democrático e reformista<sup>1</sup>, lançado pelo senador Cristovam Buarque<sup>2</sup> e pelo deputado federal de Minas Gerais, Marcus

Pestana<sup>3</sup>. Ainda tem tempo de isso fertilizar o solo árido em que nos encontramos.

“O que a esquerda tem que fazer é dar todo o poder aos sindicatos para ficar numa fórmula fácil”

### **IHU On-Line – Como, na sua avaliação, partidos, movimentos e políticos à direita e à esquerda compreenderam e tentaram oferecer respostas à insatisfação política que emergiu em Junho de 2013?**

**Luiz Werneck Vianna** – A direita reagiu de forma absolutamente negativa, invocava repressão e tudo mais. A esquerda institucionalizada – o PT – viveu 2013, reagiu contra 2013, se sentiu ameaçada por 2013. A esquerda não entendeu que era necessário instituir mudanças que abrissem o sistema político para os de baixo. Eles estavam dizendo claramente: “Vocês aí em cima não nos representam; queremos uma outra política”. Eles não disseram: “Não queremos política”. Os jovens de 2013 disseram: “Queremos outra política, uma política que nasça de baixo, que admita mais participação na elaboração das políticas públicas”. Para mim foi isso que 2013 quis dizer.

Eu era estudante, ainda secundarista, quando uma greve contra o aumento da passagem dos bondes afetou a capital federal onde à época era a sede do governo da República. O que Juscelino [Kubitschek]<sup>4</sup> fez?

<sup>1</sup> Manifesto por um pólo democrático e reformista: é um manifesto lançado em junho de 2018 em Brasília, propondo a unificação de candidaturas à presidência da República para evitar o crescimento de candidatos considerados extremistas. São signatários do documento Cristovam Buarque, Fernando Henrique Cardoso, Marcus Pestana e Aloysio Nunes Ferreira. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>2</sup> **Cristovam Buarque** (1944): nascido em Recife, é engenheiro mecânico, economista, educador, professor universitário e político. Filiado ao Partido Popular Socialista (PPS). É o criador da Bolsa-Escola, que foi implantada pela primeira vez em seu governo no Distrito Federal. Foi reitor da Universidade de Brasília – UnB de 1985 a 1989. Governador do Distrito Federal de 1995 a 1998. Eleger-se senador pelo Distrito Federal em 2002. Foi ministro da Educação entre 2003 e 2004, no primeiro mandato de Lula. Reeleger-se em 2010 para o Senado, com mandato até 2018. (Nota do **IHU On-Line**)

<sup>3</sup> **Marcus Pestana**: é um político brasileiro do estado de Minas Gerais. Foi vereador de Juiz de Fora. Atualmente é deputado federal por Minas Gerais e foi presidente do PSDB-MG de 2011 a 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>4</sup> **Juscelino Kubitschek de Oliveira** (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Juscelino instituiu

Chamou a liderança do movimento estudantil: o presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE<sup>5</sup> foi chamado ao Palácio, foi negociado

o plano de governo baseado no slogan "Cinquenta anos em cinco", direcionado para a rápida industrialização do País (especialmente via indústria automobilística). Além do progresso econômico, no entanto, houve também um grande aumento da dívida pública. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder. JK, 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/iuon166>. (Nota da **IHU On-Line**)

**5 União Nacional dos Estudantes** - UNE: é a principal entidade estudantil brasileira. Representa os estudantes do ensino superior e tem sede em São Paulo, possuindo sedes no Rio de Janeiro e Goiás. (Nota da **IHU On-Line**)

com ele e o movimento acabou. Com a tempestade que ocorreu em 2013, não se mexeu um dedo para se procurar uma alternativa; é diferente. O PT se achava o senhor, o titular dos movimentos sociais e foi ameaçado por esse movimento espontâneo da juventude e não soube responder. Procure a presença do PT em 2013. Não encontraremos. É isto: ele não se aproveitou de um movimento de regeneração e de democratização da vida social, se fechou em copas

e continuou a ser exatamente o que era. E era exatamente isso que a sociedade estava dizendo: mude, e ele não mudou. Na esteira disso, o que tivemos? Um segundo governo Dilma, que foi ruim, e o impeachment.

Agora é hora de um novo começo, mas esse novo começo tem que começar pela reflexão. Nesse sentido, o tema da entrevista é muito relevante porque nos faz refletir, e não há saída para nós sem a reflexão. ■

## Leia mais

- **O aperfeiçoamento da democracia política.** Entrevista com Luiz Werneck Vianna, publicada na Revista IHU On-Line n. 519, de 9 abril de 2018, intitulada 30 anos da Constituição. A experiência cidadã incompleta, disponível em <https://bit.ly/2JQ65xP>.

- **"O Judiciário usurpou o papel que era da política".** Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna, publicada nas Notícias do Dia de 18-1-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://bit.ly/2Jp1fET>.

- **A Carta de 88 e a democracia brasileira estão em risco. Ou aparece uma política de moderação, ou vamos ladeira abaixo".** Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna, publicada nas Notícias do Dia de 22-9-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://bit.ly/2GDgg4g>.

- **É preciso coragem, paciência e ética de responsabilidade para interromper a modernização autoritária.** Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna, publicada nas Notícias do Dia de 3-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://bit.ly/2GK8y8A>.

- **O nevoeiro persiste e as bolas de ferro nos pés nos mantêm no mesmo lugar.** Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna, publicada nas Notícias do Dia de 14-8-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://bit.ly/2qgBQoj>.



XVIII Simpósio Internacional IHU. A virada profética de Francisco.  
Possibilidades e limites para o futuro da Igreja no mundo contemporâneo

**Notícias, entrevistas, publicações e conferências na íntegra**

<http://bit.ly/ihu-simposio-papa>

# A política para além do apego religioso ao Estado, da fetichização do progresso e da secundarização das questões ambientais

João Paulo do Vale de Medeiros analisa a maneira pela qual a esquerda obcecada pelo Estado é incapaz de imaginação política para além das estruturas burocráticas de poder

Patricia Fachin

O “apego religioso” da esquerda ao Estado, sua “fetichização do progresso” e a “secundarização das questões ambientais”, especialmente na América Latina, demonstram que a esquerda tem “dificuldade em lidar com cenários mais complexos, como foi o caso dos atos de junho de 2013, cujo erro de análise quase era cometido mais uma vez com a greve dos caminhoneiros, onde uma parte da esquerda, dessa vez minoria, adotou o pensamento cartesiano”, avalia João Paulo do Vale de Medeiros, professor de Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele frisa que a esquerda precisa saber se inserir nos cenários mais complexos, que são comuns na América Latina. No caso da greve dos caminhoneiros, exemplifica, “creio que acertadamente, tivemos que abandonar mais uma vez os manuais importados, deixando de exigir do povo tão sofrido e vítima de alienação, um purismo ideológico que nem nós temos. Ela foi, ao mesmo tempo, um grito dos oprimidos e uma estratégia do empresariado”. E acrescenta: “A greve dos caminhoneiros foi um rasgo na história política deste país. Ela conseguiu algo que sempre tentamos, que foi não apenas uma paralisação de impacto nacional duradouro, mas o apoio da população que, mesmo prejudicada, aderiu ideologicamente ao paro”.

Medeiros também comenta as semelhanças e a transição do neoliberalismo para o neodesenvolvimentismo na

América do Sul e frisa que os atuais modelos de Estado e democracia não nos servem mais. “O Estado que temos hoje é a continuidade de um projeto que começou a nascer na Europa no final século X, por uma necessidade de mercado. Esse Estado, ao contrário do que se diz, não surge por uma vontade de bem comum, mas pela imposição de uma classe, a burguesa, que o dirige segundo suas vontades. (...) Somos uma esquerda viciada em Estado, que não consegue enxergar a utopia para além das estruturas burocráticas de poder. Como diz Raúl Zibechi, ‘o poder estatal é um problema grave que transforma os revolucionários em uma nova burguesia de gestores, que não são proprietários dos meios de produção, mas, a partir do poder, os administram em benefício da nação e de si mesmos’”.

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do dia de 07-06-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2lhvh2F>.

**João Paulo do Vale de Medeiros** é graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e atualmente faz doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense - PPGSD/UFF. É coordenador do Projeto Ser-tão de assessoria jurídica e educação popular no semiárido.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Em artigo recente você menciona a transição do neoliberalismo para o neodesenvolvimentismo. Como isso se deu e que aspectos políticos e econômicos marcam essa transição?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – Essa é uma reflexão que se faz da América Latina, especialmente da América do Sul. A parte da América Central, apesar de economicamente muito parecida com a parte Sul, não viveu o bloco de governos progressistas das bandas de cá. Gosto de dividir a reflexão sobre as últimas décadas em blocos, ou períodos: o dos regimes militares, do neoliberalismo e do “neodesenvolvimentismo”. Mas também é importante não perder de vista os limites dessa análise mais geral devido às especificidades de cada país, sob o risco de cair numa leitura homogênea ou linear da história. De qualquer forma, os eixos de interligação são muito fortes, e permitem essa digressão.

As mazelas sociais acumuladas nos dois primeiros períodos deram origem a grupos de esquerda combativos (movimentos sociais, partidos, sindicatos, igrejas etc.) que conseguiram/optaram canalizar suas forças também na via eleitoral, acumulando vitórias. Eis o ciclo dos governos progressistas, que se confunde com o período neodesenvolvimentista. Nosso continente carrega uma complexidade política desafiadora. As categorias sociológicas mais tradicionais, às vezes, não dão conta de explicar tudo. Esses governos progressistas, uma vez no poder, não cambiaram as bases estruturais da política econômica, mas realizaram uma mistura de Estados fortes, ideologias de esquerda ou centro-esquerda e modelo capitalista de desenvolvimento. A alta do preço das commodities deu legitimidade econômica a esse processo — viramos o celeiro do mundo. De um lado, reprimarizando a economia e consolidando o modelo de dependência e colonialidade; de outro, permitindo o investimento em políticas públicas sem, contudo, tocar nas estruturas de poder e desigualdade. Nós cresce-

mos economicamente — ao mesmo tempo que crescia o fosso entre os mais ricos e os mais pobres.

“É dito que em uma política neoliberal o Estado está ausente — o que sabemos que é uma grande mentira”

**IHU On-Line – Quais são os aspectos distintivos do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – Afirmei em outro texto: Neoliberalismo, de uma maneira geral, é quando as empresas — internacionais e nacionais — gerem a política econômica de uma nação. Não são os tanques e a tortura que impõem amarras à população — como nas ditaduras militares —, é o mercado globalizado, com uma fantasiosa aparência de liberdade, que é o responsável pelo julgo. No neodesenvolvimentismo a política econômica é bem parecida, só que com a participação do Estado, que, ao mesmo tempo, potencializa o modelo capitalista e efetua políticas públicas não estruturais com os dividendos acumulados. Como disse Lula uma vez: “no meu governo todo mundo ganha, rico e pobre”. Sem, contudo, dizer que os ricos ganharam bem mais, como exemplo os bancos, que nunca acumularam tanto lucro quanto nos governos petistas. Ou o agronegócio, escolhido como mola do desenvolvimento. Ele tinha tanta força nos governos petistas que era ao mesmo tempo oposição e situação.

Ao que me parece, o termo neodesenvolvimentismo foi cunhado

para que pudéssemos nos localizar melhor temporalmente e geograficamente no que acontecia. Não seria um erro, acredito, dizer que o neodesenvolvimentismo é uma evolução do neoliberalismo, parte das mutações a que o pensamento e a política neoliberal já se permitiram em outros momentos da história. Adaptado a novas épocas e com novas estratégias, mas sem perder sua essência, algo como um neoliberalismo tropical. Por isso, acho que não seria bom situarmos neoliberalismo e neodesenvolvimentismo em campos opostos, mas como uma continuidade ou evolução diabólica.

**IHU On-Line – Como o Estado atua no neoliberalismo e no neodesenvolvimentismo? Quais são os pontos de convergência da atuação do Estado nesses dois modelos?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – É dito que, em uma política neoliberal, o Estado está ausente — o que sabemos que é uma grande mentira. Os capitalistas não seriam ingênuos. Nos liberalismos não existe uma repulsa religiosa ao Estado, tanto que as forças repressivas estatais são sempre bem-vindas. O que ocorre é o impedimento da interferência do Estado na livre dinâmica da sociedade de mercado; é uma organização e estruturação seletiva do Estado. Ele aparece em pontos estratégicos para a manutenção do modelo, como nas forças repressivas e na salvaguarda das empresas por meio dos bancos públicos.

Parece-me que no neodesenvolvimentismo — ou neoliberalismo tropical — essa atuação estratégica ganha novos contornos, já que o Estado é mais presente, ele atua também para impulsionar a economia capitalista, seja através de participação econômica em empresas privadas ou no seu financiamento por meio de bancos públicos, ou ainda na regulação das taxas de juro. Os neoliberais perceberam que melhor que um Estado inimigo e ausente, é um próximo e amigo. Se a esquerda, antes das conquistas eleitorais, era a

principal inimiga do capital, uma vez no poder ela optou por sua parceria no modelo de desenvolvimento. Em resumo: ruim é a interferência estatal anticapitalista. Um Estado forte, mas que use sua estrutura em benefício das grandes empresas, é sempre bem-vindo.

### **IHU On-Line – Por que, na sua avaliação, os governos progressistas apostaram no neodesenvolvimentismo na América Latina?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – Somos muito apegados à ideia de progresso e modernidade, que seriam etapas fundamentais na emancipação que um dia viria. Uma romantização de uma suposta evolução linear da história, que nega, inclusive, a própria dialética. Muita gente acredita que o problema central não é o modelo, mas quem o dirige. Basta apenas trocar o motorista que tudo caminhará bem. É o que lembra Immanuel Wallerstein [1]: “a adesão marxista ao modelo evolucionário do progresso tem sido uma enorme armadilha, da qual os socialistas só começaram a desconfiar recentemente, como um elemento da crise ideológica que é parte da crise estrutural global da economia mundial capitalista”.

Quando a esquerda chega ao poder, vê como possibilidade forte de crescimento econômico o modelo extrativista e de exportação de commodities. E como isso não seria contra a sua agenda de progresso, adota-os como eixos econômicos. Os governos oferecem ao mercado algo que não lhes pertence — a natureza —, e o mercado oferece as tecnologias e o dinheiro. Está feito o acordo.

### **IHU On-Line – Quais são as consequências positivas e negativas dessa aposta no neodesenvolvimentismo?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – Quando você me pergunta coisas positivas, interpreto que está fazendo relação com o período an-

terior, não é isso? Eu não preciso repetir aqui as conquistas sociais dos governos petistas, que são muitas e inegáveis. Os governos que optaram por esse modelo conseguiram vários avanços comparados aos períodos anteriores, de redução da pobreza a políticas de inclusão. Como afirmei, esse rearranjo do neoliberalismo permitiu que o Estado efetuassem políticas públicas inclusivas. O problema é quando a reflexão começa e acaba aí. Existem coisas antes e depois que não podem ser deixadas de lado. É muito contraditório não haver, em geral, uma reflexão sobre os limites dessa aposta no neodesenvolvimentismo. A aposta da inclusão desses países na geopolítica internacional através do mercado de commodities e da emancipação das pessoas através do consumo provocou feridas graves, seja na destruição dos territórios e da natureza ou nas subjetividades. A aposta neoliberal — ou neodesenvolvimentista — nos torna também sujeitos neoliberais, onde tudo é permitido mercantilizar, de nossos corpos, sonhos e mentes às fontes de água e aos ventos.

### **IHU On-Line – Quais são as dificuldades da esquerda latino-americana em considerar as questões ambientais em seus projetos de desenvolvimento? Ainda nesse sentido, haveria uma alternativa à esquerda em contraposição a essa aposta no desenvolvimento que faz uso dos recursos naturais, ou não há saída? Se sim, o que seria um modelo adequado à esquerda?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – Considerar as questões ambientais é, necessariamente, mudar o modelo de desenvolvimento. É totalmente incompatível o modelo neodesenvolvimentista e extrativista com a preservação da natureza e dos povos da natureza. Ora, esse modelo depende da espoliação dos recursos naturais para a geração de capital e ampliação de seus lucros. É inadmissível que tanta gente de esquerda se diga defensora de obras como Belo Monte.

É claro que há saída. Não podemos nos render aos fatalismos que dizem que as coisas só podem ser assim. Isso é o que os poderosos querem que acreditemos. Mas o modelo não está dado — ainda bem, ele deve estar em permanente construção. Este é um dos problemas: achar que existe um único modelo fixo no espaço e no tempo. Existem, porém, premissas centrais: uma delas é romper com o capital, ou permaneceremos nessa insistente contradição de espoliar os pobres para poder conceder-lhes algo; abandono do modelo extrativista — já passou do tempo de percebermos que a luta dos/as oprimidos/as é a luta da natureza; construção a partir de baixo e da pluralidade, horizontalizando os processos e trocando a luta por poder pela luta por um outro mundo possível e necessário.

“Os neoliberais perceberam que melhor que um Estado inimigo e ausente, é um próximo e amigo”

### **IHU On-Line – Você declarou recentemente que o modelo de Estado moderno não serve mais. O que seria um modelo de Estado para os dias de hoje, especialmente considerando o caso do Brasil?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – O modelo de Estado e o modelo de democracia não nos servem mais. O Estado que temos hoje é a continuidade de um projeto que começou a nascer na Europa no final século X, por uma necessidade de mercado. Esse Estado, ao contrário do que se diz, não surge por uma

vontade de bem comum, mas pela imposição de uma classe, a burguesia, que o dirige segundo suas vontades. E aí vem essa mesma burguesia e diz que democracia é a possibilidade de votar. E consolidamos a democracia de baixa intensidade, como diz Boaventura, onde praticamente só essa mesma burguesia ocupa os cargos de Estado.

Mas também é fato que os/as oprimidos/as passaram a lutar pelo seu controle, conseguindo importantes vitórias e mudanças. Sem, contudo, alterar sua lógica centralizada e vertical. Um dos primeiros desafios para a construção de um outro modelo de Estado é a sua dessacralização. Somos uma esquerda viciada em Estado, que não consegue enxergar a utopia para além das estruturas burocráticas de poder. Como diz Raúl Zibechi, “o poder estatal é um problema grave que transforma os revolucionários em uma nova burguesia de gestores, que não são proprietários dos meios de produção, mas, a partir do poder, os administram em benefício da nação e de si mesmos”. O Estado, na trilha da síndrome do pensamento monocultural, quando único pilar de um projeto de uma nova sociedade, dirigido por um grupo que se considera vanguarda e tenta impor sua leitura de governo popular, será sempre homogeneizador e uma gaiola de aprisionar liberdades.

Esse Estado que queremos, que poderá ser antropófago, pegando o que tem de bom do passado, mas sempre em construção, deve necessariamente reconhecer e ser construído a partir da diversidade de sujeitos coletivos que vivenciam seus territórios. Deverá ser necessariamente anticapitalista, construído desde baixo, com profundo e cotidiano processo de participação direta e não homogeneizante, respeitando, inclusive, quando os sujeitos optam por não dialogarem com o Estado.

**IHU On-Line – Hoje são feitas muitas análises sobre a situação da esquerda no país.**

**Como você avalia a crise da esquerda? Diria que se trata de um projeto esgotado ou não? Que propostas a esquerda ainda tem para oferecer num país como o Brasil?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – Tudo está em crise, a humanidade, a civilização está em crise. A ideia é que essa crise, inclusive da esquerda, dê origem a algo bom. Mas é importante também se reconhecer enquanto em crise, que é um pouco mais complicado. De qualquer forma, acho que temos que falar de esquerdas, porque elas são diversas, apesar de existir o pensamento de esquerda hegemônico, cuja figura central é o lulismo. Não acredito que as coisas se esgotam, elas se transformam. Vão para um lado, ou vão para outro. Aquilo que estávamos conversando, apego religioso ao Estado, fetichização do progresso, secundarização das questões ambientais, já não há mais sentido ser assim, não cabe mais no horizonte utópico.

Existe uma dificuldade nossa em lidar com cenários mais complexos, como foi o caso dos atos de junho de 2013, cujo erro de análise quase era cometido mais uma vez com a greve dos caminhoneiros, onde uma parte da esquerda, dessa vez minoria, adotou o pensamento cartesiano. É importante entender e saber se inserir nos cenários mais complexos, tão comuns na América Latina. Até hoje a esquerda Europeia ainda balança com a inserção do fenômeno da religiosidade nas lutas políticas. No caso da greve dos caminhoneiros, creio que acertadamente, tivemos que abandonar mais uma vez os manuais importados, deixando de exigir do povo tão sofrido e vítima de alienação, um purismo ideológico que nem nós temos. Ela foi, ao mesmo tempo, um grito dos oprimidos e uma estratégia do empresariado.

Na verdade, acho que a greve dos caminhoneiros foi um rasgo na história política deste país. Ela conseguiu algo que sempre tentamos, que foi não apenas uma paralisação de impacto nacional duradouro, mas

o apoio da população que, mesmo prejudicada, aderiu ideologicamente ao paro. O povo está em tempos de revolta, o nosso desafio enquanto esquerda é a canalização, é a disputa de consciências. A direita faz isso todo dia e o dia todo: televisão, jornal, igreja, universidade. Não dá para se eximir e achar que todo mundo que apoia Bolsonaro é golpista; na verdade o pensamento fascista se impõe justamente nos momentos de medo e insatisfação. Recuar é abrir mão do povo. Sem ele, qual nossa razão de lutar?

Acredito que temos que voltar a ter raiva do capitalismo, raiva mesmo, sabe? Essa raiva se transforma em indignação e depois em rebeldia. Acho que o que pode ajudar é se aproximar cada vez mais das periferias, rurais e urbanas. E essa aproximação não pode ser somente em reuniões ou ações políticas, mas no dia a dia, sentindo, junto com o povo, as suas dores. É preciso estar territorializado na pobreza para que o alicerce revolucionário seja o chão dos subalternos e não as estruturas de poder.

“Não acredito que as coisas se esgotam, elas se transformam”

**IHU On-Line – Por que, na sua avaliação, o semiárido tem reaparecido como uma nova fronteira do capital e como esse ambiente tem sido explorado?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – O semiárido aparece na história do Brasil como colônia da colônia. Já que o litoral era território exclusivo da cana-de-açúcar, o interior, o sertão, foi sendo ocupado pela pecuária, cujo objetivo era fornecer carne, leite, couro e animais de carga à economia açucareira. Ou seja, en-

quanto o litoral existia para satisfazer o exterior, o sertão era reinventado para dar sustento ao litoral. Não era tida como atividade econômica principal, mas era essencial para o bom andar da exploração colonial. Dessa marcha para o interior resultou o genocídio dos índios do sertão em razão da disputa por água e terra. Sempre foi assim, o sertão foi escolhido na geopolítica para ser uma das zonas de sacrifício, inclusive zonas nômades, como é o caso dos retirantes, corpos em movimento em razão da indústria da seca.

Porém, especialmente na última década, o semiárido deixa de ser, aos olhos do capital, espaço de sofrimento (mas também de muita vida e resistência para o povo do sertão) e vira local da modernidade. A tecnologia tem permitido a exploração do território sertanejo por meio da privatização dos territórios e a espoliação dos seus recursos naturais. Posso citar três exemplos: a fruticultura irrigada, seja por águas superficiais ou poços profundos (de até mais de um quilômetro de profundidade) tem secado lençóis freáticos, expulsado pequenos agricultores e envenenado o solo; a energia eólica tem privatizado os territórios e desterritorializado comunidades; e a monocultura de energia solar tem reconfigurado e impactado espaços da agricultura sertaneja. Isso fora as mineradoras e as tentativas de instalação de usina nuclear etc.

**IHU On-Line – Como, a partir dos povos tradicionais, é possível pensar em um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – Existe aquele discurso entre desenvolvimento ou alternativas ao desenvolvimento. Mas, fora o jogo semântico, o que estamos falando é de um novo modelo de sociedade. Não sei se teria um modelo pronto, mas acredito em princípios de uma nova sociedade. Não dá para dizer que existe um modelo matemático, mas podemos afirmar que existem

princípios que são eixos e estão bem presentes em diversos povos tradicionais, como solidariedade, comunitarismo, autonomia, cuidado, afeto, respeito com a natureza, não apaixonamento pelo poder e dinheiro, e, mesmo não chamando assim, anticapitalismo. Lembrando que povos tradicionais não são apenas os indígenas e os quilombolas, mas também ribeirinhos, pescadores, ciganos, catingueiros...

“É muito contraditório não haver, em geral, uma reflexão sobre os limites dessa aposta no neodesenvolvimentismo”

**IHU On-Line – Hoje há uma aposta em movimentos autonomistas. Quais são as vantagens desse tipo de movimento e que papel eles podem desempenhar na cena política hoje?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – Quem aposta? Infelizmente pouca gente. Os movimentos autonomistas questionam o modelo exterior, amplo de política, mas também as próprias relações estruturais de esquerda. Ainda somos apegados a figuras de grandes líderes, que guiarão as massas, cujo papel é apenas seguir. É um patriarcalismo político. Os autonomistas questionam isso, e também a sacralização do Estado, como conversamos há pouco.

De qualquer forma, não acredito que tudo deva virar autonomista, mas me parece que as velhas estruturas merecem ser reformadas e democratizadas. Isso não pede o fim

dos partidos e sindicatos, mas talvez a sua atualização a partir de novos desejos políticos. O autonomista tem uma vantagem, que é a impaciência – que não pode ser confundida com falta de paciência histórica. A impaciência autonomista é a coragem de mudar coisas sem esperar a tomada do poder, é o já ir fazendo, ou uma nova história já em construção. A ideia de mudar o mundo sem tomar o poder. Não esperar.

**IHU On-Line – Que cenários vislumbra em relação às eleições deste ano?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – Nesses tempos, qualquer análise para mais de um mês à frente tende a ser muito frágil. Acho que existem duas coisas. A instabilidade política não nos dá a certeza de que teremos eleições, ou pelo menos eleições democráticas. É uma nova modalidade de golpe, não mais depondo, mas usando as estruturas legais do Estado. Acho que se Lula fosse de fato concorrer, dificilmente haveria eleições. A outra coisa é que pode haver eleições, mas apenas com os candidatos que a direita permite. A questão é que não devemos esperar para ver. Parece-me que a cada dia cresce a insatisfação. Confesso que estou esperançoso, tanto com a reação que a esquerda está esboçando nos últimos tempos, mas principalmente com o que vem das pessoas que não são ligadas a movimentos sociais ou partidos. Acho que a greve dos caminhoneiros nos ensinou, o povo não se adivinha.

**IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**João Paulo do Vale de Medeiros** – Agradecer pela conversa. Acredito que é isso, que as ideias voltem a ser perigosas, e que estejamos sempre incomodado/as. O Povo está incomodado, muito. Vivemos um momento de convulsão, de rebeldia, cabe à gente funcionar como chama – e não como quem apaga clarões. Como diz Frei Betto, “deixemos o pessimismo para dias melhores”. ■

# Saldo de Junho de 2013 mostra potência da organização para além das instituições políticas

Para Guilherme Kranz, aqueles acontecimentos mostraram que a massa na rua é capaz de abalar estruturas até então inabaláveis

Vitor Necchi

**E**m junho de 2013, Guilherme Kranz estudava em São Paulo, militava na Juventude às Ruas – que agora se chama Faisca – Anticapitalista e Revolucionária – e participou ativamente das manifestações que ocorreram em junho de 2013. Ele conta que o movimento começou contra o aumento de 20 centavos no valor da passagem de ônibus. “Na medida em que a polícia ia batendo, a raiva ia aumentando, e o tamanho dos atos se multiplicando. Tudo cresceu de forma espantosamente rápida”, recorda. “Os 20 centavos deflagraram a ida às ruas? Sim. A violência da polícia também? Também. Mas esses dois elementos explicam apenas superficialmente o fenômeno.” Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Kranz afirma que “uma profusão de insatisfação com as coisas e a vida explicam a ida de milhares às ruas, como se nada tivessem a perder”.

“Assim como Maio de 68 suscita amor e ódio até hoje entre os franceses, durante as próximas décadas ainda vamos nos digladiar pelos sentidos de Junho”, compara Kranz. Ele entende que aqueles acontecimentos mudaram o país, e o ciclo ainda não se fechou. “A burguesia identifica Junho como um perigo

que não deve nunca mais retornar.” Os petistas, por sua vez, desenvolveram a narrativa de que Junho deflagrou o impeachment de Dilma Rousseff.

Ao identificar que Junho enfrentou todo o establishment, aponta que “um curioso fenômeno de polarização política foi ganhando cada vez mais espaço no cenário político nacional, com uma crescente crise de autoridade estatal”. Assim, “na medida em que o centro foi atacado (PSDB, PMDB e PT, em especial), as pessoas passaram a buscar posições radicais à esquerda e à direita”.

Neste contexto, a política pelas redes digitais ganha força. “Mas o essencial não é a novidade das redes, e sim como Junho abriu uma crise importante em todo o regime político, polarizando a situação política.” Kranz reconhece uma ofensiva da direita e também inúmeros fenômenos à esquerda, mas aponta uma debilidade: “O saldo final (ainda) não conseguiu ser revertido em organização política, em partido”.

**Guilherme Kranz** é graduado em Letras – Português pela Universidade de São Paulo - USP e mestrando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Em junho de 2013, estudavas em São Paulo e eras militante da Juventude às Ruas – que agora se chama Faisca – Anticapitalista e Revolucionária. Como foi a mobilização, o que deflagrou a ida às ruas e o que era pretendido?**

**Guilherme Kranz** – Começou contra o aumento de 20 centavos no ônibus. Na medida em que a polícia ia batendo, a raiva ia aumentando, e o tamanho dos atos se multiplicando. Tudo cresceu de forma espantosamente rápida. Os 20 centavos deflagraram a ida às ruas? Sim. A vio-

lência da polícia também? Também. Mas esses dois elementos explicam apenas superficialmente o fenômeno. Uma profusão de insatisfação com as coisas e a vida explicam a ida de milhares às ruas, como se nada tivessem a perder. Era o preço do tomate, o desemprego, as mentiras dos

# “Assim como Maio de 68 suscita amor e ódio até hoje entre os franceses, durante as próximas décadas, ainda vamos nos digladiar pelos sentidos de Junho”

políticos, a violência policial, a educação e saúde sucateadas... As manifestações gigantescas de 2011 em países como Chile, Grécia, Espanha e outros também embalarão o espírito do momento. O que era pretendido? Abaixar o preço do ônibus, passe livre, estatizar o transporte, acabar com a polícia, disputar a consciência de milhões, derrubar todos os poderosos, fazer uma revolução no país, acabar com o capitalismo... Isso tudo e um pouco mais, tudo de maneira bem difusa, desigual e numa velocidade incomparável. O MPL [Movimento Passe Livre] depois deu aquela deplorável declaração de que “era só pelos 20 centavos”. Mas eu não vejo dessa forma. Pretendia-se tanta coisa que de fato não cabiam nos cartazes.

**IHU On-Line – Cinco anos depois, qual teu entendimento em relação ao que houve e que leituras podem ser feitas daquele ciclo de manifestações?**

**Guilherme Kranz** – Existem várias narrativas sobre aqueles dias. Assim como Maio de 68 suscita amor e ódio até hoje entre os franceses, durante as próximas décadas ainda vamos nos digladiar pelos sentidos de Junho. Na minha avaliação, Junho mudou o país, e o ciclo ainda não se fechou. A burguesia identifica Junho como um perigo que não deve nunca mais retornar. Os petistas possuem uma narrativa mais ou menos uniforme de que Junho foi “o estopim do impeachment”, nas palavras do Haddad<sup>1</sup>, ou organizados

pela CIA<sup>2</sup>, como Lula<sup>3</sup> já sugeriu. A filósofa Marilena Chaui<sup>4</sup>, em agosto

Educação entre julho de 2005 e janeiro de 2012, nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e prefeito de São Paulo entre 2013 e 2016. É professor de Ciência Política da Universidade de São Paulo, instituição onde graduou-se em Direito, fez mestrado em Economia e doutorou-se em Filosofia. Trabalhou como analista de investimento no Unibanco e, de 2001 até 2003, foi subsecretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico da prefeitura de São Paulo, na administração de Marta Suplicy. Integrou o Ministério do Planejamento do Governo Lula durante a gestão de Guido Mantega (2003–2004), oportunidade na qual elaborou o projeto de lei que instituiu as Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**).  
2 **CIA**: sigla em inglês para Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência). É uma agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos responsável por coletar, avaliar e distribuir informações que sejam de uso da administração norte-americana na tomada de decisões sobre segurança nacional. Também pode se engajar em ações secretas, a pedido do presidente, mas não lhe é permitido espionar as atividades domésticas dos americanos ou participar de assassinatos, apesar de já ter sido acusada de tais atos. A CIA responde tanto ao poder Executivo como ao Legislativo. Por muitos anos, durante a Guerra Fria, a principal missão da agência era proteger os Estados Unidos contra o comunismo e a União Soviética. Atualmente, a agência tem um trabalho bem mais complexo: proteger os Estados Unidos das ameaças terroristas de todo o globo terrestre. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Luiz Inácio Lula da Silva (1945): Trigesimo quinto presidente do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores - PT. Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava Jato e foi denunciado em setembro de 2016 pelo Ministério Público Federal (MPF), apontado como receptor de vantagens pagas pela empreiteira OAS em um triplex do Guarujá. No dia 12 de julho de 2017, Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No dia 24 de janeiro de 2018, por unanimidade, os três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmaram a condenação de Lula, elevando a pena para 12 anos e um mês de prisão. No dia 7 de abril de 2018 Lula, após mandado de prisão expedido pelo judiciário, entregou-se à Polícia Federal, onde se mantém sob custódia na Superintendência do órgão em Curitiba. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Marilena Chaui** (1941): filósofa e professora de filosofia política e história da filosofia moderna da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. É especialista na obra de Baruch Espinoza. Reconhecida não só pela sua produção acadêmica, mas pela

de 2013, teve a pachorra de nos comparar com uma fila para o show da Madonna.

Essas caracterizações não fazem sentido e não sobrevivem à primeira verificação. O que houve foi a explosão de uma panela de pressão que chiava desde pelo menos 2008, com o estopim da crise internacional, e que se agravava na medida em que o custo de vida ia crescendo e os horizontes do gradualismo lulista diminuía. A verdade é que o PT chama de direita tudo o que não consegue controlar. Faça uma crítica ao PT, logo fará coro com a direita. É com essa lógica grosseira e binária que o petismo atua. Uma das principais leituras de Junho tem a ver com isso: em mais ou menos 30 anos, um forte movimento de massas não conseguiu ser controlado e contido pelo PT – daí o pavor deles.

O PT tem mais medo da luta de classes do que da direita: por isso se alia com a última e demoniza a primeira quando foge às suas asas. Depois que os atos ganharam proporções imensas, a grande mídia começou a tentar sequestrar nossas pautas, transformando-as em luta contra a corrupção, autonomia do MP [Ministério Público] etc. Arnaldo Jabor<sup>5</sup> se des-

participação efetiva no contexto do pensamento e da política brasileira. Já foi secretária municipal da Cultura de São Paulo durante o mandato da ex-prefeita Luiza Erundina (1988-1992). (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Arnaldo Jabor** (1940): cineasta, roteirista, diretor de cinema e TV, produtor cinematográfico, dramaturgo, crítico, jornalista e escritor nascido no Rio de Janeiro (RJ). Formado no ambiente do Cinema Novo, participou da segunda fase do movimento, que buscava analisar a realidade nacional, inspirando-se no neorealismo italiano e na nouvelle vague francesa. Seu primeiro longa-metragem foi o inovador documentário *Opinião pública* (1967), uma espécie de mosaico sobre como o brasileiro olha sua própria realidade. Ainda no início de sua carreira, dirigiu um dos maiores sucessos de bilheteria do cinema brasileiro, *Toda nudez será castigada* (1973), adaptado da peça homônima de Nelson Rodrigues. Na década de 1990,

1 **Fernando Haddad** (1963): advogado, acadêmico e político nascido em São Paulo (SP). Filiado ao PT. Ministro da

culpou, Datena<sup>6</sup> tomou uma bronca em rede nacional e a burguesia subiu os olhos. A disputa foi brava. Mas quem só vê cara, não vê coração, e tem gente que insiste em achar que o programa de Junho era o editorial da Veja, mas a realidade é bem distante disso. Junho se enfrentou com todo o establishment, esse é um ponto fundamental.

### **IHU On-Line – Como esquerda e direita entenderam as manifestações e que uso fizeram delas?**

**Guilherme Kranz** – Como Junho se enfrentou com todo o establishment, um curioso fenômeno de polarização política foi ganhando cada vez mais espaço no cenário político nacional, com uma crescente crise de autoridade estatal. Ou seja, na medida em que o centro foi atacado (PSDB, PMDB e PT, em especial), as pessoas passaram a buscar posições radicais à esquerda e à direita. Daí o surgimento da criançada do MBL [Movimento Brasil Livre], que só veio no ano seguinte, com direito a dinheiro e incentivo pesado da gringa. Todo o formato de política pelas redes digitais ganha força aí também. Mas o essencial não é a novidade das redes, e sim como junho abriu uma crise importante em todo o regime político, polarizando a situação política.

Reconhecer uma ofensiva da direita, que ganha estatuto ainda mais violento com a arbitrariedade da Lava Jato e a culminação do golpe, não significa enxergar uma “onda conservadora”, e sim que não existe vácuo político. Ao passo que setores da direita vêm se aproveitando da

crise política para descarregar a crise econômica em nossas costas e retirar direitos democráticos, inúmeros fenômenos à esquerda foram vistos depois de Junho também, como as greves dos garis do Rio de Janeiro, dos rodoviários de Porto Alegre, as ocupações secundaristas e universitárias que permearam todo o final de 2015 ao final de 2016, a greve geral de 28 de abril do ano passado... Junho em Porto Alegre teve uma particularidade diferente do que houve em São Paulo, pois a organização passou diretamente pela esquerda através do Bloco de Lutas. Mas a maior debilidade, ao meu ver, foi que o saldo final (ainda) não conseguiu ser revertido em organização política, em partido.

### **IHU On-Line – Sobre Junho de 2013, escreveste que quem não entende o ocorrido não governa nunca mais. Comenta esta frase, por favor.**

**Guilherme Kranz** – O comentário foi em polêmica com Fernando Haddad que, ano passado, fez um extenso artigo acabando com Junho. A crítica se mantém. Junho se mantém presente nas mentes e corações de muitos. Parece piegas, mas a frase tem intenção analítica. As demandas e os anseios de então seguem vivos, não apenas porque o preço da passagem não parou de subir, mas porque os problemas gerais se aprofundaram, e quem não souber lidar com eles, não governa nunca mais. A crise econômica se mantém, a crise de representatividade não para de aumentar, os ataques entraram num turbilhão ainda mais acelerado – a inevitável resistência a tudo isso será respondida com bomba e bala de borracha que nem o PT e o PSDB fizeram em Junho, *ad aeternum*? Podem até tentar, mas vão seguir tropeçando. Experiências massivas deixam marcas profundas em toda uma geração, molda subjetividades e altera os desejos e os ímpetos das pessoas. Já não aceitamos mais as coisas como eram, e a quantidade sem tamanho de lutas e greves radicalizadas depois de Junho mostra

isso. A luta de classes entrou num fervilhão imparável.

### **IHU On-Line – Houve novas organizações, novas maneiras de se articular politicamente a partir daquele momento, frente ao esgotamento das formas tradicionais de representação política?**

**Guilherme Kranz** – Surgiram novas velhas maneiras de se articular politicamente a partir daquele momento. “Novas” porque a minha geração foi formada na ideia do “fim da história”, de que nada muda, de que seremos eternamente meros produtos do consumo e do individualismo, de que política é coisa de político e alheia à rua e ao povo. Nesse sentido, a democracia da rua, com demandas substanciais sendo levantadas, foi nova para toda uma geração. Mas “velhas” porque essa forma de fazer política é mais velha do que andar para trás, é a expressão democrática das massas nas ruas.

Desse ponto de vista, hoje se vê como a democracia das ruas é muito superior à democracia vigente em que votamos de dois em dois anos. Na primeira, somos sujeitos. E obviamente essa “nova velha maneira de se articular” tem seus limites. Ocupar as ruas, por si só, não garante nada, como vimos a turma verde e amarelo depois. Mas o principal limite foi a ausência da entrada em cena da classe trabalhadora organizada que pudesse dar um caráter classista para o movimento.

Os frutos de junho, nas greves radicais e ocupações que vieram, de certa forma apontam para uma forma superior de se organizar, com paralisações nos locais de trabalho, assembleias sendo organizadas democraticamente, representantes sendo eleitos pelas bases das categorias etc. Em São Paulo, por exemplo, por mais avançado que tenha sido o movimento até um certo momento, ele nunca foi organizado de maneira democrática. O MPL sempre se negou a organizar assembleias para que os estudantes e trabalhadores

por conta do desmonte das estruturas de produção do cinema brasileiro ocorrida no governo Fernando Collor de Mello, Jabbor passou a atuar na imprensa. Estreou como colunista de O Globo no final de 1995 e mais tarde levou para a Rede Globo, no Jornal Nacional, Jornal da Globo e no Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Fantástico e também para a Rádio CBN, o estilo irônico com que comenta os fatos da atualidade brasileira. Seus dois últimos livros *Amor É prosa, Sexo É poesia* (Editora Objetiva, 2004) e *Porno-política* (Editora Objetiva, 2006) se tornaram best-sellers instantâneos. Outros de seus filmes: *Pindorama* (1970), *O Casamento* (1975), *Tudo Bem* (1978), *Eu Te Amo* (1980), *Eu Sei que Vou Te Amar* (1986) e *A Suprema Felicidade* (2010). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>6</sup> **José Luiz Datena** (1957): jornalista, locutor esportivo, apresentador de televisão e radialista nascido em Ribeirão Preto (SP). (Nota da **IHU On-Line**)

pudessem debater os rumos da mobilização, as pautas pelo que lutávamos etc.

**IHU On-Line – O espontaneísmo foi uma marca do movimento, o mesmo se verificando nas ocupações secundaristas e universitárias de 2015 e 2016. O que esta característica sugere para compreensão da realidade?**

**Guilherme Kranz** – Vejo duas grandes lições desse fenômeno espontaneísta: a primeira é que somos permanentemente pegos pela esquerda “de surpresa”, e a segunda é que o espontaneísmo necessariamente encontra seus limites. Ninguém esperava Junho. Ninguém esperava que os secundaristas paulistas derrotariam Alckmin<sup>7</sup> em seu projeto de reorganização escolar. Ninguém esperava que uma onda de mais de mil instituições federais ganhasse corpo contra Temer<sup>8</sup>. E as ocupações secundaristas de 2015 em São Paulo foram realmente surpreendentes – os secundaristas se articulavam com representantes por escolas para coordenar a luta estadualmente, com eleições democráticas nas escolas e direito à revogabilidade e revezamento. O que, sim, muito se falava era a velha reza de que “não há disposição de luta” ou coisa do tipo. Nunca há “disposição de luta” até que ela se torne inevitável. O problema do espontaneísmo é o limite que carrega em seu DNA, ele tende a ser efêmero. O espontâneo tende a se limitar a pautas corporativas de cada setor de onde proveio. A questão é como traduzir essa explosão espontânea em continuidade

política, em dar corpo político para cada luta relativamente isolada.

“Junho mudou o país, e o ciclo ainda não se fechou”

**IHU On-Line – Na recente greve de caminhoneiros, discursos ultrarreacionários se formaram a partir da movimentação nas estradas, gerando nas cidades manifestações de apoio, como o pedido de intervenção militar. Como isso se forma? Por que a direita tem sido mais hábil e esperta em faturar com as crises?**

**Guilherme Kranz** – Essa questão é bastante complexa. Nessa greve de caminhoneiros, a direita conseguiu canalizar a ampla insatisfação popular com o governo Temer e a alta dos preços dos combustíveis. Olhando numa fotografia, é fácil dizer que eles são “mais hábeis” ou “espertos”, mas acho que não é isso. Temos que olhar o processo em movimento.

A greve geral do 28 de abril era um caminho também muito apoiado pela população, aquele sentimento de que “tem que parar tudo”, com demandas progressistas contra as reformas neoliberais. Mas os acordos entre as centrais sindicais e o governo Temer para negociar o fim do imposto sindical acabaram rifando esse caminho do 28 de abril, e a reforma trabalhista foi aprovada. Isso acabou desmoralizando muito os trabalhadores, e a direita aproveita. O agravante na situação é que o movimento foi impulsionado pela patronal, com grandes empresários organizando diretamente os bloqueios e a paralisação, bem como os pitorescos pedidos de intervenção militar.

**IHU On-Line – E a esquerda, desta vez, soube entender e lidar com o movimento dos caminhoneiros?**

**Guilherme Kranz** – A esquerda como um todo errou bastante nesse processo. A meu ver, apoiar o movimento era apoiar as reivindicações patronais para diminuir o preço do diesel e reduzir impostos, e na medida em que as pautas ultrarreacionárias ganhavam peso, como a de intervenção militar, o apoio à greve dos caminhoneiros ganhava contornos cada vez mais problemáticos. A contradição estava no fato de que tinha muito apoio popular, mas nem por isso devemos marchar ao lado dos intervencionistas e dos megaempresários do transporte. O caminho para disputar a situação estava na possibilidade de os petroleiros entrarem com tudo em cena, erguendo suas próprias bandeiras, contra o aumento de **todos** os combustíveis e a privatização da Petrobras, com a defesa de uma Petrobras 100% estatal controlada pelos próprios trabalhadores. Ou seja, disputar a insatisfação popular pela esquerda.

**IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**Guilherme Kranz** – Resgatar a experiência de Junho, disputar os seus sentidos e aprender com seus limites é uma grande tarefa que temos pela frente. Trata-se de uma batalha inesgotável, cuja resolução apenas a história mostrará. Minha geração teve a ideia de *revolução* extirpada de seu imaginário. Foram os anos de triunfo total do neoliberalismo, e isso está acabando. Junho não foi uma revolução, mas teve ares. Mostrou que a massa na rua é capaz de abalar estruturas até então inabaláveis. Durante anos, disseram ser impossível levar milhares às ruas contra o *status quo*, contra o capitalismo, mas essa crença caiu por terra em algumas poucas semanas. O alerta pós-Junho, para além das lições expostas anteriormente, deve passar pela preservação dessa ideia de permanente possibilidade do impensável. Caso contrário, deixaremos a direita canalizar toda a revolta que invariavelmente cresce e continuará crescendo. ■

7 **Geraldo Alckmin** [Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho] (1952): médico e político brasileiro nascido em Pindamonhangaba (SP), filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Foi governador de São Paulo entre 2001 e 2006 e de 2011 a 2018, tendo renunciado no dia 6 de abril para disputar as eleições presidenciais. Em 2006, concorreu à presidência da República pelo PSDB, sendo derrotado por Lula. Atualmente é pré-candidato à presidência da República. (Nota da IHU On-Line)

8 **Michel Temer** [Michel Miguel Elias Temer Lulia] (1940): político e advogado nascido em Tietê (SP), ex-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. É o atual presidente do Brasil, após a deposição por impeachment da presidenta Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciam como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. (Nota da IHU On-Line)

# O lugar das mulheres no pontificado de Francisco

Mary Hunt, teóloga feminista dos Estados Unidos, considera que o pontificado de Francisco não representa uma abertura à questão das mulheres na Igreja

Ricardo Machado | Edição: Patricia Fachin | Tradução: Ricardo Machado

“**S**erá muito mais difícil trabalhar o tema das mulheres durante o pontificado de Francisco do que foi antes, porque ele aparece como uma abertura ao mundo feminino, mas, de fato, não é”, adverte a teóloga feminista Mary Hunt na entrevista a seguir, concedida pessoalmente à **IHU On-Line**, durante sua participação no **XVIII Simpósio Internacional IHU**. A virada profética de Francisco. Possibilidades e limites para o futuro da Igreja no mundo contemporâneo, no qual ministrou a conferência *O lugar das Mulheres na Igreja: possibilidades e limites na Igreja hoje*, no dia 23-05-2017. Na avaliação dela, a proposta de que mulheres atuem como diaconisas “pode parecer uma coisa boa, mas nessa possibilidade está implícita uma série de restrições, então é mais do mesmo”.

Segundo ela, a “única importância” de um sacerdócio feminino “é o poder”. Entretanto, esclarece, “o poder deve ser compartilhado e é nesse sentido que não sou a favor da ordenação de mulheres, porque não sou a favor da ordenação de ninguém. Sou a favor de um discipulado de iguais no qual imaginamos e construímos outros modelos mais adequados às necessidades das pessoas. Não vejo o clericalismo com mulheres como um avanço, um passo adiante”.

Para a teóloga, o papa Francisco tem abordado melhor as questões relacionadas aos gays, ao passo que não vê “com clareza” a situação das mulheres. “Nunca se ouviu falar que ele tenha se reunido com uma lésbica ou uma família de lésbicas para saber sobre suas realidades, tampouco com as monjas norte-americanas, que têm muitos problemas com o Vaticano. É claro que houve vários problemas que foram atenuados pelo papa

Francisco, mas não estou convencida de que tenha mudado muito as relações de poder entre o Vaticano e as congregações religiosas”, pontua.

Mary Hunt frisa ainda que as mulheres “não buscam um olhar feminino” na Igreja, mas antes “uma visada feminista que significa uma análise e um compromisso com igualdade de gênero, raça, salários, com a preocupação com o meio ambiente”. E conclui: “Isso é uma postura feminista que está incluída em todo o pastoral e o teológico e não é uma coisa nova. A ideia de feminino é uma outra maneira de estereotipar as mulheres”.

**Mary E. Hunt** é teóloga feminista, cofundadora e codiretora da Women’s Alliance for Theology, Ethics and Ritual - WATER em Silver Spring, Maryland, EUA, um centro educacional feminista iniciado em 1983. Integrante do movimento feminino da Igreja, faz palestras e escreve sobre teologia e ética com atenção especial para questões da libertação. Graduada em Filosofia pela Universidade de Maquette, fez mestrado na Escola Jesuíta de Teologia em Berkeley e em Estudos Teológicos na Escola de Divindade em Harvard.

Recebeu o título de doutora em Teologia, pela União Teológica em Berkeley. Também possui formação em Educação Pastoral Clínica. Passou vários anos ensinando e trabalhando em questões de mulher e direitos humanos na Argentina como conselheira no Internato Fronteiriço no Programa de Missão.

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do dia de 08-06-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2JWJS1p>.

**Confira a entrevista.**

## “Creio que será muito mais difícil trabalhar o tema das mulheres durante o pontificado de Francisco do que foi antes”

### **IHU On-Line – Qual é o papel das mulheres na Igreja de hoje?**

**Mary Hunt** – Se estamos falando da Igreja institucional, em muitos sentidos não há papel oficial das mulheres, contudo, elas estão no trabalho pastoral e ministerial da Igreja em muitas partes do mundo. Entretanto, com a falta de ordenação das mulheres, não há a possibilidade de elas tomarem decisões. Então, enquanto papel oficial, não existe espaço para as mulheres entre as lideranças da Igreja. Há algumas mulheres que são consultoras de algumas congregações, mas a ocupação desse espaço oficial e ativo ainda não existe.

### **IHU On-Line – Quais são as principais travas impostas à igualdade de gênero no âmbito da Igreja Católica?**

**Mary Hunt** – Há dois problemas bastante graves. O primeiro deles é a falta do uso das ciências sociais para fazer teologia. Todo o paradigma da teologia está fundado em uma antropologia muito alheia ao cotidiano e isso gera um problema metodológico, que é o de fechar a porta às ciências sociais dentro da teologia institucional. O segundo problema é que a própria antropologia da Igreja está fora do cotidiano, de modo que as ciências sociais como fonte de informações sobre questões de gêneros – LGBTQ –, as novas ondas feministas e outros debates não entram nas discussões internas.

Por isso, há distinções entre homens e mulheres, que no fundo não existem. Diz-se, por exemplo, que

os homens são mais capazes de tomar decisões, enquanto as mulheres, por sua forma de pensar, não têm a mesma capacidade. Isso tem muitas implicações não somente nas estruturas da Igreja que produz uma binariedade que é falsa, mas também no que diz respeito ao papel da mulher no mundo pós-moderno, como um ser humano. Produzir essas diferenças é uma maneira de distinguir e diminuir o papel da mulher. Evidentemente esses dois problemas estão relacionados e formam um problema grave.

### **IHU On-Line – Como fazer para transformar a mulher em um sujeito de protagonismo dentro da Igreja? Esse é um problema somente político ou da estrutura da Igreja?**

**Mary Hunt** – São duas coisas que caminham lado a lado. O fato de distinguirmos seres humanos por questões de gênero, ou o que seja, afinal agora sabemos que não há somente dois gêneros, mas muitos, é um equívoco enorme. Pelo menos é isso que eu percebo desde minha formação feminista-teológica. Foram essas divisões que fundaram uma instituição como a Igreja, tanto na sua estrutura quanto em seu ensino, que são baseadas neste tipo de equívoco. É verdade que temos descoberto esses equívocos agora, mas é justamente agora o tempo de mudar.

### **IHU On-Line – Que noção de família está posta no documento *Amoris Laetitia*? Quais são**

### **seus limites e possibilidades?**

**Mary Hunt** – O modelo de família em todos os documentos, não somente em *Amoris Laetitia*, é o padrão heterossexual, casados e com filhos. Agora, novamente, como vemos nos estudos das ciências sociais e da antropologia, sabemos que há muitos tipos distintos de família em todas as partes do mundo. Eu estive recentemente na Coreia e as pessoas não falam em famílias, mas em lares, de modo que eles não falam de família no sentido de marido, mulher, filhos e o cachorro da casa, mas de lares, perguntando uns aos outros onde é e como é o lar onde vivem.

Essa é uma proposta muito interessante para repensar e sair desse esquema muito reduzido, o qual não existe em várias partes do mundo, porque há grupos que são tribos, clãs, há famílias com dois homens ou duas mulheres, há inclusive famílias com três pessoas. Acredito que a teoria teológica pós-moderna deve nos dirigir para essas modalidades de pensamento e responder às perguntas que nós temos, e parar de produzir respostas para perguntar o que não fazemos.

### **IHU On-Line – O Papa parece ouvir bastante as mulheres, mas na prática qual o protagonismo dentro da Igreja?**

**Mary Hunt** – Bem, o Papa está ouvindo, mas não como mulheres que somos. Ele tem supostamente uma ideia estrutural do que é uma mulher, baseada em sua avó Rosa. Isso é um problema, e como um je-

suíta, sacerdote e um homem imerso em um mundo homosocial, que é o mundo do clero, não tem nem muita informação nem experiência sobre o mundo das mulheres.

Creio que será muito mais difícil trabalhar o tema das mulheres durante o pontificado de Francisco do que foi antes, porque ele aparece como uma abertura ao mundo feminino, mas, de fato, não é. A ideia de que mulheres atuem como diaconisas pode parecer uma coisa boa, mas nessa possibilidade está implícita uma série de restrições, então é mais do mesmo. Não creio que esse Papa veja com clareza a situação das mulheres: parece que ele se sente mais confortável com questões relacionadas aos homens que são gays. Por exemplo, nunca se ouviu falar que ele tenha se reunido com uma lésbica ou uma família de lésbicas para saber sobre suas realidades, tampouco com as monjas norte-americanas, que têm muitos problemas com o Vaticano. É claro que houve vários problemas que foram atenuados pelo papa Francisco, mas não estou convencida de que tenha mudado muito as relações de poder entre o Vaticano e as congregações religiosas.

Há uma visão de perceber a mulher sempre como um ser dócil, a quem se deve falar com docilidade, ternura e um sorriso no rosto, mas tudo isso são estupidezes que não representam a vida de mulheres migrantes, mães solteiras, mulhe-

res pobres. Então é uma idealização que serve para marginalizar ainda mais as mulheres.

#### **IHU On-Line – Como fazer para que a Igreja tenha um olhar feminino?**

**Mary Hunt** – Não buscamos um olhar feminino, mas uma visada feminista que significa uma análise e um compromisso com igualdade de gênero, raça, salários, com a preocupação com o meio ambiente etc. Isso é uma postura feminista que está incluída em todo o pastoral e o teológico e não é uma coisa nova. A ideia de feminino é uma outra maneira de estereotipar as mulheres.

#### **IHU On-Line – Como a senhora vê a possibilidade do sacerdócio feminino? Qual a importância?**

**Mary Hunt** – A única importância é o poder, no seu sentido mais genuíno. O poder deve ser compartilhado e é nesse sentido que não sou a favor da ordenação de mulheres, porque não sou a favor da ordenação de ninguém. Sou a favor de um discipulado de iguais no qual imaginamos e construímos outros modelos mais adequados às necessidades das pessoas. Não vejo o clericalismo com mulheres como um avanço, um passo adiante. Se essa é a única maneira de começar a compartilhar as tomadas de decisões, eu estou a fa-

vor. Porém, nós mulheres estamos fazendo um trabalho pastoral, celebrando missas, escutando confissões há muito tempo.

Além disso, há mulheres ordenadas por grupos como a *Association of Roman Catholic Women Priests* e grupos católicos que estão ordenando mulheres, ainda que não sejam reconhecidos por Roma. Não estou muito entusiasmada porque isso poderia se transformar numa nova maneira de reinventar o clericalismo, de modo que eu preferiria um modelo mais horizontal das comunidades de base, que estão mais bem relacionados entre as lideranças, tanto sacramental quanto políticas.

A ordenação das mulheres pode ser um avanço, mas muito pequeno, e há o risco de frear as mudanças mais profundas para as próximas gerações. Nesse sentido, poder-se-ia nomear mulheres cardeais, porque é possível ser cardinal sem ser ordenado e esse gesto seria um símbolo de compartilhamento de poder, mas não vejo isso como uma possibilidade real. A razão pela qual isso não ocorre me parece estar relacionada a uma forma, também, de esconder os abusos sexuais dentro da Igreja e o acobertamento de bispos por irregularidades financeiras. Permitir que as mulheres ocupem esses espaços de tomada de decisão dentro da Igreja vai fazer com que se abram todas as janelas e se percebam os graves problemas estruturais, morais e financeiros. ■

## Leia mais

- **A noção de sexo entre iguais é uma contribuição lésbica ao pensamento ocidental.** Entrevista especial com Mary Hunt publicada na revista IHU On-Line, nº 199, de 9-10-2006, disponível em <http://bit.ly/2sS4qXk>;

- **Os novos nomes de Deus e o empoderamento feminino.** Entrevista especial com Mary Hunt publicada na revista IHU On-Line, nº 308, de 14-9-2009, disponível em <http://bit.ly/2JvXXiZ>;

- **Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno.** Artigo de Mary E. Hunt. Publica no Cadernos Teologia Pública nº 66, disponível em <http://bit.ly/2HwD70S>.

**27 de agosto 2018  
(segunda-feira)**

**19h30min às 22h – Determinantes da  
desigualdade social e da riqueza no Brasil**



65

**Prof. Dr. Pedro Herculano de Souza –  
IPEA – Brasília – DF**

**Sala Ignacio Ellacuría  
e Companheiros – IHU**

A atividade integra o  
Ciclo de debates desigualdades  
no contexto econômico brasileiro

**[ihu.unisinos.br/eventos](http://ihu.unisinos.br/eventos)**

# Design, uma estratégia de articulação pelo bem comum

Ezio Manzini analisa as transformações do campo e demonstra como projetos colaborativos podem mudar pessoas e os mundos que as cercam

João Vitor Santos | Tradução: Ramiro Mincato

O professor Ezio Manzini compreende que é no projeto que residem as maiores potencialidades do design visto enquanto ferramenta colaborativa de transformação. “Um projeto é uma sequência de conversas e ações sobre o mundo, cujo objetivo é aproximá-lo do que se deseja que seja”, define. “É, portanto, designer, qualquer sujeito, individual ou coletivo, que intervém no mundo de maneira consciente. Isto é, ciente das próprias intenções e do campo de possibilidades de que dispõe”, acrescenta. Assim, é por essa perspectiva que provoca a pensar no design como instrumento agregador, partindo dos seus modos de operar até constituir redes que, pela soma de ações que podem congrega, têm em potencial a transformação. “Sabemos que o design é uma capacidade aplicável a todos os problemas complexos. E isso no que diz respeito tanto ao design difundido quanto ao de especialistas”, destaca.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Manzini ainda exemplifica. “Quem projeta é uma pessoa que participa de uma variedade de conversas e trabalha sobre um ambiente físico e biológico, que é seu contexto de vida, adotando estratégias que são, como vere-

mos, seus projetos de vida”. Para ele, “em última análise, ‘inclusão social’ significa isto: pessoas diferentes que fazem coisas em conjunto” por um bem coletivo. “O design é um agente político porque, ao afetar os sistemas em que opera, também modifica as relações de força que se manifestam neles”, acrescenta. “Nesse modo de agir, o design também pode favorecer a vida democrática de uma sociedade. Pode, de fato, criar condições sistêmicas para que as decisões sejam mais próximas das pessoas diretamente interessadas”, completa.

**Ezio Manzini** trabalha na área de design para inovação social e, sobre esse tema, iniciou a Rede DESIS. Atualmente, é professor de Design para Inovação Social da Elisava-Design School and Engineering, em Barcelona; professor honorário do Politecnico di Milano; e professor convidado da Universidade de Tongji (Xangai) e da Universidade de Jiangnan (Wuxi). Entre seus livros mais recentes publicados, destacamos *Design, When Everybody Designs. An Introduction to Design for Social Innovation* (MIT Press, 2015) e *Politiche del Quotidiano, Edizioni di Comunità* (to be published in English as: *Politics of the Everyday*. Bloomsbury - February 2019).

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Em seu livro, o senhor afirma que “todos fazem design”<sup>1</sup>. Mas que design é esse? E como compreender a**

**presença do design no dia a dia das pessoas?**

**Ezio Manzini** – Para discutir este tópico é útil dar um passo atrás, e introduzir alguns conceitos de uso comum que se prestam a possíveis dife-

rentes interpretações. Em particular, refiro-me à ideia em si de “projeto”, e àquelas que derivam dele, de “designer” (projetista) e de capacidade do designer. O conceito de “projeto” é muito rico e, ao longo do tempo, e

<sup>1</sup> *Design. Quando Todos Fazem Design* (São Leopoldo: Unisinos, 2017)

## “Um projeto é uma sequência de conversas e ações sobre o mundo, cujo objetivo é aproximá-lo do que se deseja que seja”

em vários campos culturais, prestou-se a muitas definições. Para mim, neste contexto, um projeto é uma sequência de conversas e ações sobre o mundo, cujo objetivo é aproximá-lo do que se deseja que seja. Fazê-lo implica: avaliação crítica do estado de coisas, imaginação de como gostaríamos que fossem, disponibilidade do sistema de relacionamentos e ferramentas necessárias para implementar sua transformação. E isso, tanto no plano do seu funcionamento prático (*problem solving*), quanto do seu significado (*sense making*).

Desta definição deriva aquela de “projetista”, entendida como qualquer pessoa que faz o que foi dito acima. É, portanto, *designer*, qualquer sujeito, *individual* ou *coletivo*, que intervém no mundo de maneira consciente. Isto é, ciente das próprias intenções e do campo de possibilidades de que dispõe (na verdade, ambas, tanto as intenções como o campo das possibilidades nunca são bem claras). Percebe-se que esta definição de *designer* é muito ampla e inclui não somente aqueles que institucionalmente operam como tal (aos quais me referirei como *especialistas em design*), mas também aqueles que, embora não sejam oficialmente designers, atuam no modo ora descrito. Portanto, quem projeta é uma pessoa que participa de uma variedade de conversas (e, portanto, de formas sociais) e trabalha sobre um ambiente físico e biológico, que é seu contexto de vida, adotando estratégias que são, como veremos, seus projetos de vida.

Se cada um de nós pode fazê-lo, é porque, como seres humanos, so-

mos todos dotados de capacidade de design: uma capacidade complexa que, por sua vez, resulta da combinação de diferentes capacidades humanas. São elas: *senso crítico* (que nos permite ver o que não se encaixa na realidade com a qual somos confrontados), *criatividade* (com a qual imaginamos como as coisas poderiam ser), *capacidade de análise* (para reconhecer e avaliar as restrições do sistema e os recursos disponíveis) e *sentido prático* (para implementar estratégias de ação que, tendo em conta as restrições, e fazendo o melhor uso dos recursos disponíveis, nos permitam chegar o mais perto possível do que havíamos imaginado).

Obviamente, a capacidade de design resultante, como todas as outras, não é a mesma para todos e, sobretudo, para ser utilizável quando realmente serve ser exercitada. Em outras palavras, a capacidade de projetar é como a de cantar: todos podem cantar, nem todos têm os mesmos dotes, mas todos, se praticarem, poderão cantar em um coral.

### **IHU On-Line – Até que ponto o design é capaz de fornecer estratégias de inclusão social?**

**Ezio Manzini** – Acredito que, em última análise, “inclusão social” significa isto: pessoas diferentes que fazem coisas em conjunto. E que, para isso, quebram paredes físicas e bolhas de comunicação em que foram colocadas. Naturalmente, os modos pelos quais isso pode acontecer são diferentes. O que conheço melhor é baseado na definição de estratégias

colaborativas. Os resultados para os quais tendemos podem ser muito diferentes: jogar futebol, cuidar de um jardim, trabalhar em uma cooperativa, mas o modo para obtê-los tem aspectos comuns: o importante é que um projeto tenha sido pensado e colocado em prática.

### **IHU On-Line – No que consistem os conceitos de “design difuso” e de “design especializado”? Como interagem, e de que forma podem ser aplicados com vistas à inclusão social?**

**Ezio Manzini** – Parece que já respondi, de alguma forma, à primeira parte desta pergunta: o design difundido é a expressão da capacidade humana de projetar. Dizia antes, todo mundo pode cantar em um coral. Mas isto não significa, para ficar na metáfora musical, que não se precise de um regente de música que saiba treinar e coordenar o coral. O designer especialista é como o maestro de música. Estudou, desenvolveu suas habilidades com inúmeras experiências e, portanto, pode ajudar todo mundo a projetar. E a projetar em conjunto.

### **IHU On-Line – Que experiências podem ser indicadas no uso de design para o desenvolvimento de inovação social e sustentabilidade?**

**Ezio Manzini** – Existem já muitas experiências em que se verifica boa colaboração entre design especializado e difuso. No meu livro, *Design When Everybody Designs*<sup>2</sup>,

<sup>2</sup> Massachusetts, EUA: The MIT Press, 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

mencionei várias. A que mais gosto é a experiência de vida colaborativa promovida na Itália pela Fundação Housing Social: a projeção de metodologias e instrumentos úteis em ativar processos de coplanejamento, capazes de ajudar os moradores de um complexo residencial a projetarem espaços e serviços que seriam gerenciados de forma compartilhada. E, ao fazer isso, produziram novo tipo de comunidade de vizinhos.

**IHU On-Line – Em que consiste o conceito de “cidade colaborativa”? E qual é o papel do design na construção dessa cidade?**

**Ezio Manzini** – O que quero com o cenário da cidade colaborativa é imaginá-la como rede de interações entre pessoas capazes e dispostas a colaborar. Seja “horizontalmente” entre pares, isto é, entre cidadãos, seja “verticalmente”, entre cidadãos e instituições.

Como já disse antes, as diferentes interações colaborativas não acontecem por si mesmas, mas requerem a existência de um ecossistema favorável, isto é, de condições materiais, normativas e culturais que as tornem viáveis. Essas condições serão projetadas e realizadas. Como é óbvio, o design especializado pode desempenhar importante papel para que isso aconteça.

**IHU On-Line – Que relação podemos estabelecer entre política e design? E até que ponto o design pode ser uma maneira para construir uma democracia?**

**Ezio Manzini** – O design é um agente político porque, ao afetar os sistemas em que opera, também modifica as relações de força que se mani-

festam neles. É claro que o design não faz política da maneira como fazem, por exemplo, os partidos. Ou seja, o design, por si só, não defende um programa político articulado e completo (como fazem, ao invés, ou deveriam fazer, os partidos). Como dizia, o design é político, porque cria condições que incidem sobre os sistemas existentes. Por essa razão, portanto, podemos dizer que ele não faz política, mas é político em si mesmo.

Nesse modo de agir, o design também pode favorecer a vida democrática de uma sociedade. Pode, de fato, criar condições sistêmicas para que as decisões sejam mais próximas das pessoas diretamente interessadas (processos de democratização). Ou, ao contrário, pode funcionar na direção oposta, criando sistemas que afastam do povo a possibilidade de decidir (processos de “desdemocratização”).

**IHU On-Line – De que forma o design industrial foi se transformando ao longo dos anos, e como ele chegou aos nossos tempos e à abertura de novos campos disciplinares, como design de serviços ou design estratégico?**

**Ezio Manzini** – O que no século XXI deve ser entendido por design é muito diferente do que se pretendia no século passado. Um século atrás, de fato, acreditava-se que essa atividade fosse limitada a produtos industriais (e se falava em design do produto industrial). Naqueles tempos, havia algumas boas razões para pensar assim. Mas era uma ideia errada. Retomando novamente o que disse na primeira resposta, hoje sabemos que o design é uma capacidade aplicável a todos os problemas complexos. E isso no que diz respeito tanto ao design di-

fundido quanto ao de especialistas. As novas disciplinas que surgiram, como *design de serviços* e *design estratégico*, são dois aspectos importantes, mas particulares, dessa nova realidade, mais ampla e mais complexa.

**IHU On-Line – Em tempos de redes sociais e alta incidência de dispositivos tecnológicos que medeiam relacionamentos, de que forma o design é capaz de promover e estimular outras formas de convívio social e de vida comunitária?**

**Ezio Manzini** – Projetar, ou melhor, projetar em conjunto o que ajuda as pessoas a interagirem de forma colaborativa. E fazer isso colocando-se também no mundo físico. Isto é, no mundo em que se habita. Isso também é, em suma, o que para mim significa design para inovação social. Tudo o que tentei fazer nestes anos, e o que escrevi em meus livros, vai ou tenta ir nessa direção.

**IHU On-Line – Como imagina que deveria ser o designer profissional do século 21? E quais são os desafios para se investir na formação transdisciplinar dessa figura profissional?**

**Ezio Manzini** – Uma pessoa criativa, dotada de cultura e de visão própria do mundo, capaz de ouvir os outros e de mudar de ideia. O desafio de projetar o futuro é desenvolver esta cultura e esta visão de mundo, mantendo, ao mesmo tempo, a capacidade dialógica de confrontar-se com os outros. E, portanto, com outras culturas e com outras visões do mundo. ■

## Leia mais

- **Design e criação de significados.** Revista IHU On-Line, número 189, de 31-7-2006, disponível em <http://bit.ly/2JNjO8L>

- **Articulação em rede para “um mundo melhor”.** Entrevista especial com Carlo Franzato, publicado nas Notícias do Dia de 7-1-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2Mj7wDy>

- **Design e antropologia: novas interações para pensar as questões sociais.** Entrevista especial com Zoy Anastassakis, publicada nas Notícias do Dia de 28-7-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2JEyqnt>.

# 11 de setembro de 2018 (terça-feira)

## 19h30min às 22h – Desigualdades no Vale do Rio dos Sinos. Desafios e alternativas



69

### Prof. Dr. Carlos Paiva – FEE – RS e FACCAT – RS

### Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

A atividade integra o  
Ciclo de debates desigualdades  
no contexto econômico brasileiro

[ihu.unisinos.br/eventos](http://ihu.unisinos.br/eventos)

# El Salvador e a integração forçada com os Estados Unidos

Bruno Lima Rocha

“**A** integração com o imperialismo é defendida internamente, reforçando a condição de dependência. O projeto neoliberal é defendido pelos partidos de direita e conta com um *think tank* no apoio desta posição subordinada. A principal instituição doméstica de direito civil, a Fundação Salvadorenha para o Desenvolvimento Econômico e Social (FUSADES), avalizada pelo FMI e o Banco Mundial”, escreve Bruno Lima Rocha.

**Bruno Lima Rocha** é pós-doutorando em economia política na UFRGS, doutor em ciência política e professor nos cursos de relações internacionais e jornalismo na Unisinos.

**Eis o artigo.**

70

A América Central foi palco de uma luta encarniçada, onde estava em jogo tanto a geopolítica do Continente - e também da defesa da área de domínio exclusivo do Império – como a possibilidade de soberania dos povos da região. Na década de 1980, na chamada Era Reagan (seguida de Bush Pai), Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras, Costa Rica e Panamá foram alvos de alguma forma de intervenção do Comando Sul, do Departamento de Defesa dos EUA. A projeção de poder do norte hegemônico aplicava a chamada “teoria do dominó”, para conter a presença da terceira onda pós-revolução cubana, na esquerda latino-americana.

A base da insurgência e do governo revolucionário do sandinismo vitorioso, a partir de 1979, na Nicarágua, era formada por famílias camponesas, oriundas ou originárias de povos indígenas, organizadas contando com a presença impactante da Teologia da Libertação. No caso salvadorenho, o martírio do padre jesuíta Rutilio Grande (março de 1977), antecedido pelo sequestro do sacerdote colombiano, Mario Bernal Lodoño (janeiro de 1977) e, posteriormente, com o assassinato do arcebispo de San Salvador, monsenhor Óscar Arnulfo Romero (março de 1980), marcaram o padrão de eliminação física e extermínio de religiosos, envolvidos diretamente ou no apoio às pastorais sociais e comunidades eclesiais de base.

A antiga província de El Salvador, o território de Cuzcatlán (de maioria “Pipil” e “Lenca”) sofreu a chamada “política de terra arrasada”. Forças especiais - como os facínoras Atlacátl, equivalente aos kaibiles guatemaltecos -, rondas de vigilância e “assessores” estadunidenses, promoveram centenas de massacres. As vítimas quase sempre eram camponeses, indígenas, religiosos e sindicalistas. O pequeno país centro-americano teve uma longa guerra civil, incluindo a opção militar plena, a partir da unidade da esquerda nacional. As organizações políticas Forças Populares de Libertação (FPL), Exército Revolucionário do Povo (ERP), Partido Comunista Salvadorenho (PCS), Resistência Nacional (RN) e Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centroamericanos (PRTC) unificaram suas estruturas e criaram uma formação político-militar denominada Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), iniciando em outubro de 1979 e só finalizando com os acordos de janeiro de 1992.

Após a “pacificação”, o país foi quase “anexado” no Plano Puebla-Panamá, de integração forçada do istmo centro-americano. Por um lado, não recebeu a ajuda correspondente para a reconstrução da infraestrutura arrasada, tanto pela falta de investimentos, como pelos efeitos da

## “El Salvador está vivendo sob o marco da integração forçada, tanto na moeda como em parte dos usos e costumes populares”

guerra antipopular. Ao assinar o acordo de paz, El Salvador já se viu sem alternativas no cenário internacional, combinando com o desmonte da União Soviética e, por tabela, o pior momento de escassez em Cuba, o que levou o país centro-americano a uma rota, aparentemente, sem saída na busca por fundos de reconstrução do pós-guerra interno e intervenção militar dos EUA. Por outro lado, a população salvadorenha tinha (e segue tendo), no seu maior inimigo, o destino e refúgio de uma importante parcela da população. A história é paradoxal. Comunidades de agricultores com apoio dos serviços pastorais católicos montavam acampamentos de refugiados na fronteira com Honduras. E, estas mesmas redes, mantinham corredores de passagem para abrigar vítimas da perseguição do Estado. A unificação da esquerda na FMLN deu-se em 1979, justamente no governo da última Junta Militar, que fraudara as eleições de 1980, até assegurarem um acórdão com chefes políticos e empresariais, entreguistas em 1982. Na sequência, os oligarcas da Ação Democrática, PDC e ARENA, governaram durante toda a guerra civil, sendo que os Arenistas ultrapassaram o armistício, governando até 2009. No período do extermínio em El Salvador, um pacto entre civis, militares e “consultores” estadunidenses levou a milhares de salvadorenhos a buscarem abrigo e refúgio justamente nos Estados Unidos, com apoio das redes solidárias coordenadas pela Teologia da Libertação.

As estimativas mais conservadoras afirmam que existem mais de dois milhões e meio de salvadorenhos vivendo nos EUA e as comunidades ativas, de naturais e descendentes de primeira e segunda geração, já ultrapassariam os três milhões e 600 mil (chegando a quase 1% da população estadunidense). Já o último censo de El Salvador aponta que a população residente no país é de 6.344.722; logo, quase a metade dos cidadãos salvadorenhos é de imigrantes no Império. Para agravar a situação de dependência, em 1º de janeiro de 2001, o governo da ARENA dolarizou a economia, transformando o dólar em moeda corrente. Com isso, o país que entrou em guerra contra a oligarquia e o Império, passa a depender integralmente do ingresso de dólares e, obviamente, do fluxo de pessoas e remessas de naturais, residindo no país que quase os destruiu.

Outra herança advinda da guerra de extermínio, terra arrasada e integração forçada são as “maras”, versão mesclada entre máfia e gangue salvadorenha. A mais antiga e forte, a Mara Salvatrucha (MS 13) tem redes conectadas nas comunidades imigrantes - com ênfase na Grande Los Angeles, Califórnia - e domínio territorial na zona metropolitana de El Salvador, sua rival principal, Barrio 18 (com duas subdivisões, Sureños e Revolucionários), opera como espelho da inimiga estratégica. A atividade de ambas as “maras” oscila entre 30 e 60 mil membros ativos, e a associação indireta e influência em zonas e famílias chega a meio milhão de pessoas.

Na seara política, assim como na Nicarágua, a FMLN saiu com alguma coerência interna, transformando-se em um partido socialdemocrata. Disputou as eleições presidenciais após 1992, vindo a ganhar em 2009 - com Mauricio Funes -, elegendo o sucessor em 2014, Salvador Sánchez Cerén. É evidente que com tamanho grau de dependência e integração forçada com o Império resta pouca margem de manobra para qualquer governo eleito praticar o exercício da soberania. ■

### Expediente

Coordenador do curso de Relações Internacionais da Unisinos: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

# Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana

A edição número 272 do Cadernos IHU Ideias traz o ensaio de Rafael Lopez Villasenor sobre a festa do dia dos mortos, com suas diversas faces da morte, no México. A morte é vivida com muita alegria, muitas flores, comida e caveiras sorridentes de açúcar; a morte é ridicularizada e celebrada com músicas, bebidas alcoólicas e rezas. Partimos do princípio de

que o culto festivo da morte tem sua origem na cultura indígena pré-hispânica. A festa marca o calendário festivo do imaginário da cultura popular, celebrada de maneira especial e única. Mistura muito bem o sagrado e o profano, o medo e a ironia, por meio do sincretismo religioso do culto à morte.

**Rafael Lopez Villasenor** é doutor em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia, mestre em Ciências da Religião e graduado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC-SP e graduado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia Xaveriana. Assessor e membro do Centro de Estudos Bíblicos – CEBl. Membro do grupo de pesquisa Pós-religare – Pós-modernidade e religião. Pesquisa pentecostalismo e religiosidades. Tem experiência de gestão no terceiro setor. Faz parte da equipe interdisciplinar de Assessores da CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil. Coordena o Centro de Estudos Missionários Latino Americano - Missionários Xaverianos – CEMLA.

Acesse a versão completa do artigo em PDF através do link <https://bit.ly/2HSbY8M>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU também podem ser obtidas diretamente

no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



# Os documentos eclesiais pós-sinodais “Familiaris Consortio” de Wojtyla e “Amoris Laetitia” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial

**O** Cadernos Teologia Pública, em seu número 133, apresenta o artigo de José Roque Junges que analisa os dois documentos pós-sinodais da Igreja Católica que trataram do matrimônio, nos últimos anos, *Familiaris Consortio*, de Wojtyla (1982), e *Amoris Laetitia*, de Bergoglio (2016), tendo como foco as respostas aos desafios da vivência matrimonial. O primeiro documento tem uma perspectiva canônico-moral ao propor respostas aos problemas enfrentados pelos casais, enquanto que o segundo se caracteriza por um enfoque mistagógico-espiritual da vida matrimonial. Essa diferença de perspectiva poderia ser interpretada como uma reedição da controvérsia que, no século XVIII, opôs os dois sistemas que, naquela época, tentavam dar respostas aos problemas morais: o probabilismo que

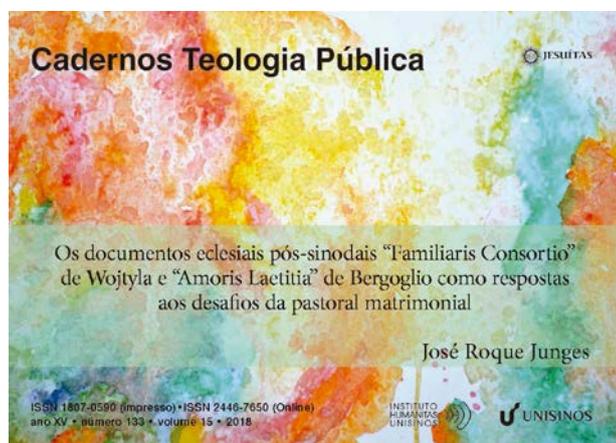
acentuava a consciência, defendido pelos jesuítas, e o probabiliorismo, centrado na lei, assumido pelos dominicanos. Essa diferença aparece quando se considera o modo de tratar a questão da eucaristia aos divorciados nos dois documentos.

**José Roque Junges** é graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1973), especialista em História do Brasil Contemporâneo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1978), mestre em Teologia pela Pontifícia Universidad Católica de Chile (1980) e doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Università Gregoriana de

Roma, Itália (1985). Atualmente é professor de bioética nos cursos de graduação da área de saúde e professor/pesquisador, além de atual coordenador, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Acesse a versão completa do artigo em PDF através do link <https://bit.ly/2HQsUwz>

Esta e outras edições dos Cadernos IHU também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Informações pelo telefone (51) 3590-8213.





INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

74



[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)



[fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos](https://fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos)



[instagram.com/\\_ihu](https://instagram.com/_ihu)



[youtube.com/ihucomunica](https://youtube.com/ihucomunica)



[twitter.com/\\_ihu](https://twitter.com/_ihu)

Outras edições em [www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-antiores](http://www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-antiores)



## Partido dos Trabalhadores, 10 anos no poder. Um governo de esquerda?

Edição 413 – Ano XIII – 1-4-2013

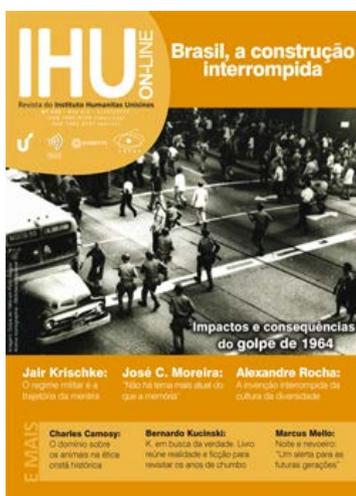
*Nesse ano eleitoral a campanha estava nas ruas. Perplexa, a opinião pública havia assistido às alianças partidárias feitas para as próximas eleições municipais. A revista IHU On-Line entrou no debate e discutiu a necessidade e os limites, também necessários, das alianças políticas. Contribuem no debate Luiz Werneck Vianna, Roberto Romano, Renato Janine Ribeiro, Maria Victoria de Mesquita Benevides, Marco Aurélio Nogueira, José Antonio Spinelli e Jairo Nicolau.*



## A potência das ruas em debate

Edição 434 – Ano XIII – 9-12-2013

*Nos meses de junho a outubro de 2013, o Brasil foi sacudido pela movimentação das ruas. As grandes manifestações do mês de junho não cessaram nos meses seguintes. Os protestos foram tema de debate nas publicações do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Nesta edição da IHU On-Line, foi retomado. Pesquisadores e professores discutiram as mobilizações e a violência que têm acompanhado as mesmas.*

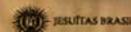


## Brasil, a construção interrompida

Edição 439 – Ano XIV – 29-9-20014

*“Não há tema mais atual do que a memória”, afirma o pesquisador José Carlos Moreira. “Entender o passado como morto é o caminho mais rápido para eliminarmos nosso futuro”, destaca em entrevista publicada nesta edição. O direito à memória e ao não esquecimento são as principais razões para a IHU On-Line publicar esta edição sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar.*

Ciclo de Debates



# Desigualdades

## no Contexto Econômico Brasileiro

**24 de setembro de 2018 (segunda-feira)**

**14h30min às 16h – A Nova Razão do Mundo. Do neoliberalismo ao comum**

Conferencista: Prof. Dr. Christian Laval – Université Paris Nanterre – França

**17h30min às 18h30min – Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.**  
Obra de Christian Laval e Pierre Dardot

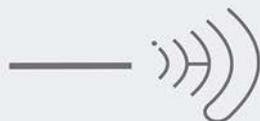
Apresentação da obra pelo Prof. Dr. Christian Laval – Université Paris Nanterre – França

**19h30min às 22h – Crise do neoliberalismo e a emergência de movimentos emancipatórios**

Conferencista: Prof. Dr. Christian Laval – Université Paris Nanterre – França

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

Ouse  
pensar

o que ninguém

**PENSOU**

Confira as publicações do IHU



[bit.ly/ihupublicacoes](http://bit.ly/ihupublicacoes)

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br) | [ihuonline.unisinos.br](http://ihuonline.unisinos.br)



[twitter.com/\\_ihu](https://twitter.com/_ihu)



[bit.ly/faceihu](https://bit.ly/faceihu)



[bit.ly/instaihu](https://bit.ly/instaihu)



[bit.ly/youtubeihu](https://bit.ly/youtubeihu)



[medium.com/@\\_ihu](https://medium.com/@_ihu)